



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

**CAMILA BRITO DE ALMEIDA**

**POLÍTICAS CULTURAIS DA SECRETARIA DE CULTURA DO  
ESTADO DA BAHIA PARA OS POVOS INDÍGENAS (2007-2014)**

Salvador

2014

**CAMILA BRITO DE ALMEIDA**

**POLÍTICAS CULTURAIS DA SECRETARIA DE CULTURA DO  
ESTADO DA BAHIA PARA OS POVOS INDÍGENAS (2007-2014)**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Comunicação Social – Produção em Comunicação e Cultura, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Severino

Salvador

2014

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de uma longa jornada, em que o apoio e parceria de algumas pessoas foi de fundamental importância para o tornar possível.

Nesta caminhada, agradeço primeiramente a Deus, por todas as portas que me foram abertas, toda força de vontade para continuar e de me permitir enxergar o mundo ao meu redor com mais esperança e mais amor.

Agradeço a minha mãe, por toda inspiração cedida pela sua força, coragem e vontade de viver, por seus ensinamentos e por contribuir com todo o meu crescimento de corpo e espírito.

À minha família, meu porto seguro.

Ao meu amor e companheiro, Mileno Loula, por todo o carinho, apoio e parceria.

Aos amigos que fiz nesta jornada, pois as amizades são sem dúvida o bem mais valioso da vida. Agradeço especialmente a Indira, Ana Beatriz, Elba, Stéfane, Ana Carolina e Nathália.

Aos professores, funcionários e colegas da Faculdade de Comunicação, especialmente a José Roberto Severino, pelo exemplo de professor e por me ajudar a concluir este ciclo com excelência.

Aos colegas de trabalho, que me deram todo o apoio e incentivo.

Aos que contribuíram com este trabalho, cedendo informações, depoimentos e dados, Vagner Rocha, Hirton Fernandes, Sueli Ribeiro, Taquari Pataxó e Fernanda Ellen.

Agradeço, por fim, a todos os povos indígenas, pela fonte de inspiração, por toda importância que representam e por fazerem parte de mim e da minha história.

## RESUMO

O presente estudo analisa as políticas culturais desenvolvidas pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia para os Povos Indígenas, do período de 2007 a 2014. Para tanto, foram levantados dados a partir de documentos oficiais, incluindo relatórios e balanços de Governo e informações levantadas junto ao órgão, e a partir de entrevistas realizadas com servidores da secretaria e um indígena. A análise mostra como se deu a atuação das principais unidades da secretaria responsáveis pelo desenvolvimento das políticas para as culturas indígenas e apresenta o alcance e efetividade dos editais para os povos indígenas da Bahia. A pesquisa chegou a conclusão de que houveram avanços significativos nas políticas culturais da secretaria para os povos indígenas, em relação ao quadro que existia anteriormente, mas houveram também mudanças nas perspectivas de atuação, entre os anos de 2007 e 2014, que acabaram minimizando as ações desenvolvidas. A pesquisa também concluiu que os editais se apresentam como mecanismos com eficácia limitada de fomento a essas culturas.

Palavras-chave: Políticas Culturais; Povos Indígenas; Bahia.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Mapa dos povos indígenas da Bahia.....	11
Figura 2 - Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia.....	51

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Relação dos editais por ano 2007/2013.....	74
--	----

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Recursos do Fundo de Cultura da Bahia 2007-2013.....	75
Gráfico 2 - Número de projetos inscritos e de projetos apoiados 2007-2013 .....	76
Gráfico 3 - Quantitativo de editais gerais e editais específicos por ano (2007/2013).....	78
Gráfico 4 - Projetos indígenas apoiados 2007/2013.....	79
Gráfico 5 - Proporção dos editais gerais e específicos com projetos indígenas apoiados 2007/2013.....	80
Gráfico 6 - Proporção do total de projetos apoiados por edital específico e geral 2007/2013.	81
Gráfico 7 - Distribuição por unidades executoras dos projetos contemplados de 2007 a 2013 .....	82
Gráfico 8 - Projetos contemplados pelo FCBA: Total e Projetos Indígenas 2007/2013.....	83
Gráfico 9- Valor dos editais específicos e valor dos projetos contemplados nestes editais 2007/2013 .....	84
Gráfico 10 - Valores totais do FCBA e dos projetos indígenas contemplados 2007/2012 .....	85
Gráfico 11 - Distribuição dos projetos indígenas por segmentos artístico-culturais.....	87
Gráfico 12 - Distribuição dos projetos indígenas por natureza cultural.....	88
Gráfico 13 - Distribuição por Territórios de Identidade dos municípios de onde se localizam os proponentes dos projetos indígenas .....	89
Gráfico 14 - Municípios contemplados pelos projetos.....	90
Gráfico 15 - Distribuição por Territórios de Identidade dos municípios envolvidos nos projetos indígenas.....	91
Gráfico 16 - Distribuição dos Povos indígenas contemplados nos projetos por quantidade percentual.....	92

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. PANORAMA DA QUESTÃO INDÍGENA: DOS DIREITOS E DAS POLÍTICAS .....	14
1.1 Panorama internacional .....	14
1.2 Panorama nacional.....	22
1.2.1 Panorama das expressões jurídicas brasileiras relacionadas aos povos indígenas ..	22
1.2.2 Panorama das políticas públicas desenvolvidas no Brasil para os povos indígenas	27
2. ANÁLISE DAS POLÍTICAS DA SECRETARIA DE CULTURA DA BAHIA PARA OS POVOS INDÍGENAS .....	40
2.1 Breve histórico da organização da cultura na Bahia.....	41
2.2 A Secretaria de Cultura e o lugar das políticas culturais para os povos indígenas.....	48
2.3 O fomento às culturas indígenas - Editais (2007-2013) .....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	95
REFERÊNCIAS .....	98
ANEXOS .....	104

## INTRODUÇÃO

O presente estudo realiza uma análise das políticas culturais desenvolvidas pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT), entre 2007 e 2014, para os Povos Indígenas. O referido período abrange uma mudança no direcionamento das políticas culturais na Bahia, com o governo do Partido dos Trabalhadores, tendo a frente duas gestões na pasta da cultura. Tal análise busca identificar como se deram as atuações das unidades responsáveis pelo desenvolvimento destas políticas e qual foi a efetividade na política de fomento, exercida através dos editais do Fundo de Cultura da Bahia, para as culturas indígenas. A análise é feita tendo como pano de fundo os avanços tidos no âmbito internacional e nacional para os povos indígenas, incluindo a atuação do Ministério da Cultura brasileiro, e as tradições que percorreram o histórico da organização e gestão no campo da cultura da Bahia.

Em torno deste conjunto, o presente estudo enfoca nas atuações das principais unidades responsáveis pelo desenvolvimento das políticas culturais para as culturas indígenas na Secretaria de Cultura da Bahia, com o intuito de dimensionar a estruturação destas unidades, os conceitos balizadores das atuações e o conjunto de intervenções realizadas. No período entre 2007 e 2014, tais unidades foram a Assessoria de Culturas Populares (2007), o Núcleo de Culturas Populares e Identitárias (2008-2010) e o Centro de Culturas Populares e Identitárias - CCPI (2011-2014). O interesse em também analisar as políticas de fomento, especialmente através dos editais do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, se dá pelo fato de que o financiamento a projetos se encontra em um lugar de destaque nas políticas culturais em nível federal e estadual. De acordo com Botelho (2001), tal financiamento assumiu o primeiro plano do debate nas discussões sobre as políticas culturais, no entanto, existe o risco de que essa relação signifique um empobrecimento deste conjunto.

[...]o financiamento da cultura não pode ser analisado independentemente das políticas culturais. São elas que devem determinar as formas mais adequadas para serem atingidos os objetivos almejados, ou seja, o financiamento é determinado pela política e não o contrário. (BOTELHO, 2001, p.77).

Dessa maneira, esta análise não pretende estar deslocada do conjunto de intervenções realizado pela Secretaria de Cultura da Bahia, entre 2007 e 2014, para os povos indígenas. O que se busca é avaliar se este mecanismo de incentivo a projetos, que por sua vez possui este lugar de destaque, se apresenta como eficaz para o apoio às expressões e manifestações culturais destes povos.



Para alcançar estes objetivos, foram utilizados documentos oficiais do Governo e da secretaria (balanços, relatórios, decretos, publicações, dentre outros), documentos cedidos por servidores das referidas unidades e do Fundo de Cultura do Estado, e entrevistas realizadas com duas servidoras do CCPI, sendo que uma delas integrou o quadro dessas três unidades, além de um indígena da etnia Pataxó, que estagiou no núcleo e foi parecerista em alguns editais. Quanto aos dados relativos aos editais, dos documentos cedidos pelo Fundo de Cultura da Bahia, se observou os projetos apoiados dentro da temática indígena e também foram levantados os editais lançados entre 2007 e 2014, observando quais deles se propunham a atender, de modo mais específico, as culturas indígenas.

Para fins desta pesquisa, se adota o conceito de Políticas Culturais fornecido por Teixeira Coelho (1997), compreendido como um conjunto de intervenções, avulsas e ocasionais para a promoção da cultura.

[...] a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. (COELHO, 1997, p.292).

Este conceito leva em conta, dessa maneira, não apenas o programa de intervenções ou conjunto de iniciativas realizadas pelo Estado, mas por instituições civis, iniciativas privadas e de grupos, capaz de estimular e desenvolver a cultura como um todo. Em se tratando no presente estudo das intervenções realizadas pelo Estado, resguardando as devidas proporções, seu papel não é o de produzir cultura, como aborda Simis.

[...]no Estado democrático, o papel do Estado no âmbito da cultura, não é produzir cultura, dizer o que ela deve ser, dirigi-la, conduzi-la, mas sim formular políticas públicas de cultura que a tornem acessível, divulgando-a, fomentando-a, como também políticas de cultura que possam prover meios de produzi-la, pois a democracia pressupõe que o cidadão possa expressar sua visão de mundo em todos os sentidos. (SIMIS, 2007, p.135).

No Brasil, se leva em conta que as políticas culturais de Estado são marcadas por tristes tradições e enormes desafios, de acordo com os termos levantados por Rubim

(RUBIM, 2007). É preciso considerar primeiramente a escassez de estudos sobre as políticas culturais, além disso, temos uma escassez de dados e indicadores que permitam melhor estudar o campo da cultura. A primeira triste tradição que se coloca é a do autoritarismo e elitismo, que levou a um caráter tardio no desenvolvimento das políticas culturais brasileiras, estendendo aqui tal consideração para as intervenções do Estado relativas aos povos indígenas, cuja mudança nesta perspectiva só passa a ocorrer principalmente a partir da década de 80 com a eclosão dos movimentos sociais, incluindo o movimento indígena, e organizações voltadas em defesa dos direitos dos povos indígenas. Como segunda triste tradição, temos a forte relação entre os governos autoritários e as políticas culturais brasileiras. Neste sentido, as políticas públicas voltadas aos povos indígenas sofreram de um forte dirigismo, especialmente dos governos militares, nos órgãos indigenistas, o que pode ser observado no panorama nacional a ser analisado no presente estudo. Somam-se a essas tradições a fragilidade institucional provocada pelas instabilidades na gestão pública de cultura, as distorções ocorridas nas políticas de financiamento, principalmente pela lógica das leis de incentivo, a centralidade do próprio Ministério da Cultura em certas regiões do país, bem como em determinadas áreas culturais, também gerando uma concentração dos recursos acionados e, por fim, Rubim coloca certa incapacidade do Estado na elaboração das políticas de cultura em momentos democráticos. Este pano de fundo coloca enormes desafios na construção de políticas culturais mais democráticas, ampliadas, descentralizadas e que, especialmente, atenda a diversidade cultural brasileira.

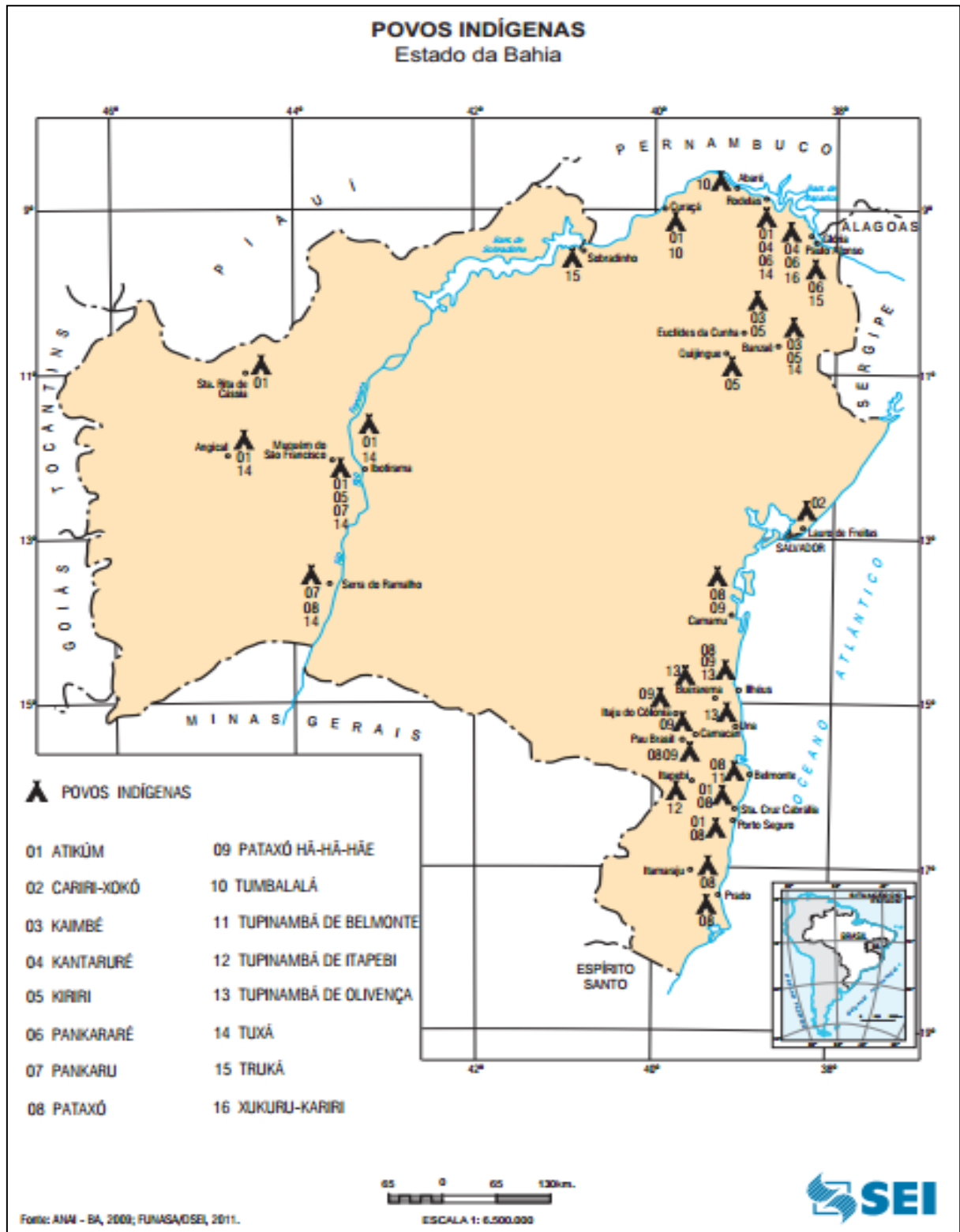
Na Bahia o processo histórico de organização da cultura não é muito diferente deste quadro nacional. A ausência e instabilidade na organização pública da cultura, a falta de autonomia do campo cultural, as distorções na política de fomento, colocaram grandes desafios para gestão pública de cultura, inclusive para superar as dívidas e vícios deixados pelos direcionamentos políticos. Em se tratando dos povos indígenas, os desafios são ainda maiores, visto que são extensas as dívidas históricas para com estes povos que primeiro habitaram o território brasileiro e, desde o período colonial, o conjunto de intervenções realizadas acabou sendo mais desarticulador e negativo que gerador de bem-estar social e cultural, para o desenvolvimento de suas expressões simbólicas. Embora a pasta da cultura ainda não tenha alcançado o lugar ideal dentro das prioridades nas políticas do Estado, tendo em vista o baixo orçamento destinado e a insuficiente estrutura, diante das extensas demandas colocadas pela sociedade civil para o setor, é possível perceber avanços. A Secretaria de Cultura da Bahia, acompanhando as mudanças ocorridas no âmbito nacional, amplia o conceito de cultura adotado, inclui o patrimônio imaterial em suas intervenções, contribui

para inverter a lógica da política de financiamento, dando prioridade ao Fundo de Cultura da Bahia, desenvolve setores específicos para atender a diversidade das culturas populares e dos povos e comunidades tradicionais, dentre outros pontos. Nesta perspectiva, e considerando as mudanças ocorridas no âmbito nacional e também internacional, o presente estudo buscará situar até que ponto os avanços observados se estendem aos povos indígenas nas políticas culturais desenvolvidas pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

Acerca do objeto principal deste estudo, que são os povos e comunidades indígenas existentes no território baiano, ora situados na seara dos povos e comunidades tradicionais, povos identitários ou tidos como povos originários, não dispõe de um conceito único e plenamente representativo, resguardando aqui qualquer engessamento ou limitação. No entanto, as expressões jurídicas modernas que versam sobre os direitos indígenas caracterizam estes povos, de um modo geral, como descendentes dos habitantes originários de um país. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas e a Constituição de 1988 também dispõe sobre o auto-reconhecimento ou auto-identidade, como critério fundamental para definir estes grupos.

O critério de pertencimento étnico, da auto declaração, também foi introduzido nas pesquisas realizadas pelo IBGE, para residentes em áreas indígenas ou fora delas. O Censo Demográfico de 2010 aponta que atualmente existem em torno de 817, 9 mil pessoas autodeclaradas indígenas no Brasil, 0,4% da população, distribuídos em torno de 80,5% dos municípios brasileiros. Na Bahia, os dados do IBGE apontam para uma população de 14.016.095, ocupando uma área total de 564.733,177 Km<sup>2</sup>, sendo a maior parte em área urbana, e estima-se que em 2013 este número tenha crescido para 15.044.137. Em relação às etnias existentes na Bahia, ocorrem algumas variações na relação disposta pelos órgãos e organizações voltadas à questão, ora se considera a existência de 14 etnias, ora de 16, 20 ou 21 etnias. A Coordenação Executiva de Políticas para Povos Indígenas da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), registra 21 povos existentes na Bahia, em 135 comunidades, distribuídas em 32 municípios, no entanto, a FUNAI reconhece a existência de 16 etnias, são elas: Atikum; Kariri-Xocó; Kaimbé; Kantaruré; Kiriri; Pankararé; Pankaru; Pataxó; Pataxó Hã-hã-hãe; Tumbalalá; Tupinambá de Olivença; Tupinambá de Itapebi; Tupinambá de Belmonte; Tuxá; Truká; Xukuru-Kariri (Figura 1).

Figura 1 - Mapa dos povos indígenas da Bahia



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 2011.

Para que seja possível apresentar os conteúdos e alcançar os objetivos supracitados, o estudo está dividido em dois capítulos: Panorama da questão indígena: Dos direitos e das políticas; Análise das políticas da Secretaria de Cultura da Bahia para os povos indígenas.

O primeiro capítulo busca proporcionar um pano de fundo para a análise, abordando os direitos e políticas desenvolvidas para os povos indígenas, primeiramente no âmbito internacional e em seguida no âmbito nacional. Do ponto de vista internacional, o estudo busca enfatizar principalmente a atuação da Organização das Nações Unidas, através da UNESCO, considerando que seus documentos produzidos, especialmente as convenções ratificadas pelo Brasil, influenciaram em grande medida nas políticas públicas para a diversidade cultural e os povos indígenas, inclusive nas políticas culturais desenvolvidas pelo Ministério da Cultura e as secretarias de cultura estaduais. Considera-se também a relevância da Organização Internacional do Trabalho (OIT), através da Convenção 169, que versa sobre direitos indígenas. No contexto brasileiro, se propõe traçar um histórico sobre as políticas públicas desenvolvidas para os povos indígenas, a fim de melhor situar a relação histórica entre estes povos e o Estado, incluindo a atuação do Ministério da Cultura, principalmente a partir do governo Lula, além de abordar as expressões jurídicas modernas que regulam sobre os direitos indígenas.

O capítulo seguinte trata da análise proposta, ou seja, busca detalhar sobre as políticas culturais desenvolvidas pela SECULT para os povos indígenas, de acordo com o recorte e objetivos já mencionados. Para tanto, se propõe inicialmente uma breve abordagem sobre a organização da cultura na Bahia, a fim de melhor situar a atual configuração estadual no campo da cultura e da política pública para o setor, em seguida busca desenvolver um estudo sobre as atuações das unidades responsáveis pelas culturas indígenas, sem perder de vista uma dimensão mais ampla da secretaria e das gestões que passaram pela pasta (2007-2014) e, por fim, se propõe a trazer dados e informações acerca da participação dos projetos indígenas na política de financiamento dos editais.

Cabe salientar, por fim, que o presente trabalho acadêmico possui relativo ineditismo para o campo de estudo das Políticas Culturais no âmbito das políticas de Estado da Bahia, no que se refere a ter os povos indígenas como objeto da análise, o que se apresenta como uma dificuldade para um melhor aprofundamento deste estudo, mas também como uma oportunidade para que se abram novas brechas e referências no campo de pesquisa da política cultural para os povos indígenas. Os estudos que envolvem os povos indígenas podem ser encontrados com mais facilidade em outras áreas de estudo, como as Ciências Sociais.

Em suma, este estudo busca fornecer dados e informações acerca da atual conjuntura das políticas adotadas pela Secretaria de Cultura do Estado para as culturas indígenas, a fim de enriquecer e aprofundar o debate acerca das políticas culturais para os povos indígenas, bem como contribuir para o aperfeiçoamento da gestão e dos instrumentos utilizados para a efetividade de tais políticas.

## **1. PANORAMA DA QUESTÃO INDÍGENA: DOS DIREITOS E DAS POLÍTICAS**

O panorama nacional e internacional a ser exposto acerca da questão indígena leva em consideração o desenvolvimento da questão indígena do ponto de vista dos direitos culturais, dos órgãos responsáveis pela questão e da organização pública no âmbito federal, identificando inclusive os conceitos e premissas norteadores do desenvolvimento das políticas públicas para os povos indígenas.

### **1.1 Panorama internacional**

No âmbito internacional, é de fundamental importância tratar sobre alguns organismos e documentos que se apresentam como referência no desenvolvimento das políticas culturais e que exercem grande influência no olhar e tratamento contemporâneo acerca dos povos indígenas. O presente estudo tratará especialmente da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e seus documentos produzidos, dando enfoque aqueles que tratam sobre a diversidade cultural e os povos indígenas, enquanto instrumentos motivadores, normativos e jurídicos, adotados pelo Brasil.

A UNESCO foi criada em 16 de novembro de 1945, pós Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz através da cooperação intelectual entre as nações, atuando nas áreas da educação, ciências naturais, comunicação e informação, ciências humanas e sociais e também na cultura. Com a proposta de observar como a UNESCO vem assumindo as questões dos direitos indígenas e da diversidade cultural, Davis descreve brevemente sobre a importância histórica da ONU e da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (CNUDH) na construção de uma moldura legal internacional, pela diversidade cultural (DAVIS, 2008). A comissão surgiu em 1948 e cria uma Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e a Proteção das Minorias, embora só passe a atuar sistematicamente nas questões dos direitos culturais das minorias, inclusive dos povos indígenas, a partir da década de 1960. A mudança na perspectiva desta atuação decorre da adoção pela ONU, em 1966, do pacto para os direitos econômicos, sociais e culturais e do pacto para os direitos civis e políticos (DAVIS, 2008, p. 573). Com a aprovação deste último acordo a subcomissão deu início a diversos estudos e relatórios sobre como implementar os direitos das minorias étnicas, religiosas e linguísticas, além de observar de perto experiências nacionais sobre as questões

das minorias. Em 1971 a subcomissão indica um relator para desenvolver um "Estudo sobre o problema da discriminação de povos indígenas", que resultou no reconhecimento dos povos indígenas como detentores de necessidades e direitos distintos. Outras ações importantes foram realizadas pela ONU durante as décadas de 1970 e 1980, a exemplo da aprovação pela UNESCO da "Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais", a realização da "Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial" e a criação do Grupo de Trabalho sobre as Populações Indígenas (UNWGIP). Criado para atender as especificidades dos povos indígenas, o UNWGIP tinha como incumbências:

rever os processos nacionais de desenvolvimento no que concerne à promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades básicas dos povos indígenas; e desenvolver critérios internacionais relativos aos direitos dos povos indígenas, levando em conta as similaridades, bem como as diferenças, entre as situações e as aspirações desses povos por todo o planeta. (DAVIS, 2008, p. 575)

Neste contexto também se soma o pioneirismo e importância de algumas organizações internacionais, que surgiram em um contexto de crescente preocupação para com os direitos humanos e culturais dos povos indígenas. Fundada em 1972, na cidade de Cambridge, Massachusetts - pelo antropólogo David Maybury-Lewis, juntamente com sua esposa Pia - a Cultural Survival Inc. se apresenta como pioneira para os direitos indígenas, ao ter levado aos governos e agências internacionais de desenvolvimento a questão da diversidade como fator positivo no desenvolvimento social e econômico (DAVIS, 2008). A organização tinha como foco a situação crítica dos indígenas que habitavam a região amazônica, bem como dos indígenas de toda a América Latina e outras partes do mundo, também levantando a importância da diversidade cultural nas políticas de desenvolvimento. A Cultural Survival, nos Estados Unidos, a Survival International na Inglaterra e a International Work Group for Indigenous Affairs na Dinamarca, juntamente com outras instituições que agregam antropólogos e ativistas dos direitos humanos, são tidas como fundamentais para que a questão indígena fosse pautada a nível internacional.

tiveram papel extremamente importante no estabelecimento das bases intelectuais do grupo de trabalho das Nações Unidas sobre povos indígenas, criado em 1982, e na redação inicial da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre povos tribais e indígenas, em 1989. (DAVIS, 2008, p. 572)



Essas organizações auxiliaram no monitoramento dos impactos sociais e culturais gerados por instituições internacionais, a exemplo do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Desenvolvimento, também cobrando delas a implementação de políticas e programas de proteção aos direitos humanos e culturais dos povos indígenas.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou, em 1989, a Convenção 169, "A respeito dos povos indígenas e tribais em países independentes", "enfocando o direito a terra e outros direitos especiais dos povos indígenas" (DAVIS, 2008, p. 575). A Convenção 169 da OIT, que foi ratificada pelo Brasil em 2002, substituindo a Convenção 107, de 1957, tendo a força de lei e sendo aplicável em todo o país, é considerada um dos principais documentos internacionais que versam sobre os direitos indígenas. Sobre os povos indígenas e tribais, ela determina que o Poder Público seja responsável por zelar pela integridade dos povos e comunidades tradicionais e pela efetividade dos direitos sociais, econômicos e também culturais. A convenção também dispõe sobre o direito à consulta prévia, livre e informada ao serem previstas medidas legislativas ou administrativas pelo Poder Público, que possam produzir impactos sobre os povos e comunidades afetadas. Versa ainda sobre o que são os povos indígenas, considerando que são descendentes de populações que habitavam o país na época colonial, e que conservam suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas. Os países-membro da OIT, que inclui o Brasil, têm a obrigatoriedade de apresentar relatório anual acerca da necessidade de implementar os tópicos aprovados nas convenções ratificadas, o que permite uma maior pressão na sua efetivação, que é seu maior desafio apresentado.

Em 1992 foi adotada pela ONU a Resolução 47/135 - Declaração Internacional dos Direitos de Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais, Étnicas, Religiosas ou Linguísticas. A declaração conclama os Estados a tomar algumas medidas importantes, como assegurar o usufruto dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, proporcionar um ambiente favorável para o desenvolvimento cultural das minorias e oportunizar o aprendizado nas línguas nativas. Apesar de não avaliar a fundo estas iniciativas, Davis ressalta que ao longo da década de 1990 diversas agências de desenvolvimento demonstraram uma maior preocupação com os direitos dos povos indígenas e minorias étnicas (DAVIS, 2008).

Em 1993 ocorreu a II Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, que aprovou a Declaração e Programa de Ação de Viena, elaborado pelo Comitê de Redação

presidido pelo Brasil. A declaração, dividida em três partes, aborda no preâmbulo uma caracterização pela afirmação dos princípios mais gerais, na segunda parte trata dos princípios básicos dos direitos humanos e, por fim, trata do Programa de Ação, que inclui as formulações para orientar a prática dos direitos humanos e sua efetividade, fornecendo um guia de ação para a implementação dos princípios da declaração. O documento reforça o usufruto dos direitos econômicos, sociais e culturais, assim como a efetivação de um sistema de indicadores a fim de avaliar os progressos dos direitos anunciados no pacto. Na conferência também foi aprovada a Resolução 48/163, que proclamou a Década Internacional dos Povos Indígenas (1994-2004).

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001) trata-se do primeiro documento da UNESCO apresentado por Davis, no que se refere à proteção e promoção da diversidade cultural. No entanto, Gruman aborda que a questão aparece desde antes, embora de modo disperso (GRUMAN, 2008). Em 1978 a UNESCO realizou a Conferência de Bogotá (Colômbia), onde o plano em médio prazo elaborado para o período de 1977-1982 torna evidente a importância do estudo das culturas regionais, trazendo também a questão da diversidade cultural intrasocial. O documento traz a ideia de que a afirmação da identidade cultural por cada povo é o fundamento do pluralismo cultural, que por sua vez deve ser respeitado e reconhecido entre as nações. A Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (MONDIACULT), realizada em 1982, na cidade do México, discutiu a relação entre cultura e desenvolvimento e esboçou pela primeira vez o princípio de uma política cultural baseada no respeito à diversidade cultural. A Declaração do México marca a trajetória da UNESCO, ao traçar uma definição mais ampla do conceito de cultura.

Em seu sentido mais amplo, a cultura pode, hoje, ser considerada como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO, 1982, p.39, apud GRUMAN, 2008, p.175)

Gruman identifica que o conceito de cultura trazido pela UNESCO engloba o universal e o particular e incluem os direitos fundamentais do homem e suas particularidades, crenças e modos de vida. A partir da Declaração do México, também se compreende que a diversidade cultural "[...]deve ser gerida no interior das sociedades e nenhuma cultura sobrevive isolada no mundo interdependente de hoje" (GRUMAN, 2008, p.176).

Apesar de não abordado por Grumam, soma-se a este contexto a Declaração do Direito ao Desenvolvimento, aprovada em Assembleia Geral das Nações Unidas em 1986, que versa sobre o direito ao desenvolvimento como um direito humano fundamental e inalienável. Em seu artigo 1º, a declaração aborda que o direito ao desenvolvimento implica a plena realização do direito dos povos à autodeterminação. No artigo 2º inclui também que os Estados têm dever e direito de formular políticas nacionais, tendo em vista a melhoria do bem-estar de toda a população e todos os indivíduos, além da justa distribuição dos benefícios derivados do processo de desenvolvimento.

Sobre a relação entre cultura e desenvolvimento, discutida no MONDIACULT e presente na Declaração do Direito ao Desenvolvimento, vale destacar o papel importante da UNESCO neste sentido, ao ter traçado algumas bases conceituais por meio de relatórios e encontros promovidos. Os aspectos culturais dos povos indígenas ainda eram tidos como entraves à modernização e o desenvolvimento e, em sua maioria, as políticas culturais desenvolvidas focavam no patrimônio pré-colonial presentes em sítios arqueológicos. Embora algumas destas concepções persistam na atualidade, em alguns setores da sociedade, inclusive no contexto brasileiro, de um modo geral a UNESCO contribuiu para que elas fossem ultrapassadas, principalmente a partir da Década Mundial do Desenvolvimento, que se soma a um contexto de ampliação do conceito de cultura e patrimônio. A abertura desta década, em 1988, permitiu uma maior consciência internacional de que "[...]o reconhecimento e a promoção da herança cultural desses povos, assim como políticas culturais mais positivas [...] poderiam ter um papel crítico no processo de desenvolvimento" (DAVIS, 2008, p. 576).

Em 1996, perto do término da Década Mundial do Desenvolvimento, foi lançado pela Comissão Mundial da UNESCO um relatório que destacava a relação entre cultura e desenvolvimento, bem como a diversidade cultural e o pluralismo. Intitulado "Nossa Diversidade Criativa", o relatório localiza a cultura como base do desenvolvimento o que, para Davis, deve estar presente em qualquer política cultural que tem em vista o desenvolvimento local, nacional ou internacional. Posteriormente é realizada em Estocolmo a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (1998), que lança um plano de ação com uma série de recomendações para as políticas culturais e de desenvolvimento. Dentre estas recomendações, se considera a política cultural como componente chave do desenvolvimento e é possível verificar um conceito ampliado de patrimônio, considerando também o intangível.

Em 2001 foi aprovada, na 31ª Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, trazendo a questão da diversidade em

destaque. A Declaração ressalta questões importantes ao longo de seus 12 artigos. De início, ressalta a imensa diversidade cultural existente como "patrimônio comum da humanidade", que deve ser reconhecido e afirmado. O artigo 1º da declaração foi intitulado "A diversidade cultural: patrimônio comum da humanidade" e reforça a ideia de mutabilidade da cultura ao longo do tempo e espaço e que a diversidade é imprescindível para a natureza, estando "incorporada na unicidade e pluralidade das identidades grupais e societárias que representam a riqueza simbólica da humanidade" (GRUMAN, 2008, p.176).

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras. (UNESCO, 2002, p.2)

O artigo seguinte visa que as nações estabeleçam relações harmoniosas, sob o ideal do pluralismo cultural, visto como conhecimento e respeito ao outro. A preservação da diversidade cultural é almejada na declaração como processo garantidor da sobrevivência humana. No artigo 3º a diversidade cultural colocada como fator de desenvolvimento, não apenas para o campo econômico, mas intelectual, emocional, moral e espiritual. Os artigos 4, 5 e 6 levam em conta a relação entre direitos humanos e diversidade cultural, especialmente no que se refere às minorias e os povos indígenas. Os artigos 7 e 9 tratam da relação entre diversidade cultural e criatividade. Em seguida, nos artigos 10 e 11, irão tratar da relação entre diversidade cultural e solidariedade internacional. O último artigo da declaração indica funções que podem ser exercidas, pela UNESCO e outros órgãos internacionais, para que se alcance os princípios e objetivos da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, os incorporando nas estratégias de desenvolvimento. A UNESCO também foi responsável por preparar um plano de ação para a efetivação dos princípios presentes na declaração, da diversidade cultural e das políticas de pluralismo.

Por considerá-los relevantes para a proteção da diversidade cultural dos povos indígenas, Baniwa ressalta também as importâncias da convenção da ONU, de 2003, para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial; do Comitê Intergovernamental sobre propriedade intelectual e recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e folclore, da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e do Anteprojeto de Convenção sobre a proteção e a diversidade dos conteúdos culturais e artísticos, da UNESCO (BANIWA,

2004). Tais instrumentos normativos, de âmbito internacional, são tidos como importantes instrumentos, que servem para reforçar, reafirmar e estimular as políticas a níveis nacionais.

A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais foi aprovada em 2005. Além de traçar várias premissas e pressupostos importantes relacionados à diversidade cultural, incita a criação de um Fundo Internacional para a Diversidade Cultural e a formação de um Comitê Intergovernamental, "[...]para fomentar os objetivos sobre os quais já houve acordo, monitorar a implementação dos princípios da Convenção e resolver litígios nacionais e internacionais que possam surgir como resultado dela" (DAVIS, 2008, p. 580). O Brasil ratificou o documento pelo Decreto Legislativo 485/2006, tendo desta maneira a obrigação de promover em seu território um ambiente favorável para a criação, produção, disseminação, distribuição e acesso dos grupos sociais e indivíduos, "[...]levando-se em consideração circunstâncias e necessidades especiais de mulheres e demais grupos sociais, como minorias e populações indígenas" (GRUMAN, 2008, p. 178). O artigo 4º da convenção traz em evidência a preocupação com os direitos das minorias e povos originários, esboçando que a diversidade cultural deve estar relacionada aos direitos humanos.

A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana. Ela implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias e os dos povos autóctones. Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance. (UNESCO, 2002, p.2)

Em 2006, foi lançado o livreto "A UNESCO e os povos indígenas: parceria para promoção da diversidade cultural", tendo três objetivos principais, além do objetivo de traçar um programa pelo qual a UNESCO contribua com a II Década Internacional dos Povos Indígenas do Mundo.

O primeiro é oferecer uma ferramenta para todos aqueles que desejarem contribuir para a implementação dos programas da instituição que sejam relevantes para a causa dos direitos e dos interesses dos povos indígenas. O segundo objetivo é mostrar o envolvimento da UNESCO na implementação da I Década Internacional dos Povos Indígenas do Mundo, entre 1995 e 2004, incluindo uma descrição dos vários programas e atividades concernentes aos povos indígenas empreendidos pela organização nos campos da educação, das ciências sociais e naturais, da cultura e da comunicação. Em terceiro lugar, a publicação enfoca o compromisso da

instituição em acolher as propostas dos povos indígenas com vistas à elaboração de “programas de ação” específicos para estimular a identidade cultural dos povos indígenas e aumentar o diálogo intercultural com eles. (DAVIS, 2008, p. 581)

No que trata sobre o setor cultural, destaca-se no livreto a defesa da promoção à diversidade linguística, do fortalecimento das identidades indígenas, da noção de cidadania multicultural e defesa de estratégias para um turismo de respeito às culturas e desenvolvimentos locais (DAVIS, 2008, p. 582).

A Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, de 2007, veio representar mais um marco jurídico na proteção dos direitos indígenas, desde a Convenção 169 da OIT. São colocadas algumas considerações importantes na declaração, como o princípio de que os povos e indivíduos indígenas são livres e iguais a todos os demais povos, da preocupação da não assimilação forçada e sobre o direito à autodeterminação. Além disso, o documento ressalta o direito dos povos indígenas em manterem suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais, de não serem removidos à força de seus territórios, do consentimento prévio das comunidades ao implementar políticas públicas que os afetem, dentre outros direitos. Dessa maneira, a declaração representa um avanço importante para os povos indígenas, tendo em vista sua proteção e desenvolvimento.

[...]a Declaração das Nações Unidas surpreende por assegurar aos indígenas os mesmos benefícios disponíveis para os demais grupos sociais, e também por atribuir-lhes uma certa “soberania” para gerir seu território e sua sociedade não conforme o direito tradicional, mas de acordo com as regras tradicionais daquela comunidade. (ROWEDER, 2012, p.214)

Baniwa traça algumas preocupações e recomendações acerca dos direitos indígenas, do ponto de vista internacional (BANIWA, G.L., 2004). Verificam-se três pontos centrais: A pouca participação indígena nos fóruns de discussão sobre o tema, o que impossibilita uma maior consistência nos debates; A forte visão econômica com que se tem tratado os bens e serviços culturais, encarados como objetos de produção comercial; Ausência de mecanismos efetivos de estímulo a adoção dos instrumentos internacionais por parte dos Estados. Sobre este último ponto, se verifica que não há formas de sanção substantivas para os signatários da Convenção Internacional sobre a Diversidade Cultural da UNESCO.

## **1.2 Panorama nacional**

No âmbito nacional, o presente estudo teve o objetivo de gerar uma melhor compreensão histórica, política e conceitual do tratamento das questões relativas às populações indígenas no Brasil. Neste sentido, tem-se em vista um panorama geral sobre os direitos e o desenvolvimento das políticas públicas para os povos indígenas, sem a pretensão de exaurir todos os documentos e as atuações dos organismos existentes a nível nacional. Com o intuito de melhor organizar o estudo e facilitar a compreensão acerca da proposição supracitada, o panorama nacional divide-se em dois tópicos, que são complementares: Panorama das expressões jurídicas brasileiras relacionadas aos povos indígenas e o Panorama das políticas públicas desenvolvidas no Brasil para os povos indígenas. O primeiro trata sobre a legislação brasileira acerca das questões relativas aos povos indígenas e o segundo ponto trata sobre as políticas públicas desenvolvidas no Brasil para estes povos, fazendo um breve balanço da atuação do Ministério da Cultura, de modo a aproximar o panorama do campo de estudo proposto, que é o das políticas culturais.

### **1.2.1 Panorama das expressões jurídicas brasileiras relacionadas aos povos indígenas**

Partindo do contexto internacional apresentado, é importante salientar que estes instrumentos normativos internacionais devem fazer sentido para as nações, desde que tenham constituídos e consolidados mecanismos próprios de proteção, defesa e promoção da diversidade cultural, especialmente das populações indígenas, a fim de que tenhamos políticas coerentes e efetivas, como aborda Baniwa.

Políticas nacionais coerentes e fortes podem contribuir decisivamente para a constituição de mecanismos globais igualmente fortes e coerentes. Neste sentido, nosso entendimento é de que além de priorizar as discussões no âmbito internacional sobre políticas culturais é preciso priorizar e dar substância e importância ao debate nacional sobre o tema, uma vez que, ao longo de décadas e séculos, essa abordagem esteve longe da agenda prioritária dos governos. (BANIWA, G.L, 2004, p. 11)

Neste sentido, os mecanismos internacionais que, como vimos, avançaram significativamente na questão dos direitos indígenas e da diversidade cultural em geral e

forneceram bases relevantes para o desenvolvimento das políticas nacionais, devem estar equiparados em grau de prioridade com os mecanismos nacionais.

Entendemos que os mecanismos normativos e jurídicos internacionais devem receber igual prioridade aos mecanismos internos dos Estados nacionais, pois são complementares e em muitos casos não podem ser efetivos, sem a complementariedade da outra esfera. (BANIWA, G.L, 2004, p.9)

Partindo dessa consideração, o presente estudo buscou identificar brevemente as principais expressões jurídicas brasileiras voltadas para os povos indígenas. Nesse contexto, aparece inicialmente a publicação do Estatuto do Índio, através da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que regula a situação jurídica dos índios e das comunidades indígenas, tendo o propósito de "[...]preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional" (BRASIL, 1973). O Estatuto ainda se encontra em vigor, embora apresente um tratamento ultrapassado para os povos indígenas, ao adotar uma política assimilacionista, no entanto, a revisão deste estatuto é uma demanda antiga destes povos, mas o processo de aprovação do Estatuto das Sociedades Indígenas que o substituiria, desenvolvido em 1994, encontra-se paralisado.

As constituições brasileiras também trataram sobre os direitos indígenas, mas é com a constituição de 1988 que eles foram tratados de forma mais esmiuçada, tendo artigos e um capítulo próprio sobre a questão indígena, que abordam as questões do direito à terra, dos recursos naturais, foros de litígio e capacidade processual. A Constituição brasileira de 1988, que em seu processo de construção contou com um movimento constituinte dos povos indígenas, garantiu alguns princípios fundamentais para a questão indígena. Na carta magna em vigor, foram reconhecidos aos índios o direito de manter as suas próprias culturas, e as terras indígenas são de posse inalienável destes povos e de propriedade da União. O artigo 231 garante legalmente o reconhecimento do direito à diferença cultural, o que revela um avanço em relação à política assimilacionista/integracionista que preponderou até a década de 80 no Brasil e que causou enormes danos às populações indígenas. Nesta perspectiva, a concepção do direito à diferença acaba também se sobrepondo à concepção do direito à igualdade, que tendia a se relacionar com a noção de homogeneidade cultural ou assimilação. Ainda que o exercício do direito à diferença não seja pleno para estes povos, ele é fundamental e representa um avanço para uma sociedade mais democrática, pois reconhece a pluralidade. Os artigos 231 e 210, além de garantir o direito à diferença, garantiram o reconhecimento das formas próprias da organização social, costumes, línguas, crenças e



tradições dos povos indígenas, de permanecer com as formas próprias de suas culturas. Sobre essa garantia, Baniwa aponta para a questão da "educação diferenciada", muito batalhada pelos povos indígenas, como fundamental para a reafirmação das culturas indígenas, a produção e reprodução de seus conhecimentos, valores e formas próprias de sua organização social, política, cultural e religiosa (BANIWA, G.L, 2004). No que se refere aos bens materiais e imateriais, são também reconhecidos pela constituição, no artigo 216, sendo eles tomados individualmente ou em conjunto, incluindo as formas de expressão, modos de criar, viver e fazer, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, dentre outras.

Quanto aos direitos indígenas às suas terras, estes passaram por diversas modificações ao longo da história brasileira, inclusive a partir dos documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Apesar do constante desrespeito ou negação a estes direitos, Cunha revela que desde a Carta Régia de 30 de julho de 1609 eles existem (CUNHA, 1994). Em 1980 um alvará de 1º de abril reconhece que os índios são "*primários e naturais senhores*" das terras que ocupam (CUNHA, 1994, p.127, grifo da autora). No entanto, se utilizava da negação à identidade indígena para o não cumprimento destes direitos garantidos por lei, através do engessamento e concepção arcaica do olhar lançado sobre o índio. Além da Convenção 169 da OIT, abordada no panorama internacional, a Constituição Federal de 1988, artigo 231, reconheceu aos índios os direitos originários sobre suas terras que tradicionalmente ocupam, sendo de competência da União a demarcação, proteção e promoção do respeito aos seus bens. Reconhecer o direito à terra como direito originário é parte importante para a proteção e promoção das diversidades culturais indígenas, pois admite uma dívida histórica para com os que primeiro ocuparam o território brasileiro, sendo a terra seu espaço físico e espiritual para a reprodução física e cultural destes povos. O Decreto Federal nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, denominada Lei de Terras Indígenas, "[...]dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências" (BRASIL, 1996). A lei regulamentou todo o processo de demarcação em terras brasileiras e designou os órgãos e atores responsáveis pela questão, prevê que as demarcações das terras sejam fundamentadas por estudos de antropólogos, por iniciativa e sob a orientação do órgão federal de assistência ao índio, além de prever a participação do grupo indígena envolvido, em todas as fases do procedimento de demarcação. A questão das terras indígenas apresenta-se ainda hoje como o maior motivo de disputa destes povos, visto que a ausência ou insuficiência de territórios indígenas demarcados acaba gerando diversos outros conflitos que atingem essas populações, principalmente o da invasão às terras ocupadas por indígenas. Além disso, compreende-se que sem terra, outras esferas também acabam sendo comprometidas, como a saúde, a educação e a

cultura indígena como um todo. Sobre esta questão, vale ressaltar que o maior contingente populacional indígena está localizado na Amazônia, decorrente do próprio processo histórico. Para Cunha, isto se dá pela região ter ficado à margem dos surtos econômicos ocorridos no passado, pois "as populações indígenas encontram-se hoje onde a predação e a espoliação permitiu que ficassem" (CUNHA, 1994, p. 124). Acredita-se ainda que alguns grupos indígenas acabaram sendo responsáveis pela atual delimitação da região amazônica, pois eram mantidos em seus lugares de origem, nas fronteiras, justamente para atestar e defender os limites da colonização de Portugal. A opinião de que os índios ocupam uma extensão muito grande da região amazônica, em relação ao número populacional dos indígenas existente, é por demais incongruente, diante da ocupação e concentração latifundiária na região e dos dados gerais referentes às áreas indígenas.

No Brasil, com efeito, contam-se atualmente 519 áreas indígenas esparsas que, juntas, totalizam 10,52% do território nacional, com 895.577,85 Km<sup>2</sup>. Apesar da Constituição (no art. 67 das disposições transitórias) prever a data 5 de outubro de 1993 para a conclusão das demarcações dessas áreas, atualmente cerca de metade (256) estão demarcadas fisicamente e homologadas (Cedi, 1993). As demais 263 áreas estão em diferentes estágios de reconhecimento, desde as 106 totalmente sem providências até às 27 demarcadas fisicamente, mas ainda não homologadas. Acrescenta-se o dado muito relevante de que cerca de 85% das áreas indígenas sofrem algum tipo de invasão. (CUNHA, 1994, p. 127)

É sabido que o período máximo estabelecido para a conclusão das demarcações indígenas não foi cumprido. Na Bahia, por exemplo, o processo de homologação do território Tupinambá que vive no sul da Bahia já ultrapassa 10 anos, o que tem gerado diversos conflitos e mortes na região. Os povos indígenas são tidos, em grande medida, como entraves ou obstáculos ao desenvolvimento brasileiro, principalmente na relação com a exploração dos recursos hídricos e minerais. A constituição brasileira vigente prevê, no artigo 213, a autorização do Congresso Nacional para a exploração destes recursos, com escuta às comunidades afetadas, mas Cunha aponta que não há uma regulamentação disto. Vale ressaltar que está em tramitação um novo marco regulatório, proposto pelo Ministério de Minas e Energia, que trata sobre a exploração de minérios em terras indígenas. Para Cunha, é preciso estabelecer uma nova relação para com estes povos, que passa pela reflexão coletiva sobre qual modelo de desenvolvimento que queremos e de que maneira as populações indígenas exerceriam seu papel neste modelo. É preciso levar em consideração a imensa biodiversidade, e conhecimentos relativos, existente na Amazônia, onde estão localizadas grande parte das terras indígenas. A Organização das Nações Unidas para Alimento e

Agricultura (FAO) reconheceu os direitos dos agricultores diante das contribuições na conservação, melhoria e disponibilidade dos recursos filogenéticos, estabelecendo ainda um Fundo Internacional para remunerar estas contribuições. As populações tradicionais, de forma geral, exercem grande importância para a biodiversidade, além de acumular, conservar e desenvolver extenso conhecimento acerca dela. Isto é preciso ser levado em consideração para traçar um novo modelo de desenvolvimento, que reconheça o papel e importância destas comunidades para o presente e futuro do país. Não menos importante que isto é a preservação da nossa sócio-diversidade, enquanto patrimônio da humanidade. As formas de "progresso" que foram consideradas ao longo da nossa história levaram a grandes perdas sociais no que se refere à diversidade de línguas, muitas delas acabaram extintas, de expressões e manifestações culturais, de bens materiais e imateriais. Compreender o valor da nossa sócio-diversidade é primordial para superar esse triste quadro histórico. Em resumo, "é preciso estabelecer um novo pacto com as populações indígenas, para que contribuam para a conservação da riqueza brasileira" e da sócio-diversidade brasileira (CUNHA, 1994, p. 133).

A posição dos índios no Brasil de hoje e de amanhã desenhar-se-á na confluência de várias opções estratégicas, tanto do Estado brasileiro e da comunidade internacional quanto das diferentes etnias. Trata-se de parceria. (CUNHA, 1994, p. 134)

Em suma, os documentos internacionais e nacionais que tratam sobre os direitos indígenas sofreram uma importante mudança a partir dos anos 70 e 80, referente às noções de progresso, integração e discriminação ou racismo e a noção de desenvolvimento. É possível perceber que atualmente temos um corpo bastante expressivo no que trata sobre os Povos e Comunidades Tradicionais, mas é preciso caminhar para que os direitos e objetivos traçados nestes documentos sejam garantidos e efetivados, de forma que contribua para a proteção e promoção da diversidade dos povos indígenas existentes no território brasileiro e demais populações tradicionais.

## 1.2.2 Panorama das políticas públicas desenvolvidas no Brasil para os povos indígenas

Partindo para o campo das políticas públicas, se leva em conta que os direitos no âmbito nacional e internacional estão relacionados de forma direta ou indireta a essas políticas. No entanto, é preciso observar de que forma elas estão expressas atualmente no que se refere aos povos indígenas, a fim de situar os avanços e retrocessos que existiram e melhor compreender quais são as perspectivas a serem adotadas pelas políticas de Estado, tendo em vista o que é preciso ser ultrapassado, o que se deve fortalecer e em quais pontos ainda é preciso avançar.

Neste contexto, apesar de uma unidade linguística e cultural, não haviam condições para se identificar a existência de uma organização política por parte dos indígenas - o que não significa que não havia resistência ou reações - viviam em nível tribal, onde coexistiam diversas entidades étnicas autônomas, com algumas exceções a exemplo da Confederação dos Tamaios (1563-1567). Os índios buscaram defesa, sobretudo, após perceberem a tentativa de submissão, embora na maior parte as tribos não se organizassem em conjunto, o que refletia num enfrentamento frágil, já que mesmo diante de um número menor de brancos encontravam organização, armamento e tecnologias superiores (Ribeiro, p.49). No entanto, é importante ressaltar o alto poder desarticulador das doenças trazidas pelos brancos, a exemplo da epidemia da varíola (1562-1565) que matou em poucos meses cerca de 30 mil índios que viviam na Bahia, como relata os escritos do Padre Anchieta.

No mesmo ano de 1562, por justos juízos de Deus, sobreveio uma grande doença aos índios e escravos portugueses, e com isto grande fome, em que morreu muita gente, e dos que ficavam vivos muitos se vendiam e se iam meter por casa dos portugueses a se fazer escravos, vendendo-se por um prato de farinha, e outros diziam, que lhes pusessem ferretes, que queriam ser escravos: foi tão grande a morte que deu neste gentio, que se diziam, que entre escravos e índios forros morreriam 30.0000, no espaço de 2 ou 3 meses. (ANCHIETA, 1933, p.356, apud OLIVEIRA & FEIRE, 2006, p.24)

Ao traçar um panorama sobre a matriz tupi, Darcy Ribeiro permite a afirmação de que as políticas voltadas para os povos indígenas podem ser identificadas desde a formação do povo brasileiro, através dos projetos indigenistas de evangelização e das missões religiosas que aconteceram num primeiro período colonial (RIBEIRO, 1995). Tais políticas foram altamente negativas e desastrosas para a população indígena que aqui se encontrava.

Primeiramente tivemos o plano de colonização proposto pelo padre Antônio Nóbrega por volta de 1558, balizados pelos discursos etnocêntricos sobre o índio, no imaginário difuso

sobre as práticas indígenas "bárbaras" e com a tarefa de evangelização, de forma que reproduzisse a ordem social e religiosa da colônia. Ribeiro considera que este é o documento mais expressivo da política indigenista jesuítico-lusitana (RIBEIRO, 1995). Após diversas tentativas frustradas de evangelização, houve por parte dos jesuítas uma tentativa de reclusão de índios em aldeamentos, principalmente com o governo de Mem de Sá.

[...]quiseram pôr em prática, também no Brasil, um projeto utópico de reconstrução intencional da vida social dos índios destruídos. Tais foram suas missões, nas quais os índios eram concentrados - depois de atraídos pelos padres ou subjugados pelo braço secular - em comunidades ferreamente organizadas como economias auto-suficientes, ainda que também tivessem alguma produção mercantil. Isso se daria na segunda onda de evangelização, realizada na Amazônia. (RIBEIRO, 1995, p.54)

Nos aldeamentos misturava-se a organização religiosa com a ordem de trabalho, sob uma regulamentação jurídica da vida dos índios, havendo diversas permissões e proibições, bem como regulamentos e correições (CHAMBOULEYRON, 1996, p. 44). Indígenas de diversas etnias, línguas e costumes, se viam incorporados nos aldeamentos missionários, submetidos ao serviço obrigatório nas obras públicas, nas lavouras, dentre outros afazeres. Tais condições de convívio e disciplina impuseram uma homogeneização linguística e cultural, segundo as crenças e modos de vida de seus cativadores, exercendo uma ação aculturativa intensa. Ao abordar os aldeamentos amazônicos, Ribeiro aponta que é neste contexto que "[...]se tupinizaram as populações aborígenes da Amazônia [...] que passaram a falar a língua geral, aprendida não como um idioma indígena, mas como a fala da civilização" (RIBEIRO, 1995, p.313). Apesar de todo o desgaste social e cultural, os indígenas, diante da dureza da escravidão dos colonizadores, viam no regime das missões uma situação mais amena e suportável de sobreviverem. Por fim as missões religiosas acabaram entrando em conflito com os interesses coloniais, quanto ao uso da mão de obra indígena e contribuiu no extermínio de milhares de indígenas por conta da propagação de enfermidades trazidas pelos brancos, assim como no despovoamento de toda a costa brasileira, ao concentrá-los em reduções.

[...]nenhum desastre histórico, nenhum projeto utópico anterior teve tal altitude, porque nenhuma esperança até então fora tão alentadora e pudera ser levada adiante, a demonstrar a factibilidade de reconstruir intencionalmente a sociedade segundo um projeto. (RIBEIRO, 1995, p.62)

De cinco milhões de indígenas, no primeiro século (1500-1600) de colonização a população indígena teria sido reduzido a quatro milhões e no segundo século (1600-1700) a dois milhões, chegando assim a uma depopulação de 3 milhões de indígenas em dois séculos. Dessa maneira, "[...]o efeito dizimador das enfermidades desconhecidas, somado ao engajamento compulsório da força de trabalho e da deculturação, conduziram a maior parte dos grupos indígenas à completa extinção" (RIBEIRO, 1995, p.144). Em 1800 restavam 1,5 milhão de índios, sendo meio milhão deles considerados "integrados" à população neobrasileira e um milhão considerados índios isolados, concentrados principalmente na região amazônica. Convivem com este montante indígena 2,5 milhões de brancos, contando com mestiços e mulatos e 1,5 milhão de negros escravizados, sendo um terço disso formado por "crioulos". Em três séculos a população que habitava o Brasil retomava a quantidade original, mas numa composição invertida, já que os brancos passam a predominar numericamente. No entanto, contrariando a crença comum de desaparecimento ou assimilação completa dos índios, expressa inclusive no Estatuto do Índio, como já foi visto, em 1980 foi identificada uma retomada demográfica na maioria dos povos indígenas, que por sua vez se reconhecem como tais em suas identidades e modos de vida próprios. Sobre essa mortandade, Cunha aborda que se verificou, através de estudos de caso, que as mortes decorrentes das epidemias advindas do primeiro contato com outras populações se davam principalmente por fome e sede e não unicamente por causas naturais (CUNHA, 1996). Ao adoecerem, os índios ficavam impossibilitados de buscar alimento, que se tornava insuficiente para atender a toda comunidade, e os que sobreviviam acabavam se vendendo como escravos. Os indígenas ainda existentes no Brasil iniciam uma retomada demográfica, em diferentes proporções e períodos na extensão brasileira, verificável principalmente a partir dos anos 80. Além disso, os indígenas passam a reivindicar sua identidade étnica, crescendo o número de índios que se autoafirmavam enquanto tal. Dessa maneira, se considera que "garantia de terras, apoio sanitário, apoio legal têm, portanto, profundo impacto na retomada demográfica dos índios que apenas se inicia" (CUNHA, 1996, p. 124).

No início do século XX, já no período republicano, a situação indígena ainda era altamente conflitiva, com a apropriação e loteamento de terras indígenas por missionários em algumas localidades, entregues inclusive à colonização estrangeira com o objetivo de dizimar a presença indígena nestas áreas. Neste contexto é que Cândido Rondon, o Marechal Rondon, que por sinal era tido como um positivista e tinha origem indígena por parte das bisavós maternas e bisavó paterna, volta-se em defesa do respeito para com os povos originários. Na

época assumia o papel de chefe da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (Comissão Rondon), estabelecendo relações amigáveis com os indígenas que tinha contato. Então apoiado pelo governo, por oficiais das forças armadas e outros profissionais, Rondon contribuiu para estabelecer "[...]um corpo de diretrizes que por décadas orientaram uma política indigenista oficial" (RIBEIRO, 1995, p.147), cujo objetivo maior seria o de dar aos índios acesso a ferramentas e orientação adequada, tornando-lhes "melhores".

O Positivismo constituiu-se numa fonte privilegiada para o tratamento da questão indígena e Cândido Mariano Rondon constituiu-se na grande referência no tratamento da questão em função de seus métodos de atração dos povos indígenas em áreas por onde passariam as redes telegráficas. A partir da década de 1930, sobretudo com o Estado Novo de Getúlio Vargas, a política indigenista amolda-se à ideologia populista, com a fundação de mais postos indígenas e com a promoção de mais pacificações. (BITTENCOURT, 2000, p. 7)

Em 20 de julho de 1910 é inaugurada formalmente uma política indigenista, através do Decreto nº 8.072, que cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/ITN), dirigido por Rondon e criado em meio a uma repercussão tida a nível internacional do extermínio de índios no Brasil. A acusação de massacre aos índios foi pronunciada publicamente no XVI Congresso dos Americanistas, que ocorreu em Viena, em 1908. O SPI/ITN tinha pretensão de assegurar os mínimos direitos dos povos indígenas, de existirem como tal, em um território garantido. Para Ribeiro o principal pioneirismo de Rondon se deu em estabelecer o direito à diferença (RIBEIRO, 1995). Em 1918, por meio da Lei nº 3.454, o órgão passa a tratar unicamente das questões indígenas, mudando sua denominação para Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

O Serviço de Proteção aos Índios existiu até 1967, incorporando as tarefas de "pacificação", "proteção" e integração dos povos indígenas além do estabelecimento de núcleos de colonização, utilizando-se da mão-de-obra sertaneja, e por muito tempo se apresentou como referência a nível internacional de política indigenista.

A política do SPI foi, de certa forma, considerada adequada, ao menos nos anos anteriores a 1930. A partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder, naquele ano, começa o período de decadência acentuada do organismo. Naquele período, o SPI havia "pacificado" dezenas de tribos e possuía 97 Postos Indígenas no interior do país. (BITTENCOURT, 2000, p. 8)

As ações do SPI eram voltadas principalmente para a pacificação e a sedentarização dos grupos indígenas residentes em áreas de colonização recente e envolviam intervenções na vida indígena, especialmente pela educação informal, de modo a controlá-los. Neste contexto, a noção sobre o índio se baseava principalmente através do Código Civil de 1916 e pelo Decreto nº 5.494, de 1928, que inferem sobre a incapacidade dos índios em exercerem os direitos e obrigações na ordem civil e, dessa maneira, passam a estar sujeitos sob o regime tutelar. Além disso, havia uma ideia de transitoriedade acerca do índio, em que ele seria integrado e assimilado ao restante da civilização, o transformando em um trabalhador nacional. Essa ideia nunca se concretizou por completo, pois a partir da década de 70 e 80 eles iniciam uma retomada demográfica, bem como passam a cada vez mais se auto-reconhecerem enquanto indígenas. A ideia da pacificação esteve atrelada a ações de "atração" do índio, inclusive tendo instruções e normas próprias para exercer a função, de modo que do contato inicial o SPI consolidasse a integração e pacificação das tribos. No entanto, nem sempre essa prática obtinha sucesso, já que há dados que apontam para a mortandade de centenas de índios, decorrentes de doenças, fome e a falta de assistência, como ocorreu com os Kayapó, no Pará. Ocorriam também mortes de índios no deslocamento de tribos indígenas para lugares distantes das suas terras, por conta de questões sanitárias e alimentares que eram insuficientes nas novas áreas.

No que se refere à questão das terras indígenas, a política indigenista do SPI, evocava que o órgão teria papel de garantir a posse dos territórios ocupados por comunidades indígenas, através da concessão de terras devolutas. No entanto, diversas propostas de criação de terras indígenas foram negadas pelos governos locais, que tinham grande poder na transferência das terras, a legislação vigente ainda era ineficaz, principalmente por conta da não fixação das competências quanto à concessão das terras, o que só vem a ser melhorado juridicamente com o Estatuto do Índio. Em relação às terras indígenas, as pequenas áreas reservadas aos índios pelo SPI acabaram funcionando como reserva de mão de obra, que de estímulo à reprodução de seus modos de vida tradicionais. Em relação à assistência sanitária, ainda ocorre a mortalidade de muitos índios por conta do contato com os grupos contatados pelo SPI, se estima que aldeias inteiras foram destruídas por doenças pulmonares e decorrentes delas. Neste sentido, o SPI se mostrou ineficiente no sentido de controlar, estabilizar ou melhorar as condições sanitárias existentes, salvo por ações bem sucedidas do trabalho do médico-sanitarista Noel Nutels, com os apoios do Correio Aéreo Nacional e da Força Aérea Brasileira, que acabou culminando na criação do Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas, dirigido pelo médico. Por fim, na área da assistência educacional, as ações se



voltavam para a sedentarização dos indígenas, pela alfabetização de crianças e adultos, que envolvia cultos cívicos, trabalhos manuais, ensino de novas práticas agrícolas, dentre outras questões, através dos postos indígenas do SPI. Dessa maneira, a educação se apresenta como mais um mecanismo de assimilação e integração das populações indígenas, na medida em que busca introduzir conhecimentos ligados ao processo civilizatório como um todo e à identidade nacional. Predominava a formação dos índios como produtores rurais, tendo em vista os mercados regionais.

Em suma, o primeiro órgão de proteção oficial do Estado ainda apresenta um trato ineficiente e negativo para com os povos indígenas. O SPI acabou sendo extinto em 1967, em meio a acusações de corrupção, bem como pela má gestão e a falta de recursos, sendo substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). De acordo com Costa (COSTA, 1987), desde o fim da década de 50 as denúncias acerca das violências cometidas pelo SPI contra os índios foram crescentes e em 1967 o Ministro do Interior, General Albuquerque Lima, nomeia uma comissão para investigar tais denúncias, que acabaram sendo confirmadas e publicizadas pelo Relatório Figueiredo, culminando com a substituição do órgão pela FUNAI, até hoje existente.

A Fundação Nacional do Índio, em sua configuração inicial, foi presidida por um advogado, responsável por executar as diretrizes de um conselho gestor. Com o endurecimento do regime militar, a partir de 1969, em meio ao surto do "milagre brasileiro", foram impostas alterações nos rumos da política indigenista, assumem militares nos lugares do ministro do interior, bem como do presidente da FUNAI e demais cargos de importância, e se retoma a visão do índio como entrave ao desenvolvimento e do índio como aculturado e semi-aculturado. Neste contexto, se inicia a construção da Transamazônica, tendo em vista a ocupação e ampliação do poder do Estado na região, que se expressa como uma nova política indigenista de extermínio das populações indígenas. O novo ministro do interior, Costa Cavalcanti, é quem será responsável por providenciar a elaboração do Estatuto do Índio, que norteará a política indigenista no período, de perspectiva assimilacionista, num regime de tutela. A FUNAI, alinhada ao regime militar, assume pactos com as Forças Armadas, faz contratos para a exploração de riquezas minerais em terras indígenas e incorpora em sua estrutura a nova Assessoria de Informação (ASI), sujeita às orientações técnicas da Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior. As ações da FUNAI se direcionam prioritariamente para a Amazônia, de acordo com Heck (HECK, 1997), por conta dos próprios projetos de integração e desenvolvimento implantados na região, mas com as reformas ocorridas em meados de 1970, os serviços de assistência e a presença do Estado

passam a estar presentes na maior parte da população indígena do país, como forma de minimizar qualquer "entrave ao progresso". Em suma, nessa fase de "militarização" da FUNAI, como ficou conhecida, o que prevaleceu através do modelo de indigenismo foi o aspecto desenvolvimentista.

Esses foram concretizados de dois departamentos: DGPI (Departamento Geral de Patrimônio Indígena - através do projetos de caráter empresarial, visando auferir renda das terras indígenas: grandes lavouras de soja e trigo no sul, serrarias, fazendas de gao; e o DGPC (Departamento de Planejamento Comunitário) - que com verbas do PIN, estruturou os seis "Projetos Especiais" coordenador por antropólogos e o PRODEC - Programa de Desenvolvimento Comunitário, que procurou desenvolver atividades econômicas na maioria das áreas (HECK, 1997, p.96)

Da transição para o período democrático, Heck aponta que a emergência dos movimentos sociais organizados e a afirmação de um movimento indígena consciente que se articulava, somado às iniciativas indígenas em defender seus territórios, "possibilitaram uma reação, sem trégua, a essa militarização da questão indígena", instalando uma crise no modelo indigenista militar (HECK, 1997, p.100). Neste contexto, surgem diversas entidades de apoio ao índio, a exemplo da ANAI (Associação Nacional de Apoio ao Índio) e a CPI (Comissão Pró Índio), que buscavam uma articulação nacional, e na tentativa de articulações e organização mais permanente, surgem no final da década de 70 a União das Nações Indígenas (UNI) e a Secretaria Executiva de Apoio à luta dos Povos Indígenas. Vale ressaltar também a eleição de um primeiro deputado indígena, Mário Juruna, em 1982, e a criação da Comissão do Índio na Câmara Federal, em 1983. Com os avanços que ocorrem nas expressões jurídicas do Estado e a eclosão dessas organizações, a FUNAI acaba sendo dispensada da função de única representante da representação indígena no Estado. Na Constituição de 1988, tratada anteriormente, se passa a considerar os indígenas como "relativamente capazes", o que também permite uma reconfiguração na postura do Estado para com os povos indígenas. Apesar da prática de políticas e ações extremamente danosas para os povos indígenas ao longo do processo histórico, atualmente ocorre um crescimento demográfico destes povos, que tem permitido uma reorganização da vida cultural de algumas tribos indígenas, bem como de um crescimento do seu ativismo político. Em relação ao Estado, Ribeiro considera que o paternalismo dos órgãos de proteção oficial deu lugar a atitudes mais respeitosas (RIBEIRO, 1995, p. 333).

Detalhar todo o conjunto das políticas públicas atuais tornaria do presente estudo uma leitura exaustiva, além de não ser este seu principal objetivo, no entanto, valem destacar

algumas destas políticas, a fim de melhor situar a atuação do Ministério da Cultura e, em seguida, da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, acerca das políticas culturais para os povos indígenas<sup>1</sup>. De acordo com André Fernando Baniwa, as ações do Governo para os povos indígenas, entre 2006 e 2007, se deram principalmente a partir de dois programas, o programa de Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas e Proteção de Terras Indígenas e do programa de Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento (BANIWA, A.F., 2011). O primeiro agrupando ações na área da saúde, educação e de caráter assistencial, esportivo e cultural e o segundo programa relacionado à regularização fundiária, proteção das terras indígenas, gestão dos territórios e recursos naturais e sustentabilidade. Sobre o ano de 2006 cabe abordar a criação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), responsável por instituir um foro de discussão com os índios acerca das políticas a nível federal. No ano de 2007 é lançada a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto nº 6.040, de 2007, sendo delegada à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Tradicionais, criada em 2006, a função de coordenar sua implementação. O decreto que institui a política inclui o conceito sobre Povos e Comunidades Tradicionais e tem como objetivo principal o desenvolvimento sustentável destes povos, dando ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia de seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, levando em conta também o respeito e valorização à sua identidade e formas de organização.

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam seus territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007)

O documento se apresenta como um importante referencial para as políticas culturais desenvolvidas na atualidade, podendo ser vista inclusive nas políticas a nível estadual, referentes aos Povos e Comunidades Tradicionais. Além de esboçar uma conceituação contemporânea acerca destes segmentos, prevê uma atuação intersetorial, com a efetiva participação da sociedade civil na elaboração, monitoramento e execução da política a ser

---

<sup>1</sup> Acerca das políticas públicas para os povos indígenas na atualidade, vale a leitura de Participación Política Indígena y Políticas Públicas para Pueblos Indígenas en América Latina. Konrad Adenauer Stiftung e. V. Bolivia, 2011

implementada pelas instâncias governamentais, bem como a articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos destes povos e comunidades. Adota ainda como princípio a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica (BRASIL, 2007). Como instrumentos de implementação da política, incluem-se os Planos de Desenvolvimento Sustentável destes povos e comunidades, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável, já instituída, fóruns regionais e locais e o Plano Plurianual.

Entre 2008 e 2011 as ações se reuniram em torno do Programa de Proteção e Promoção dos Povos Indígenas (PPPI), "cabendo à Funai a responsabilidade por sua articulação e coordenação, em parceria com os demais ministérios e órgãos", este tem relação com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Indígena, lançado pelo governo Lula (BANIWA, A.F., 2011, p. 85). Somando a esses programas, se destaca o beneficiamento das populações indígenas nos programas Fome Zero e Bolsa Família e no programa de Desenvolvimento Sustentável nas Comunidades Indígenas.

No âmbito do Ministério da Cultura a gestão do ministro Gilberto Gil, durante o primeiro governo Lula, é tida como fundamental para a questão da diversidade cultural no contexto brasileiro. O Ministério da Cultura passa a ser pautado, dentre outras questões, pela pluralização da questão identitária e é neste período que a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco (2005) é adotada oficialmente no Brasil.

Em 2004 é criada na estrutura do ministério a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural - Brasil Plural, responsável por promover e apoiar a diversidade cultural, dentre outras questões, assim como subsidiar a Secretaria de Políticas Culturais na formulação de políticas para a promoção da diversidade cultural e fortalecimento de identidades. Em 2006 o Ministério da Cultura lançou o Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil - realizando um balanço dos quatro anos de governo e traçando ações estratégicas para o futuro - onde coloca como um dos principais desafios, o reconhecimento da diversidade cultural brasileira. O programa contribuiu na ampliação do conceito de cultura adotado pelo Estado, tomando-a em três dimensões - como expressão simbólica (estética e antropológica), como direito e cidadania de todos os brasileiros e como economia e produção de desenvolvimento. Em se tratando da diversidade cultural, a coloca na relação com a cidadania cultural - enquanto superação das desigualdades e reconhecimento das diferenças - relacionado a identidades particulares, às relações sociais. Além disso, a expressão "democracia cultural" permite o reconhecimento das subculturas particulares, embora seja um termo atualmente

questionado, inclusive em suas necessidades, e pressupõe que é papel do Estado intervir no desenvolvimento destas culturas marginalizadas, a partir de suas necessidades e exigências. Dessa maneira, as políticas culturais assumem o papel de fornecer meios para a expressão cultural dos diversos grupos sociais. Para Gruman (GRUMAN, 2008), o desafio do Brasil está em adequar sua legislação e institucionalidade da cultura à Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO. Essa adequação se apresenta como importante para a articulação com os demais países, tendo em vista a cooperação internacional, e para que a diversidade cultural brasileira se estabeleça e seja aprofundada como referência das políticas culturais desenvolvidas pelo Estado. Dentre as políticas desenvolvidas cabe ressaltar também o papel fundamental do Minc acerca do apoio material e político às iniciativas advindas das populações indígenas, de modo a fortalecer suas manifestações culturais. Dentre as ações realizadas neste sentido, houve o importante estímulo e apoio aos pontos de cultura indígenas, além do lançamento em 2006 do Prêmio Culturas Indígenas, que premiou 276 comunidades e organizações indígenas. Certamente esses mecanismos de apoio precisam ser aperfeiçoados, mas significam desde já um avanço para as políticas culturais destinadas a este segmento.

Tendo em vista o quadro de instabilidade na trajetória das políticas culturais brasileiras, o Ministério da Cultura instituiu em 2012 o Sistema Nacional de Cultura (SNC), que propõe um pacto federativo entre municípios, estados e a federação, demandando para sua implementação a criação de órgãos gestores de cultura, os conselhos, conferências de cultura, comissões intergestores, sistemas de financiamento, sistemas de informações e indicadores culturais, programas de formação em cultura, sistemas setoriais e planos de cultura. O Plano Nacional de Cultura (PNC), lançado em 2010 se apresenta como o fundamento da política cultural, regido por princípios, diretrizes e estabelecendo metas a médio e longo prazo (2011-2010) e, dessa maneira, se propõe a contribuir para uma maior estabilidade no campo da política e da gestão cultural. O Estado e a Diversidade Cultural se apresentam como prioridades temáticas do PNC brasileiro e os objetivos traçados são amplos, mas há um enfoque relacionado às políticas setoriais e ao aperfeiçoamento da gestão pública, já que há um contexto de discurso político para um conceito ampliado de cultura e redefinição do papel do Estado. No que diz respeito às cultura indígenas, um dos pontos considerados por Neves (NEVES, 2008) é de que não foram pensadas propostas de articulação intersetorial com, por exemplo, a FUNAI, os ministérios de Meio Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento Agrário. De um modo geral, Neves considera que o plano sofre da falta de um debate mais exaustivo, com envolvimento das comunidades indígenas. Acerca dos planos setoriais

previstos, foi lançado em 2011 o Plano Setorial para as Culturas Indígenas, prevendo o desenvolvimento de ações voltadas a proteção, promoção, fortalecimento e valorização dessas culturas. O plano é tido como resultado de diversos debates e negociações ocorridos no Fórum Cultural Mundial, realizado em 2004, em São Paulo, e decorrentes do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas (2010), vinculado ao Conselho Nacional de Políticas Culturais. A publicação do plano se divide entre princípios, definições, objetivos, diretrizes, marcos legais e macroprogramas de ações, este se relaciona com os seguintes temas: Memórias, Identidades e Fortalecimento das Culturas Indígenas; Cultura Sustentabilidade e Economia Criativa; Gestão e Participação Social.

No Fórum Cultural Mundial foi produzido um importante documento intitulado Diretrizes para a Formulação de uma Política Cultural Referente aos Povos Indígenas. Uma demanda que surge, advinda de uma dívida histórica para com estes povos, é a da luta contra o preconceito, através de campanhas de divulgação e valorização das culturas indígenas. São apontadas como propostas para esta demanda, a criação de campanhas nos meios de comunicação, para divulgar a riqueza cultural da diversidade indígena. As escolas também se apresentam como um importante ambiente para esta divulgação, além da produção e distribuição de material, como livros, inclusive didáticos, vídeos e CDs, com a participação das organizações e comunidades indígenas. No documento produzido no Fórum Cultural Mundial, sugere-se também a criação de um canal efetivo de divulgação das ações e informações acerca dos povos indígenas e a articulação entre Minc e secretarias estaduais. A exclusão social das comunidades indígenas é outro problema que se apresenta como um desafio na construção das políticas públicas, que devem melhorar o acesso à produção e circulação nacional de bens culturais, às suas próprias culturas e das demais, bem como das diversas linguagens e segmentos culturais. Como forma de fortalecer a parceria indígena na formulação das políticas culturais para estes povos, é sugerida a organização de um grupo de trabalho (GT) dentro do Minc, como forma de garantir a participação indígena nas discussões. Outra demanda apresentada é o do respeito à propriedade intelectual indígena, devendo se reconhecer o direito aos bens culturais indígenas, enquanto direitos coletivos, e criados mecanismos de proteção, através de instrumentos legais, aos conhecimentos tradicionais. Também é considerada a criação de um fundo de apoio às iniciativas das comunidades indígenas, já que muitos elementos de suas diversidades culturais precisam ser resgatados, recuperados e divulgados, bem como seus patrimônios históricos e culturais. Outra demanda é a realização de uma Conferência Nacional que discuta e estabeleça diretrizes de políticas de proteção e promoção das culturas indígenas, por meio de um amplo, aberto e organizado

processo de debate com a sociedade brasileira. Por fim, é sugerido a Criação de um Conselho Nacional da Diversidade Cultural Indígena, no âmbito do Ministério da Cultura, importante instrumento de controle social e de definição de diretrizes das políticas públicas para os povos indígenas. O documento, produzido no Fórum Cultural Mundial, por representantes indígenas, também é uma importante contribuição para o desafio de pensar, conceber, formular e implementar políticas públicas efetivas para estes povos.

Acerca do âmbito nacional, Baniwa (BANIWA, G.L., 2014) lista três preocupações: A falta de integração das políticas setoriais que regem sobre os direitos indígenas; As ameaças de retrocesso sobre o direito originário à terra, que ameaça a biodiversidade e a diversidade cultural indígena; A ineficiência da política educacional e cultural garantida aos povos indígenas, ocorrendo atualmente apenas algumas experiências pontuais, de iniciativa das próprias comunidades. Também não existe uma política efetiva de apoio às iniciativas locais, bem como de pesquisas colaborativas e co-autorais. Neste sentido, este autor considera que é preciso partir de cinco pressupostos básicos, para que se possa pensar em novas relações entre indígenas, Estado e sociedade. O primeiro deles trata-se da memória histórica, pois o reconhecimento da história indígena brasileira é essencial para que se inicie a construção de uma nova história, por novos parâmetros e princípios. O segundo pressuposto é o da diversidade cultural dos povos indígenas, em termos qualitativos e quantitativos. A noção de identidade se refere ao terceiro pressuposto básico, identidade esta construída ao longo de toda a história e que hoje ganha o direito da autoafirmação. Outro pressuposto é do direito à terra que, juntamente com a identidade cultural, é indispensável para a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas. A plena garantia da terra é condição para a garantia de proteção, fomento e promoção da diversidade dos povos indígenas. Por fim, a necessidade de uma educação adequada é pressuposto básico para escolas indígenas e no que tange a temática indígena, já que permite o reconhecimento de sua história, a divulgação de seus valores culturais, relação efetiva entre os valores culturais indígenas e o aprendizado e resgate das perspectivas e visões de mundo dos grupos indígenas. A proteção e promoção das culturas indígenas também devem passar pela questão do patrimônio cultural indígena. Apesar dos equívocos e descasos históricos em relação às políticas para a diversidade indígena, é possível perceber alguns avanços quanto à legislação de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. O reconhecimento e ampliação do reconhecimento do patrimônio enquanto bens materiais e imateriais já representam um avanço, ao alcançar os patrimônios intangíveis da diversidade existente. O instrumento atual de proteção e promoção do patrimônio material é

principalmente o tombamento e, no que se refere ao patrimônio imaterial, os principais instrumentos são o Registro de Livros do Patrimônio Imaterial do IPHAN e o Inventário Nacional de Referências Culturais. Estes instrumentos de proteção dos bens imateriais ainda são insuficientemente aplicados e não são suficientes para salvaguardar a diversidade cultural indígena, já que tais bens precisam de incentivos continuados para que se mantenham as dinâmicas culturais. Além disso, o patrimônio cultural indígena necessita de incentivos que sejam transversais, já que a cultura indígena não se desenvolve em sua plenitude fora da relação com a saúde, a terra, a dignidade, a educação tradicional e escolar, dentre outros.

A consideração feita acerca dos direitos é também válida para o campo das políticas culturais, já que as políticas e os discursos que as fundamentam não bastam por si só, precisam estar aliadas a práticas concretas e aqui se encontra a maior dificuldade, já que a questão perpassa pelos interesses sociais, políticos e econômicos em jogo, bem como pelos orçamentos destinados.



## **2. ANÁLISE DAS POLÍTICAS DA SECRETARIA DE CULTURA DA BAHIA PARA OS POVOS INDÍGENAS**

Como já acentuado, partindo do contexto nacional e internacional analisado, o presente estudo buscou ter uma dimensão do desenvolvimento das políticas públicas para as culturas indígenas a nível estadual, tendo como enfoque a Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT), entre o período de 2007 e 2014, que engloba dois mandatos do governador Jaques Wagner (PT), bem como a criação desta secretaria.

Ao tratar sobre as políticas da SECULT para os povos indígenas, se fez necessário lançar um olhar mais aprofundado sobre duas questões principais. A primeira se refere ao modo como a SECULT se estruturou ao longo destes quase oito anos de governo, do ponto de vista da sua organização administrativa, bem como dos conceitos e premissas colocados neste período, para o desenvolvimento de políticas culturais para as culturas tradicionais e identitárias, em especial para os povos indígenas. Esse primeiro recorte parte da compreensão de que para se ter uma dimensão da política desenvolvida por esta secretaria, para os povos indígenas, faz-se necessário identificar o cenário de onde partem essas políticas, os direcionamentos dados à questão e as iniciativas efetivamente executadas. Partindo deste escopo, o maior enfoque acabou se dando às atuações da Assessoria de Culturas Populares (2007), do Núcleo de Culturas Populares e Identitárias (2008-2010) e do Centro de Culturas Populares e Identitárias (2011-2014), enquanto principais órgãos da secretaria responsáveis pelo desenvolvimento de políticas culturais para os povos indígenas. Além dos conceitos norteadores, também se buscou identificar os atores envolvidos, as ferramentas e os mecanismos utilizados no desenvolvimento destas políticas e em que medida se levou em conta os avanços percebidos a nível nacional e internacional. A segunda questão levada em consideração no estudo diz respeito aos editais, enquanto mecanismo que possui lugar de destaque nas políticas de fomento à cultura e que tem a perspectiva de promover um maior acesso aos recursos do Estado via secretaria. Dessa maneira, se propõe observar em que medida os editais, principalmente aqueles que se voltam para as culturas tradicionais ou identitárias, já que aqui se localiza conceitualmente as culturas indígenas, se efetivam enquanto instrumento de fomento aos povos indígenas. Antes de tratar sobre essas duas questões, se propõe um breve histórico sobre a organização da cultura no Estado da Bahia. Embora esse não seja o enfoque da pesquisa, este histórico será trazido a fim de melhor situar a atual configuração da cultura, com a eleição de Jaques Wagner para o governo da Bahia e a

criação da SECULT, tendo as gestões de Márcio Meirelles (2007-2010) e Albino Rubim (2011-2014) à frente da pasta.

## **2.1 Breve histórico da organização da cultura na Bahia**

Sobre o período que antecede a ditadura militar, cabe salientar o ineditismo de uma política de apoio à cultura, com a criação de um Departamento de Cultura dentro da Secretaria de Educação, pelo então governador da Bahia Otávio Mangabeira, juntamente com o então secretário de educação Anísio Teixeira. Além disso, os anos 50 foram de grande importância para a vida cultural da Bahia, com a Universidade Federal da Bahia, que se destaca como força motriz da modernização cultural baiana, sob a reitoria de Edgar Santos. No governo de Antônio Balbino (1955-1959), foi iniciada a construção do Teatro Castro Alves, localizado em Salvador, devido a um incêndio ocorrido em 1958, sua inauguração acabou adiada para 1967. Esta fase da democracia brasileira, que vai de 1945 a 1964, é apontada por Maciel como um momento de mudança política e cultural, ainda que de forma tímida.

Vida cultural pacata e o começo de uma agitação, de uma cultura industrializada. O país vivia uma instabilidade e isso se reflete para os governos estaduais. Na Bahia, a modernização chegara atrasada, quando comparamos com o resto do Brasil. O modernismo, que atingira o país na década de 20, só pisara em terras baianas do final da década de 40 para diante. [...] Na transformação baiana, assim como é inegável o papel da “Universidade de Edgard Santos” fazendo com que Salvador sonhasse ser metrópole cultural do país. É, também, inegável o papel impulsionador do governador Otávio Mangabeira, juntamente com Anísio Teixeira, ao criarem o Departamento de Cultura na Secretaria de Educação. Na política baiana, quase não houve incentivo direto à cultura, tendo como único registro, uma primeira política cultural, criada por este departamento de cultura, no mandato de Otávio Mangabeira. (MACIEL, 2006, p. 13)

Quando a ditadura militar foi instaurada com o golpe de 1964, os movimentos culturais baianos acabaram sendo desarticulados, com a migração de intelectuais e artistas e a repressão dos movimentos culturais remanescentes. De acordo com Uchôa (UCHÔA, 2006), existiram alguns poucos movimentos de resistência cultural, como o Teatro Vila Velha, o Clube de Cinema da Bahia, o Instituto Goethe de Salvador (ICBA) e a Jornada de Cinema da Bahia. Neste período, o Departamento de Ensino Superior e de Cultura se tratava do único órgão responsável pela cultura na Bahia, com uma atuação frágil e muito concentrada na capital. Em 1967 ocorre uma reforma administrativa na Secretaria de Educação e Cultura, no

governo de Luís Viana Filho, que culmina na criação do Conselho Estadual de Cultura, no mesmo período em que também é criado o Conselho Federal de Cultura. O Conselho trata-se da primeira instituição criada na Bahia para tratar especificamente da cultura. Ainda em 1967 é criada a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, com a atribuição de preservar o patrimônio cultural do estado, antes a cargo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em 1980 a fundação se transforma em autarquia, levando o nome de Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC). Ainda com eleições indiretas Antônio Carlos Magalhães assume, em 1972, o governo da Bahia, criando no mesmo ano a Fundação Cultural do Estado (FCEBa), vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, através da Lei Estadual 3.095, de 26 de dezembro de 1972. No entanto, considera-se que ela só foi criada efetivamente dois anos depois, com a aprovação do primeiro estatuto, quando em sua estrutura passam a existir a Diretoria executiva e o Conselho Deliberativo e a estarem vinculadas as bibliotecas públicas, o Museu de Arte da Bahia (MAB), o Museu de Arte Moderna (MAM), o Museu de Arte Popular e o Teatro Castro Alves. Em 1966 acontece a I Bienal de Arte da Bahia, realizada no Convento do Carmo, e em 1968 a II Bienal de Arte da Bahia, ano em que o AI-5 já está instaurado. Assim como a III Bienal e as Bienais de Artes Plásticas, que não ocorreram, as manifestações culturais passaram a ser duramente reprimidas neste período.

O período da ditadura militar na Bahia se apresentou como o tempo em que o governo reprimiu de forma intensa os movimentos culturais da sociedade civil e centralizou em si as ações culturais do estado. A cultura foi usada também, assim como no âmbito nacional, como forma de destacar dentro da diversidade cultural baiana uma “identidade” para exportação; para controlá-la o estado investiu mais do que em qualquer outro momento anterior neste campo. A criação das principais instituições culturais do estado nesse período foi consequência de tal centralização e investimento, disso resultou uma demarcação maior do papel da cultura dentro do governo. Com relação à preservação dos bens culturais no estado, durante todo o tempo verificou-se grande atenção à restauração dos casarões e edificações religiosas do Pelourinho, ou seja, dos bens materiais, apesar da proposta do IPAC de gerenciar também os bens culturais imateriais. (UCHÔA, 2006, p.18)

Com a abertura democrática e o retorno das eleições diretas, Waldir Pires é eleito governador da Bahia, com amplo apoio da população, tendo no projeto da coligação "A Bahia vai mudar" observações e propostas abrangentes para a cultura. Em meio a um instável cenário político, bem como descontentamento em relação ao distanciamento do governo federal de José Sarney para com o Estado baiano, Waldir Pires renuncia ao cargo em 1989,

tendo em vista sua candidatura como vice-presidente de Ulisses Guimarães. O vice-governador Nilo Coelho assume o cargo, o que significou perdas para o projeto político que se tinha, onde o setor cultural assumia certo lugar de destaque e importância. Segundo Santos, com a saída de Waldir Pires muitos dirigentes de cultura do Estado, inclusive o secretário de cultura, deixaram suas pastas e se interrompem os projetos que vinham tendo andamento, marcando o período pela descontinuidade.

No governo Waldir, toda a vontade, as idéias, os projetos, e o grupo escolhido, não foram suficientes para dá fôlego a uma política bem sucedida na área de cultura. E além de tudo, a gestão que vinha sendo desenvolvida, com todas as suas dificuldades, foi abortada pela renúncia do governador e a não continuidade dos trabalhos por parte daquele que assumiu em seu lugar. (SANTOS, 2006, p.24)

Apesar disto, é feita uma reforma administrativa, com a Lei 4.697, de 15 de julho de 1987, onde é prevista a criação da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, além da criação do Departamento de Intercâmbio e Ações Regionalizadas (DIAR), a Superintendência de Apoio as Ações Culturais (SAAC) e o Departamento de Bibliotecas (DEPAB). Com esta reforma, o Teatro Castro Alves passa a ter autonomia administrativa e financeira e o Departamento de Museus passa a integrar a secretaria. De acordo com Santos (SANTOS, 2006), a secretaria, que tem como primeiro gestor José Carlos Capinam, surge com a proposta de “preservar a memória e a tradição do Estado, fomentar as ações culturais dos segmentos da sociedade e fornecer condições para o livre desenvolvimento das ações culturais” além de proporcionar autonomia do setor cultural e um diálogo mais direto com o recém criado Ministério da Cultura (BAHIA, 1987, apud SANTOS, 2006). No governo de Waldir Pires é também implantada, em 1987, a Fundação Pedro Calmon (FPC). Com uma nova reforma administrativa realizada através da Lei 5.121, de 6 de julho de 1989, promovida pelo então governador Nilo Coelho, acabou se extinguindo o SAAC e a DIAR e sendo criado uma Coordenação de Desenvolvimento Cultural (CODEC), o Departamento de Equipamentos Culturais (DEPEC) e o Sistema de Informações Culturais (SIC). A Fundação Cultural do Estado (FCEBA), que até então exercia o papel de principal órgão cultural da Bahia, foi passando por graduais reformas administrativas e, com a direção de Ordep Serra, ainda no governo de Nilo Coelho, se transforma em Fundação das Artes (Fundart) e assume a configuração que atualmente prevalece, de atuar principalmente com as linguagens artísticas. Ainda sobre esta época, o Teatro Castro Alves acabou sendo fechado no final do governo devido à degradação física da estrutura, no entanto, a Concha Acústica permanece aberta, por

ter recebido reformas. Para Santos, apesar de observar avanços, o período que abrange os governos de Waldir Pires e Nilo Coelho (1987-1991) se revelou como frágil para implementar a possibilidade de uma política de cultura diferenciada.

De tal forma, revelou-se um governo sem traquejo administrativo e político para gerenciar a condução de uma gestão pública em meio as recorrentes crises que aconteciam no país e eram refletidas na Bahia. O momento de quebra na rotina do poder na política pode então ser lembrado como a fase dos sonhos, dos projetos e da decepção. (SANTOS, 2006, p. 23)

Em 1990, Antônio Carlos Magalhães novamente assume como governador da Bahia, iniciando uma série de redefinições para a política cultural do Estado. Em 1991, com a reforma administrativa promovida pela Lei 6.074, de 22 de maio de 1991, é extinta a Secretaria de Cultura e a cultura é então incorporada à Secretaria de Educação, passando a se chamar Secretaria de Educação e Cultura da Bahia, sob a gestão de Dirlene Mendonça. Além disso, a Finart volta a existir como Fundação Cultural do Estado da Bahia.

Este governo de ACM é reconhecido pelo aprofundamento da relação da entre cultura e turismo.

[...]a percepção que aos poucos se instala é de que a Bahia detém um grande potencial para o turismo cultural. A “baianidade” a ser comercializada, vendida como atração turística começava a ser descoberta. Por se tratar de um período de transição, dessa visão inicial resultam políticas voltadas, mais particularmente, para a disponibilização de aparatos físicos que remetam à cultura baiana, à identidade própria do estado. Inicialmente o patrimônio físico é o grande destaque desta aliança que ainda se modelava, entre cultura e turismo. (FERNANDES, 2006, p.11)

Dentre as obras realizadas neste período, existiu especialmente a do Centro Histórico de Salvador (Pelourinho) e do Teatro Castro Alves, que é reaberto em julho de 1993. Além disso, o Museu de Arte da Bahia que se encontrava fechado há dois anos, recebe reformas e restaurações de pinturas e obras de 50% da sua coleção de pintura e 90% das obras de arte, concluídas em 1993 (FERNANDES, 2006, p.17). Em suma, o referente período, entre 1991 e 1994, pode ser considerado como embrião da política cultural do Estado que se aprofunda na gestão seguinte.

O governo de Paulo Souto (1995-1998) e César Borges (1998), este assume o governo após a saída de Paulo Souto como candidato ao Senado, é percebido como uma continuidade

do projeto carlista iniciado no governo anterior, inclusive no campo cultural. Vale ressaltar que no mesmo período, no âmbito federal, acontecem reformas nas leis de incentivo fiscal por Fernando Henrique Cardoso, a Lei do Audiovisual e a Lei Rouanet, que fortalece o poder da iniciativa privada na decisão sobre os projetos apoiados, tendência também refletida no âmbito estadual. Seguindo esta perspectiva na política cultural do Estado, é criada em 1995 a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), através da Lei nº 6.812, vinculando à SCT a BAHIATURSA, entidade da administração indireta, a Fundação Cultural do Estado - FUNCEB, a Fundação Pedro Calmon – FPC, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado – IPAC e o Instituto de Rádio-Difusão - IRDEB. Paulo Renato Dantas Gaudenzi, que foi da coordenação de Fomento e Turismo da Secretaria de Indústria e Comércio e presidente da BAHIATURSA por onze anos, assume como secretário de Cultura e Turismo durante os dez anos de existência da secretaria. Em 1996, o governo de Paulo Souto aprova o FazCultura, primeira lei estadual de incentivo à cultura no país, através da Lei nº 7.015/96, de dezembro de 1996. No interior, apesar de poucas ações realizadas, foram feitas importantes reformas em alguns espaços culturais. Outro importante órgão que recebeu reforma foi a Biblioteca Pública do Estado. Na área de formação e pesquisa, destacam-se apenas a inauguração de nova sede da Escola de Dança da Funceb e a realização do I Censo Cultural da Bahia. Sobre o período, que vai de 1995 a 1998, Balanco considera que cultura é "sempre colocada como um fator primordialmente econômico para o fortalecimento do turismo", perspectiva que também prevalecerá nas gestões seguintes (BALANCO, 2007, p.4). Em suma, o que se identifica nesta gestão é um tratamento da cultura como entretenimento, sob um discurso identitário regional, onde as ações partiam da consideração de uma "evolução do nível cultural".

Poucas iniciativas da SCT nessa gestão se constituíram em verdadeiros exemplos de ações culturais. Se caracterizaram quase sempre como ações de animação cultural, com características de política de eventos, e não de política cultural. As ações começam e terminam num curto espaço de tempo, não evoluem, e não dão à população meios de guiar a sua cultura, criando e executando. (BALANCO, 2007, p.11)

Os governos que se seguem dão continuidade a projetos que vinham sendo realizados e à política cultural de Estado supracitada, com César Borges (1998-2002) e Paulo Souto (2002-2006). Ocorrem algumas mudanças através da Lei 7.435, de 30 de dezembro de 1998, e da Lei 8.538, de 20 de dezembro de 2002, que resultam na existência de três órgãos da Administração Direta, a SUDECULT, SUDETUR e SUINVEST e de três Fundações, a FPC,

FUNCEB e IRDEB, além do IPAC, enquanto autarquia, da BAHIATURSA e do Conselho Estadual de Cultura - CEC (KAUARK, 2007, p.4). De acordo com Kauark, a Secretaria de Cultura e Turismo seguem cinco linhas estratégicas nos projetos desenvolvidos: Oferta de espaços e equipamentos culturais; Difusão e Dinamização da Cultura; Desenvolvimento Sócio-cultural; Preservação da Memória e Patrimônio; Fortalecimento Institucional (KAUARK, 2007). A política de financiamento continua sendo por parcerias ou renúncia fiscal, via Fazcultura, e para o patrimônio cultural material e imaterial, via subvenções. Em relação ao Fazcultura, o governo identificou a existência de uma concentração de recursos em certas entidades, dentre outras questões, e ele é então aperfeiçoado durante as gestões de César Borges e Paulo Souto. Neste sentido, houve o estabelecimento de percentual de apoio para as linguagens artísticas, através da Resolução no 473/2003, ficando 24% para as Artes Cênicas, 20% para Música, 20% para Arquivo, Biblioteca, Museu e Bens Móveis e Imóveis, 10% para Artes Plásticas, gráficas e fotográficas, 10% para o Artesanato, 10% para Folclore e Tradição Popular, 8% para Cinema e Vídeo e o mesmo para Literatura. Além disso, foi criado em 2005 o Fundo de Cultura da Bahia (FUNCULTURA), com o fim preferencial de apoiar projetos de baixo apelo mercadológico e que, por isso, têm dificuldade para agarrar recursos junto à iniciativa privada.

Ao encarar a cultura como fator de desenvolvimento econômico, levou-se em consideração seu potencial de atração turística e, conseqüentemente, seu potencial como produtora de riqueza econômica. Essa priorização do turismo é percebida através da iniciativa da Secretaria de Cultura e Turismo, juntamente com a Secretaria de Planejamento, em criar uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, em 2002, cujos objetivos não faz referência à cultura, mas principalmente ao turismo e ao desenvolvimento econômico (KAUARK, 2007, p. 16). Além disso, Kauark aponta a disparidade dos gastos relacionados à cultura e o turismo.

Com informações orçamentárias é possível perceber a disparidade entre as pastas. Enquanto foram gastos, ao longo de 12 anos, na área do turismo cerca de U\$ 1 bilhão e 600 milhões, o investimento com cultura, em 10 anos de existência da Secretaria, somam R\$ 550 milhões, o equivalente, segundo o secretário, a uma média de 1.2% do orçamento anual do governo do estado." (KAUARK, 2007, p.17)

No ano de 2005 foi realizada, pela Secretaria de Cultura e Turismo, a I Conferência Estadual de Cultura, em Salvador, que registrou o número de 248 participantes. Outro importante ponto a ser ressaltado é a forma como a questão identitária foi tratada durante essas últimas gestões (1998-2006), já que a temática proposta na presente monografia

perpassa pela questão e parte da consideração de que a identidade e pluralidade cultural devem ser tratadas de modo abrangente e substancial. Para Kauark, "[...]a grande repercussão da afro-baianidade fez com que algumas atividades culturais, que antes não bem vistas pela sociedade, fossem aceitas e freqüentadas por aquela parcela da população que não compartilhava dessa cultura afro" (KAUARK, 2007, p.18). No entanto, apesar de alguns resultados positivos, a política da identidade daquele período acabou reiterando estereótipos, tendo em vista o público externo, a atração turística, a economia, ao invés de se voltar para uma política de fato estruturante para a cultura e a identidade local.

A Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia, ao eleger como prioridade do órgão a pasta do turismo, com a intenção de fomentar a economia deste setor, produziu uma submissão e uma fragilidade de conceitos, projetos e instituições da Superintendência de Cultura aos objetivos turísticos e empresariais. Esta visão empresarial pode simplificar e estagnar a transformação continuada da cultura. (KAUARK, 2007, p.18)

A partir deste histórico, é possível identificar que a organização pública da cultura na Bahia é marcada por descontinuidades, pela centralização e como reflexo dos diferentes posicionamentos adotados pelos governos. Dessa maneira, as premissas, os conceitos e práticas adotadas no campo da política cultural, encontram-se em um processo de construção e desconstrução, de modo a superar as incoerências do passado e avançar para uma maior estruturação da cultura. Em se tratando de políticas culturais para os povos indígenas, nos deparamos até 2006 com um cenário de ausência e distanciamento do poder público. Diante deste contexto, será observado a seguir como se procedeu a estruturação das políticas para a diversidade cultural, com foco nas culturas indígenas, com a eleição de Jaques Wagner e a criação da Secretaria de Cultura da Bahia.



## 2.2 A Secretaria de Cultura e o lugar das políticas culturais para os povos indígenas

Alinhado às mudanças que passam a ocorrer no âmbito federal, especialmente com a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, a eleição de Jaques Wagner para governador da Bahia abre espaço para novos rumos no campo da cultura. O conceito de cultura trata-se do primeiro ponto a ser destacado, enquanto norteador das políticas desenvolvidas. Dentro do Ministério da Cultura e da Secretaria de Cultura, que virá a ser criada em 2006, o conceito de cultura passa a ser adotado em seu sentido mais amplo, mais abrangente, dito antropológico. Segundo Rubim, no âmbito do Ministério da Cultura, essa ampliação, além de significar uma superação da visão elitista e discriminadora de cultura, permitirá que sejam enxergadas novas áreas, inclusive a das culturas indígenas.

[...]a assimilação da noção larga permite que o ministério deixe de estar circunscrito à cultura culta (erudita) e abra suas fronteiras para outras modalidades de culturas: populares; afrobrasileiras; indígenas; de gênero; de orientação sexuais; das periferias; da mídia áudio-visual; das redes informáticas etc. (RUBIM, 2008, p. 198)

Nesta perspectiva, em que o conceito de cultura é alargado, uma nova reforma administrativa ocorre durante o período de transição do governo de Paulo Souto para o de Jaques Wagner, a pedido do governador eleito, e desvincula o turismo da cultura, criando a Secretaria de Cultura (SECULT), através da Lei 10.549, de 28 de dezembro de 2006. A cultura volta, dessa maneira, a assumir lugar de autonomia na organização pública, passando a ser pautada pela descentralização, participação, interiorização e articulação institucional, conforme aponta o próprio relatório de atividades do governo, de 2007.

Pode-se afirmar que 2007 foi o ano em que o Estado reassumiu suas responsabilidades com a gestão da cultura. Ultrapassou a lógica de pensar a cultura como espetáculo artístico e instrumento de atração turística com a venda de uma imagem específica da Bahia. Desenhou um novo cenário para a atuação estatal lastreado pelas idéias de que a produção cultural cabe à sociedade, que os meios de acesso e consumo desta produção devem ser democráticos e que é imperativo o diálogo e a observância aos marcos legais e institucionais cujo aprimoramento é indispensável. (BAHIA, 2007, p.162)

Outra importante reestruturação, que ocorreu com a lei, foi a criação da Coordenação de Políticas para Povos Indígenas, vinculado à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), que desde a sua criação é coordenado por um indígena. Esta coordenação vem exercendo papel fundamental no desenvolvimento de políticas públicas para estes povos

e estabeleceu parcerias importantes com a SECULT, e também com outras secretarias, especialmente nos primeiros anos de governo.

De acordo com o regimento da SECULT, aprovado pela Lei 10.378, de 12 de junho de 2007, o órgão tem por finalidade "[...]executar a política governamental destinada a apoiar a cultura, preservar a memória e o patrimônio cultural do Estado e promover o desenvolvimento da radiodifusão cultural e educativa" (BAHIA, 2007). O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, a Fundação Cultural do Estado, a Fundação Pedro Calmon, o Instituto de Rádio de Radiodifusão Educativa da Bahia, ficam vinculados à SECULT enquanto entidades da administração indireta, e o Conselho Estadual de Cultura, enquanto órgão colegiado. Dentre as competências instituídas está a de "apoiar as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional", já demonstrando uma atenção especial para com os povos e comunidades tradicionais e as culturas populares (BAHIA, 2007).

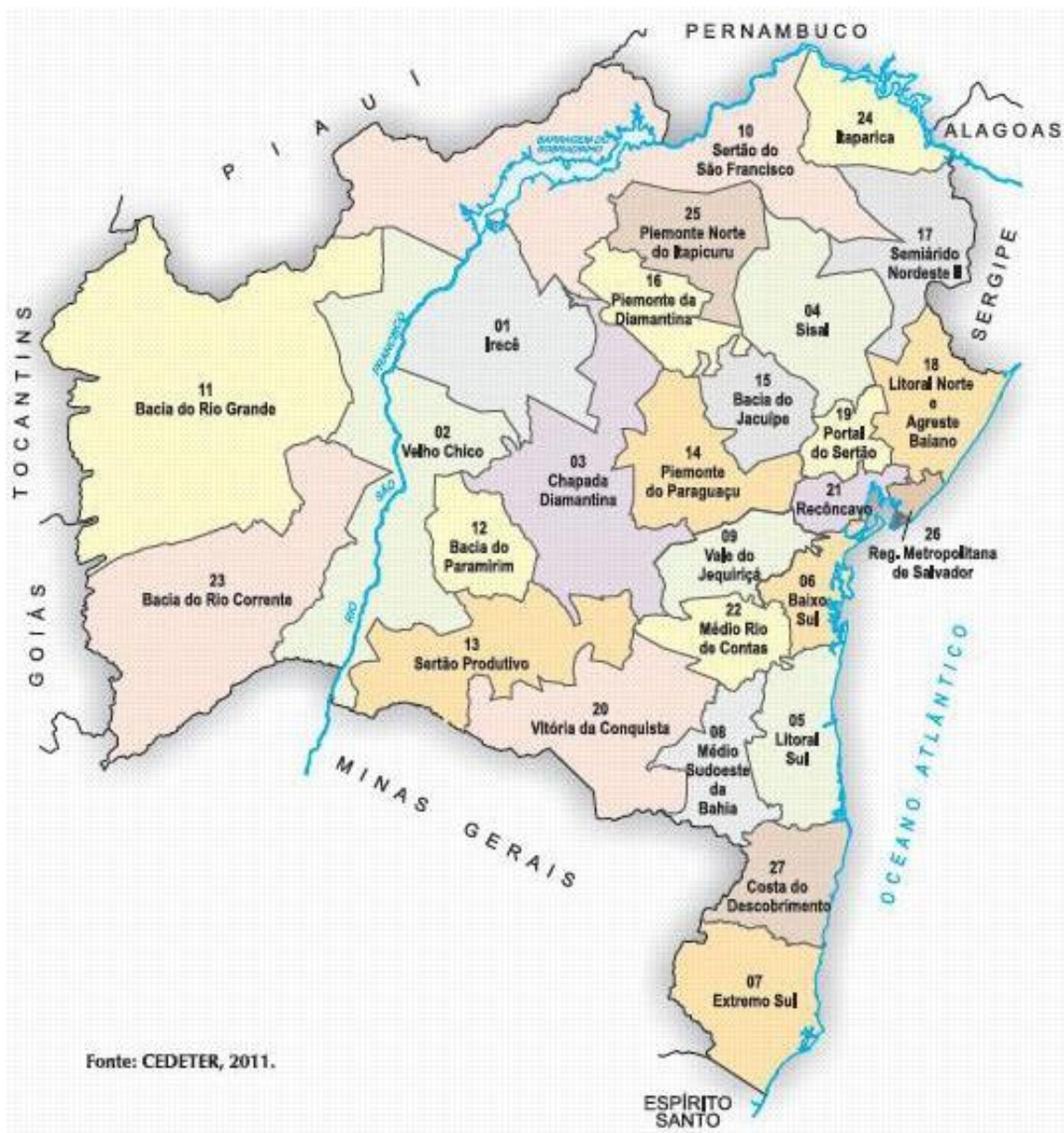
O primeiro secretário a assumir a pasta da cultura foi Márcio Meirelles (2007-2010), diretor de teatro, cenógrafo, figurinista e gestor cultural, além de criador do Bando de Teatro Olodum (1990). A gestão de Meirelles assumiu cinco linhas de ação - a diversidade descentralização, o desenvolvimento, democratização, diálogo e a transparência. Com suas próprias palavras, este novo ciclo da política cultural baiana, seguindo os avanços já alcançados no âmbito federal, precisou "[...]colocar a cultura na centralidade do desenvolvimento e institucionalizar uma política consistente de Estado. Revelar e tratar as identidades de toda a Bahia" (BAHIA, 2010).

Tivemos como referência a trilha já percorrida pelo Ministério da Cultura, que quebrou paradigmas e inaugurou uma nova política cultural no país. Do ponto de vista da gestão, tomamos como meta prioritária a construção de um Sistema Estadual de Cultura para a Bahia, de modo que a cultura fosse definitivamente tida como uma política de Estado, tratada em sua especificidade e compreendida como central ao nosso desenvolvimento. (BAHIA, 2010, p.4)

Neste sentido, a política cultural passou a ser norteadada pelo Programa Integrado de Desenvolvimento Territorial da Cultura, adotado pelo governo, que distribuiu a Bahia em 26 Territórios de Identidade, com objetivo de desenvolver com mais equilíbrio e sustentabilidade as diferentes realidades existentes na Bahia. Essa divisão passa por alterações, ficando atualmente o Estado baiano distribuído em 27 territórios (Figura 1), os quais serão levados em consideração no desenvolvimento das políticas culturais até a atual gestão. A Secretaria de

Cultura realizou em 2012 o primeiro concurso para contratação, por meio de REDA, de Representantes Territoriais. Posteriormente os editais também passaram a se basear por esta divisão territorial e inserir cotas territoriais, o que permite uma maior descentralização dos recursos, embora isso nem sempre se efetive nos editais. Além disso, a Bahia foi o primeiro Estado a assinar o termo de estadualização do Programa Mais Cultura, do Ministério da Cultura, com a seleção de 150 Pontos de Cultura, incluindo cinco pontos indígenas, para recebimento de recursos por três anos consecutivos, sendo R\$ 60 mil por ano. A segunda edição do edital para seleção dos pontos de cultura só foi lançada recentemente, em 2014. A política de territorialização adotada pela SECULT trata-se de um importante avanço para as políticas culturais do Estado, especialmente para as comunidades indígenas que, em sua grande maioria, estão localizadas no interior da Bahia.

Figura 2 - Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia



Fonte: CEDETER, 2011.

Na estrutura do Gabinete do Secretário são criados "núcleos e assessorias que têm ao seu encargo a articulação de ações transversais ou especiais", que inclui as culturas populares e identitárias (BAHIA, 2010). Primeiramente é criado, em 2007, a Assessoria de Culturas Populares, tendo Lorena Coelho como assessora e no ano seguinte o Núcleo de Culturas Populares e Identitárias, que permanecerá até 2011. Sobre estes quatro primeiros anos de governo, considerando o período entre 2007 e 2010, temos uma política cultural que atuou, em grande medida, de modo transversal, verificado através das ações realizadas, apontado nas falas dos entrevistados desta pesquisa e registrado em relatório.

A política de promoção das culturas populares e identitárias se desenvolve a partir da atuação de várias áreas e projetos, com a necessária articulação com outros organismos governamentais, em especial as Secretarias da Promoção Social (SEPROMI), da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH) – por intermédio do grupo interinstitucional de políticas para os indígenas – e do Trabalho, Renda e Emprego (SETRE) – por meio do Instituto de Artesanato Visconde de Mauá (Instituto Mauá). (BAHIA, 2010, p. 89)

No período em que existiu a Assessoria de Culturas Populares, não foram encontrados dados de iniciativas voltadas às culturas indígenas, levando em conta os relatórios, balanços e demais documentos do governo. No entanto, S. Ribeiro (RIBEIRO, 2014) aponta que foi realizado um seminário, onde estiveram reunidas diversas etnias e lideranças indígenas, o que pôde ser constatado por matérias veiculadas na internet, da realização de um I Seminário de Política Cultural para os Povos Indígenas<sup>2</sup>. O seminário ocorreu na reitoria da Universidade Federal da Bahia, que entrou como parceira, entre 16 e 18 de abril de 2007, com a presença, na abertura do evento, do secretário de cultura Márcio Meirelles, Ordep Serra, o pró-reitor de extensão da UFBA e Frederico Fernandes, então superintendente de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos da Secretaria de Justiça, além de representantes da Apoime, Apinoba, Coedin, Anaí, Cimi, dentre outros<sup>3</sup>. De acordo com as informações encontradas, o seminário buscou levantar propostas, em torno de um amplo programa de escuta aos setores culturais, para culminar também na II Conferência Estadual de Cultura. De acordo com Sueli Ribeiro, do seminário foi tirada a proposta de realização pela secretaria de encontros, seminários e de apoio financeiro às culturas indígenas, o que acabou ocorrendo em certa medida. Em relação ao programa de escuta supracitado, o relatório da Secult 2007-2010 de fato aponta que no campo do diálogo e participação social, "além das conferências estaduais de cultura, também foram realizados diversos encontros, seminários, fóruns e debates voltados ao diálogo e à participação social com objetivo de escutar, discutir e avaliar demandas". No que se refere à assessoria, é preciso considerar também que não houve uma estruturação suficiente para atender à grande diversidade cultural existente de povos e comunidades tradicionais e das

---

<sup>2</sup> Foram encontradas notícias relacionadas a este seminário no site Camaçari Notícias <<http://camacarinoticias.com.br>>, Jornal da Mídia <<http://www.jornaldamidia.com.br>> e FGV - GVces <<http://www.gvces.com.br/>>.

<sup>3</sup> Apoime - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo; Apinoba - Associação de Professores Indígenas do Norte e Centro Oeste da Bahia; Coedin - Comissão de Educadores Indígenas; Anaí - Associação Nacional de Ação Indigenista; Cimi - Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

culturas populares, já que contava apenas com três servidores, como aborda S. Ribeiro ao tratar sobre a época em que atuava neste setor (RIBEIRO, 2014). Dessa maneira, além de observar as poucas ações realizadas pela assessoria, é preciso compreender que na estrutura da secretaria não houve grandes investimentos em recurso humano, e possivelmente em orçamento, para que se pudesse, de maneira mais incisiva, implementar políticas culturais para estes segmentos. No entanto, temos aqui um avanço no olhar para as culturas indígenas, na construção de um espaço que se aproxima desses povos, dando os primeiros passos para essa inclusão na construção das políticas culturais. Dessa maneira, o estudo reafirma o que foi dito por S. Ribeiro, quando aborda que "inicialmente era conhecer, fazer esse intercâmbio, essa aproximação da secretaria com os índios distantes no interior, sem telefone, sem internet" (RIBEIRO, 2014). Com a criação do Núcleo de Culturas Populares e Identitárias essa aproximação inicial vai se aprofundar e o conjunto de intervenções voltado aos povos indígenas é ampliado.

A II Conferência de Cultura da Bahia ocorreu em Feira de Santana, entre 25 e 28 de outubro de 2007 e registrou a participação de 2.042 pessoas, de 269 municípios baianos e teve como tema "A Cultura é o que?". A conferência passou pelas etapas municipais, territoriais e a etapa estadual, sendo que na etapa estadual o sub-tema Culturas Indígenas esteve relacionado ao tema Patrimônio Imaterial. As propostas levantadas para o sub-tema Culturas Indígenas foram: Repassar recursos oriundos dos fundos de cultura dos governos federal, estadual e municipal diretamente para as associações das comunidades indígenas; Criar lei objetivando a implantação da história e cultura dos povos indígenas da Bahia com obrigatoriedade nas instituições de ensino municipais; Proceder, em caráter de urgência, a demarcação das terras indígenas e garantir o território tradicional das tribos ressurgidas como única forma de sustentar suas culturas. Aqui se ressalta a questão da terra como uma demanda central e urgente no desenvolvimento das culturas indígenas, pois se compreende que ela perpassa pelo âmbito da cultura. Em todas as entrevistas realizadas a questão da terra indígena será abordada como sendo uma luta prioritária para os povos indígenas, em que há um maior engajamento, fazendo inclusive com que as questões específicas da cultura fiquem de lado. Como bem aborda T. Pataxó "as lideranças indígenas como um todo acreditam que se não houver terra, não há educação, não há saúde, não há cultura. Então a terra acaba sendo a luta principal dos povos indígenas" (T. PATAXÓ, 2014). Na II conferência 76% dos territórios apontaram a cultura popular como primeira prioridade, o que refletirá na criação pela SECULT do Núcleo de Culturas Populares e Identitárias em 2008.

A transversalidade da atuação, entre 2007 e 2010, pode ser constatada tanto nas iniciativas tomadas pela Fundação Cultural do Estado (FUNCEB), como nas iniciativas do Núcleo de Culturas Populares e Identitárias. O presente estudo constatou que a FUNCEB, sob a diretoria de Gisele Nussbaumer, teve um destaque nas ações voltadas para os Povos Indígenas, neste primeiro ano de governo, através de uma parceria estabelecida com a Coordenação de Políticas para Povos Indígenas da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH). Em 2007 temos como primeiro resultado da parceria com o SJCDH a realização da Semana de Direitos Humanos, onde a Funceb trouxe a "Mostra Entretodos - Festival Nacional de Curtas-Metragens sobre Direitos Humanos", que era promovida pela Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo. Em dezembro deste mesmo ano se realizou um ato comemorativo, no Centro Cultural Plataforma, em Salvador, no Dia Internacional dos Direitos Humanos. Através desta parceria, também se concretizou o lançamento inédito de um edital específico para as culturas indígenas, o Prêmio de Iniciativas Culturais Indígenas, que premiou dez projetos no valor de R\$ 10.000,00, entregues de forma simbólica no I Encontro Estadual de Organizações Indígenas. Este encontro foi promovido pela SJCDH, entre os dias 03 e 07 de dezembro, em Salvador, em homenagem ao Dia Internacional de Direitos Humanos. A parceria entre Funceb e SJCDH tem continuidade em 2008, quando foi lançado o edital "Cultura e Direitos Humanos", com o intuito de apoiar projetos contínuos, mas que não contemplou nenhum projeto voltado às culturas indígenas. Este edital foi lançado durante as comemorações dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em dezembro de 2008. Vale ressaltar, no entanto, que a partir de 2008 os editais mais específicos, que incluía em seu objeto as culturas identitárias e tradicionais, passam a ser executados pela SECULT, através do Núcleo de Culturas Populares e Identitárias. Em suma, no que se refere aos editais, o relatório 2007/2008 da Funceb aponta para um repasse de verbas de R\$ 100.000,00, para as culturas indígenas, o que corresponde ao valor do Prêmio Iniciativas Culturais Indígenas, 1% da distribuição de recursos de editais da Funceb por área (BAHIA, 2009). As áreas mais contempladas neste período, por ordem decrescente, foram as de Transversalidade, Teatro, Música e Dança. A partir de 2008 a Funceb participa apenas como apoiadora de algumas ações realizadas pelo Núcleo de Culturas Populares e Identitárias.

Com a criação do Núcleo de Culturas Populares e Identitárias, em 2008, sob a direção de Hirton Fernandes, cresce em número e consistência, as iniciativas da SECULT voltadas aos povos indígenas e se aprofunda a articulação da secretaria com outros organismos governamentais. Sobre a figura de Hirton Fernandes, é mestre em Artes Cênicas, foi

idealizador e coordenador na Bahia do Laboratório de Investigação e Formação do Ator (2001), atuou como representante da Bahia na Câmara Setorial de Teatro, vinculada ao Ministério da Cultura, coordenou o Fórum Itinerante de Cultura e, antes de assumir o cargo de diretor do núcleo, foi diretor da Integração Regional de Cultura, da Secretaria de Cultura da Bahia, em 2007. A partir dos documentos levantados, se identifica que, para as culturas indígenas, através do núcleo a secretaria pretendia o desenvolvimento de políticas que contribuíssem para a afirmação e fortalecimento da identidade e diversidade cultural das comunidades existentes no Estado. Como competências básicas do núcleo foram colocadas o apoio às políticas de desenvolvimento social mediante a incorporação do papel das culturas identitárias, a promoção de meios alternativos para o acesso ao financiamento das culturas identitárias, popular e étnico-raciais, o apoio às políticas de desenvolvimento social mediante a incorporação do papel das culturas identitárias e execução de programas de apoio à produção, comercialização e preservação do artesanato baiano<sup>4</sup>.

Em setembro de 2008 é publicado o edital de Manifestações Populares, Tradicionais e Contemporâneas, tendo o núcleo como unidade executora, com o valor total destinado de R\$ 350.000,00. O edital teve em vista a concessão de apoio a 35 propostas, com previsão de execução para 2009, no entanto, não foram identificados projetos voltados aos povos indígenas dentre os projetos contemplados. Nesta perspectiva foram realizadas oficinas de capacitação em elaboração de projetos em 10 municípios do Estado, nos meses de agosto e setembro, mas não há dados sobre a participação indígena.

Em outubro de 2008 é realizado pelo núcleo o E-14 - Encontro das Culturas dos 14 Povos Indígenas da Bahia, na aldeia Tuxá em Rodelas (BA), primeiro encontro baiano que reuniu todas as etnias então reconhecidas no Estado da Bahia e a primeira ação específica do núcleo para as culturas indígenas. O E-14 ocorreu entre os dias 16 e 19 de outubro, na Aldeia Tuxá, no município de Rodelas/Ba, promovido pelo Núcleo de Culturas Populares e Identitárias, mas em parceria com órgãos federais e estaduais e de lideranças indígenas Tuxá, Pataxó e Kiriri. Dentre os parceiros estão a SJCDH, o Ministério da Cultura, a FUNAI, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI), a UFBA e a Universidade Católica, a Secretaria de Educação, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda e a Secretaria de Meio Ambiente. O encontro contou com a participação das 14 etnias então existentes na Bahia - Atikum,

---

<sup>4</sup> Informações coletadas a partir de documentos cedidos por Hirton Fernandes, já que os documentos oficiais publicados não explicam de modo claro sobre os conceitos, premissas e competências adotadas pelo núcleo.



Kaimbé, Kiriri, Kantaruré, Pankararé, Pankararu, Pataxó, Pataxó Hã-hã-hãe, Truká, Tumbalalá, Tupã, Tupinambá, Tuxá e Xucuru-Kariri - totalizando a participação de 485 pessoas, sendo 266 representantes indígenas. No encontro, que teve um enfoque cultural, foram realizados Grupos de Trabalho em torno dos seguintes temas: Pajé, Mulheres, Jovens e Gestores. Acerca destes grupos foram propostos os temas "A religiosidade nas tradições dos mais velhos nas Aldeias", "A mulher na sociedade indígena e sua inserção na vida comunitária", "A experiência dos mais velhos nas culturas dos mais jovens" e "A gestão das atividades culturais indígenas". Além disso, ocorreram exposições, apresentações de dança, lançamento de CD, exibição de documentário, as mesas redondas "Cultura, Identidade e Diversidade Indígena na Bahia", "Política Cultura com os Povos Indígenas", dentre outras ações. O evento teve o objetivo principal de promover o encontro e intercâmbio entre os 14 povos indígenas, de maneira que fossem apontadas as diretrizes para a valorização e fortalecimento das culturas indígenas no Estado. Deste intercâmbio surgiram diversas propostas em torno dos grupos de trabalho realizados - não apenas acerca da área cultural, mesmo porque a cultura indígena é tida numa perspectiva bastante transversal - incluindo também o "com quem fazer", "quando fazer" e as providências a serem tomadas. No entanto, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada para dimensionar quais foram os desdobramentos reais dessas propostas e demandas levantadas e de que forma a SECULT as levou em consideração no desenvolvimento das políticas para os povos indígenas. Neste sentido, é importante abordar a importância destes canais de participação e diálogo para que a formulação das políticas caminhe em conformidade com as demandas existentes. Como é possível observar nas entrevistas, tais canais e espaços também não bastam por si só, é preciso levar as discussões e demandas levantadas nestes espaços em conta na realização das ações, projetos e programas propostos pelo Estado. Ao ser questionado sobre se as demandas levantadas nos espaços de participação e diálogo da secretaria têm sido levadas em conta nas políticas desenvolvidas, T. Pataxó esboça uma visão pouco animadora.

Acho que se por um lado é importante as conferências, se por um lado é importante esses encontros de consulta pelos movimentos sociais, pela sociedade civil, por outro a gente percebe que isso tudo é mais um atributo retórico, mais um atributo que as pessoas utilizam para dizer que consultou, mas na prática isso não ocorre, na prática você desconsidera tudo isso. Você sabe que existe, você tem disponível para consultar, o governo tem, mas o que é levado em consideração geralmente são as forças políticas, ideológicas, econômicas que estão também em convergência. Eu acho que isso é importante quando um governo sério e comprometido pode utilizar disso de forma positiva. [...] Não desconsidero que é algo importante esses

meios da sociedade ser ouvida, mas não acredito que os governos tenham levado em consideração isso. (T. PATAXÓ, 2014)

Em suma, o que podemos afirmar é que o espaço propiciou discussões amplas acerca das questões indígenas, para além da questão cultural ou de um povo específico, tendo em vista a diversidade das comunidades existentes na Bahia, em suas totalidades e especificidades. É possível perceber também que as demandas e encaminhamentos levaram em conta uma atuação transversal do Estado, delegando responsabilidades para os diversos órgãos e organizações que atuam na questão indígena, a nível municipal, estadual e federal. Além disso, este foi um momento importante de aproximação e abertura de um diálogo entre a SECULT, demais órgãos do Estado que estiveram presentes, e os povos indígenas, onde também se promoveu um intercâmbio cultural entre os 14 povos indígenas da Bahia.

No final de 2008, em novembro, o núcleo tem a iniciativa de promover o I Encontro Baiano de Artesanato: Construindo uma Política de Preservação e Desenvolvimento, juntamente com a Superintendência de Promoção Cultural (Suprocult/Secult) e com as parcerias da SETRE, através do Instituto Mauá e da Superintendência de Economia Solidária, da UFBA, através do CIAGS, do SEBRAE, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Secretaria de Turismo, Ministério da Cultura/Iphan/CNFCP/Monumenta, da Semear Gestão Socioambiental e da Overbrand/D!Z Comunicação. A motivação do encontro foi a de promover a construção e execução em conjunto de um plano de ação e políticas de articulação territorial para o desenvolvimento do artesanato na Bahia. O CIAGS/Ufba elaborou um relatório-síntese do Encontro, que se apresenta como um "primeiro documento indicativo de possíveis Linhas de Ação e Diretrizes para a Política de Articulação Territorial do Artesanato da Bahia"<sup>5</sup>, a fim de subsidiar a elaboração de uma política pública para o artesanato de tradição do Estado. No encontro foi formado um Pró-Comitê Gestor, também composto por representação da SECULT, através do núcleo, a fim de formar posteriormente um Grupo Executivo multissetorial para operar a política pública para o artesanato. No encontro se realizou uma mesa sobre O Artesanato Indígena e Quilombolas, tirando três pontos referentes ao artesanato indígena, expostos no relatório propositivo: Desenvolver ações para estimular e manter o comércio do artesanato indígena, servindo de mediador aos embargos da Polícia Federal e atividades ambientais, no que se refere à utilização de partes de animais e produtos vegetais na confecção das peças; Levar às culturas tradicionais novas tecnologias disponíveis

---

<sup>5</sup> Relatório do Encontro Baiano de Artesanato. Salvador, 2010. Documento cedido por Hirton Fernandes, já que o relatório não foi encontrado no modo impresso ou virtual.

desde que seja preservada a identidade do produto; Preservar as produções indígenas e quilombolas no âmbito da diversidade cultural do artesanato baiano. Também se apresentam na relatoria a constituição de seis grupos de trabalhos temáticos, para "formular os objetivos estratégicos e o detalhamento das ações do Comitê Gestor"<sup>6</sup>. No grupo sobre a Preservação da Identidade Cultural, é ressaltado o objetivo de "Preservar a diversidade cultural do artesanato baiano, com especial atenção às produções indígenas e quilombolas". O encontro se apresenta como uma importante iniciativa da SECULT, através do seu Núcleo e da Suprocult, de articulação, proposição e desenvolvimento das políticas para o artesanato. Para as culturas indígenas essa iniciativa também é de grande importância, já que o artesanato é parte indissociável de sua cultura e sua identidade, além de integrar grande parte da renda das comunidades indígenas.

Nos anos de 2009 e 2010, se perpetua a transversalidade e articulação interestadual na atuação do Núcleo de Culturas Populares e Identitárias, mas veremos a realização de alguns projetos e ações mais pontuais. Algumas delas se apresentam como desdobramentos do E-14, são a realização do Ritual do Toré, da exposição "Os Tupinambá de Kirimuré" e o lançamento de um documentário acerca do E-14, dirigido por Walter Silveira, todas as ações realizadas em 2009, em Salvador. O Ritual do Toré ocorreu na Praça Campo Grande e se caracteriza por ser um ritual sagrado dos povos indígenas. A exposição "Os Tupinambá de Kirimuré" ocorreu no foyer do Teatro Castro Alves e sinalizava a presença indígena na região da Baía de Todos os Santos (Kirimuré), nos séculos XVI e XVII. Por fim, ocorreu o lançamento, em articulação com o IRDEB, de um documentário sobre o E-14, exibido para a comunidade indígena no TCA e veiculado na TVE e TV Brasil. Além disso, foram lançados 28 interprogramas sobre cada um dos 14 povos indígenas da Bahia. Nas ações supracitadas o núcleo contou com as parcerias da Funceb, através do TCA, da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, do Instituto Mauá e da Universidade Federal da Bahia. Em Coroa Vermelha, com a parceria da SJCDH, também foi realizada uma Oficina de Elaboração de Projetos com os índios Pataxó, que alcançou um público de 10 pessoas. Também foram realizadas oficinas e videoconferência com o intuito divulgar o Prêmio de Culturas Populares da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura e contou com a participação de 150 pessoas, dentre indígenas Pataxó de Coroa Vermelha. Outro importante apoio da SECULT, em 2009, foi à realização da Programação Cultural de Intercâmbio, em Salvador,

---

<sup>6</sup> Relatório do Encontro Baiano de Artesanato. Salvador, 2010. Documento cedido por Hirton Fernandes, já que o relatório não foi encontrado no modo impresso ou virtual.

entre os índios Kaimbé (sertão baiano) e os Pataxós (litoral), realizada através de pesquisa financiada pela FAPESB e coordenada por Clélia Cortes, e que somou a participação de cerca de 350 indígenas.

No período de existência do núcleo ocorreu a III Conferência Estadual de Cultura ocorre em 2009, na cidade de Ilhéus, com o tema "Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento", somando a participação de 1.566 pessoas, de 238 municípios. Dentre os objetivos traçados para a conferência estão os de Estabelecer um processo de debate sobre o tema, eixos e sub-eixos da II Conferência Nacional de Cultura, Discutir propostas de diretrizes para subsidiar a formulação da Lei Orgânica da Cultura e Promover sinergias e estimular articulações dos segmentos, organizações e instituições da cultura nas localidades e entre os territórios. As etapas estadual, setorial e territorial giraram em torno dos seguintes eixos: "Produção Simbólica e Diversidade Cultural", "Cultura, Cidade e Cidadania", "Cultura e Desenvolvimento Sustentável", "Cultura e Economia Criativa" e "Gestão e Institucionalidade da Cultura". Nesta conferência se realizaram pela primeira vez as pré-conferências setoriais, incluindo uma pré-conferência de culturas indígenas, que ocorreu em Ibotirama, sendo coordenada pelo Núcleo de Culturas Populares e Identitárias, com a participação dos indígenas.

O último ano na gestão do secretário Márcio Meirelles mantém a perspectiva até então apresentada pelo Núcleo de Culturas Populares e Identitárias. Entre abril e maio de 2010, foi realizado um chamamento público para o cadastramento de mestres e grupos, que resultou no Catálogo das Culturas Populares e Identitárias da Bahia. Através do catálogo, é possível levantar algumas linhas, conceitos e preocupações que nortearam as ações do núcleo. A fala do então secretário Márcio Meirelles, que abre o catálogo, demonstra um alinhamento da Secretaria de Cultura com as questões colocadas a nível internacional, especialmente da UNESCO.

A valorização da diversidade cultural, além de levar em conta o que uma comunidade é capaz de expressar simbolicamente, traduz-se pelo respeito à sua história, aos seus valores, às suas maneiras de agir e conviver com a natureza e com o outro. As convenções sobre o tema, especialmente a da UNESCO, consolidam a promoção de sua visibilidade como um dever dos Estados e tratam da necessidade de sua constante manutenção como matéria de exercício de paz entre os povos, como forma de inclusão e desenvolvimento, e como outra medida de riqueza, capaz de instaurar uma prática de não submissão, de autonomia e soberania. (BAHIA, 2010, p. 8)

Compõe o catálogo dois textos intitulados "Um Panorama das Recentes Transformações no Trato das Culturas Populares no Contexto Brasileiro", elaborado pelo próprio núcleo, e "A Diversidade Cultural, o Identitário, o Popular, o Tradicional, de José Márcio Barros. Cabe aqui o destaque a alguns pontos acerca do primeiro texto, pelo histórico traçado, acerca dos avanços a nível nacional e estaduais, além de situar a Secretaria de Cultura da Bahia neste contexto. No âmbito nacional, ele nos dá um importante referencial para perceber de que forma as culturas populares e identitárias têm aparecido e participado nas organizações e documentos existentes, bem como contempladas pelas políticas a nível federal. A nível internacional se expressam como referenciais para o Brasil a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial e a Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, ambos da UNESCO. Da mesma maneira, o texto nos oferece um panorama das ações a nível estadual, incluindo estados como Maranhão, Alagoas, Ceará e Rio de Janeiro. No âmbito do Estado da Bahia, é ressaltada a II Conferência Estadual da Bahia que, como já vimos, elege em 73% das regiões participantes a Cultura Popular como segmento prioritário para as ações da SECULT, destacando as populações indígenas e afro-descendentes como segmentos que já conquistaram visibilidade nas políticas públicas. O catálogo expõe também algumas preocupações destes segmentos, de acordo com a conferência supracitada.

[...]as maiores preocupações se referem à celebração (a consolidação de calendários de eventos e promoção de festivais); à informação (realização de mapeamentos, cadastros, pesquisas, registros, inventários e tombamentos); e à formação (realização de cursos de capacitação, oficinas, além do incentivo aos conhecimentos e saberes populares, introduzindo-os no currículo escolar). (BAHIA, 2010, p. 24)

O Núcleo de Culturas Populares e Identitárias é situado neste contexto como o órgão que "[...]formula e executa a política estadual de apoio e promoção, baseando-se em ações e projetos orçamentários próprios" (BAHIA, 2010, p.24). O descritivo de construção desta política confirma o que se caracterizou nesta pesquisa até então, como uma política que "[...]estrutura-se a partir da realização de encontros territoriais com grupos de cultura popular, comunidades indígenas e remanescentes de quilombos, e se concretiza via ações diretas de promoção, bem como através de editais especiais de apoio" (BAHIA, 2010, p.24). Em seguida aos dois textos, são apresentadas as catalogações dos mestres e grupos, distribuídos dentre 37 categorias, onde se inclui a categoria "Danças Indígenas e Toré", dentre outras categorias em

que as culturas indígenas também aparecem de forma explícita, enquanto grupo ou mestre, a exemplo do "Artesanato", ou de forma implícita, desde que constitui sua formação histórica.

Ainda como um desdobramento do E-14, foi realizado em maio de 2010 o Encontro das Mulheres Indígenas da Bahia, na aldeia Tupinambá de Serra do Padeiro (Extremo Sul), que tratou sobre a valorização da participação feminina na vida política, social e cultural dos povos indígenas, bem como objetivou a troca de informações entre as mulheres indígenas, como forma de fortalecer suas organizações e potencializar suas demandas. O encontro teve as parcerias da SJCDH, da Secretaria de Promoção da Igualdade (SEPROMI), da Secretaria de Saúde (SESAB), da Secretaria de Educação (SEC) e da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (SEDIR). Vale ressaltar que esta foi uma demanda colocada pelas mulheres durante no E-14. O evento contou com a participação de lideranças femininas, velhas, jovens, mães, professoras, estudantes e trabalhadoras, que propuseram ações em torno dos seguintes temas: As formas de violência contra a mulher indígena, na comunidade e fora dela; A saúde da mulher indígena; A participação da mulher indígena na educação da família; A participação da mulher indígena no processo de sustentabilidade e segurança alimentar; A mulher indígena e as formas de protagonismo e empoderamento feminino; A mulher indígena e as formas de organização. Ocorreram ainda as mesas redondas: A cosmovisão da mulher indígena sobre a terra mãe; Experiências no exercício das lideranças femininas no movimento indígena. Participaram do encontro 10 povos indígenas - Tupinambá, Pataxó, Pataxó Hã-hã-hãe, Tuxá, Kiriri, Pankaru, Pankararu, Xucuru-Kariri, Kaririri-xocó/Fulni-ô e Payayá. Deste encontro foi produzido, a partir dos registros e imagens captados, um documentário de 26min, o que permite que a memória do encontro não se perca, mas possa ser revista e repassada pelos indígenas e sociedade em geral. Promover um espaço para a discussão de questões específicas acerca da mulher indígena, que parte de uma demanda das próprias comunidades, efetivada por meio da SECULT, é uma iniciativa que precisa ser louvada, pois as tristes tradições de uma sociedade dominada por homens perpassam pelos diversos segmentos sociais, inclusive o indígena, e isto deve ser pautado, discutido, construído e desconstruído.

Em abril de 2010, em parceria com o SJCDH e a Diretoria de Audiovisual (DIMAS) da Funceb, a SECULT apoiou a realização da décima edição dos Jogos Indígenas Pataxó, em Coroa Vermelha (Extremo Sul), evento tradicional da etnia Pataxó. Este evento esportivo e cultural foi realizado no município de Santa Cruz Cabrália, com a presença de indígenas das etnias Pataxó, Pataxó Hã-hã-hãe, Kiriri e Tupinambá. Além de apoiar também o registro audiovisual do evento, a SECULT, através do núcleo, promoveu a exibição curtas-metragens com temática indígena. De acordo com S. Ribeiro, os Jogos Indígenas Pataxó veio a

conhecimento do núcleo através da divulgação dos Pontos de Cultura, quando foram visitadas algumas aldeias indígenas, incluindo a aldeia Pataxó de Coroa Vermelha (RIBEIRO, 2014). A partir disso houve o apoio da SECULT, além do apoio da SJCDH e da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (Sudesb).

Em outubro de 2010 o núcleo, em parceria com a Fábrica Cultural e o Ministério da Cultura, além dos apoios da SEPROMI, SEC, SEDES, SETRE e Instituto Mauá, realizou em Salvador os Encontros com as Culturas Populares e Identitárias, com a participação de 58 grupos, dos 26 territórios de identidade da Bahia, somando cerca de 1000 pessoas. O evento teve a proposta de discutir políticas de promoção da diversidade cultural, bem como possibilitar a reunião de culturas populares e identitárias do Estado, através de mesas temáticas, oficinas, shows e exposições. Neste espaço foi lançado o Catálogo de Culturas Populares e Identitárias da Bahia, explanado anteriormente, e contou com ações relacionadas às comunidades quilombolas, culturas populares e às populações afro-descendentes. Dentre as mesas temáticas realizadas, houve a mesa sobre a "Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO" e "Políticas Públicas e Gestão das Culturas Identitárias. Também se produziu um documentário, com os registros feitos no evento. Foi contratado o consultor André Luiz de A. Oliveira para sistematizar o conteúdo produzido, a fim de publicar um relatório propositivo de políticas públicas para as culturas populares e identitárias da Bahia, que veio a ser lançado em janeiro de 2011. Este relatório apresenta diagnósticos e desafios para as políticas públicas nas culturas populares e identitárias, o catálogo das culturas identitárias e populares da Bahia e estratégias para a proteção e promoção das culturas populares e identitárias da Bahia. Dessa maneira, fica aqui um legado importante para nortear as futuras políticas desenvolvidas para estes setores.

Por fim, no que se refere aos editais, foram lançados em 2010 apenas os editais de Cultura Negra e Cultura LGBT, em que o núcleo foi unidade executora, ficando de fora o fomento às culturas indígenas.

Em suma, a política cultural da SECULT para os Povos Indígenas, na existência do Núcleo de Culturas Populares e Identitárias, se apresentou como uma política transversal, em que foi priorizado o apoio, incentivo e promoção de ações, eventos e encontros, inclusive de iniciativas indígenas, bem como a construção de documentos de reflexão e proposição e informativos. Entre os anos de 2007 e 2010, ocorreu uma importante articulação com a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, a qual possui uma coordenação específica voltada aos Povos Indígenas da Bahia, sob a coordenação de Jerry Matalawê,

gestor e indígena da etnia Pataxó. Sobre as iniciativas do núcleo, temos um tratamento mais próximo dos povos indígenas, tanto no que se refere à escuta, participação e integração quanto no que se refere à promoção, proteção e fomento. O E-14, o Encontro das Mulheres Indígenas da Bahia e os Encontros com Culturas Populares e Identitárias se destacam como importantes iniciativas no campo da participação e do intercâmbio cultural, na medida em que favorecem o diálogo entre as comunidades indígenas e entre estas comunidades e a SECULT, bem como uma construção participativa das políticas culturais deste órgão. Vale ressaltar ainda a atenção especial tida com os registros audiovisuais das ações realizadas, que permitem a construção de uma memória destas ações, que deve se perpetuar para além de gestões e gerações. A produção de informativos e indicadores também resultaram em importantes documentos, já que a falta de dados e informações são ainda hoje como uma fragilidade no campo da cultura, bem como os indicadores propositivos permitem que as políticas não partam do zero, mas do que já foi colocado nos espaços de diálogo e participação. Em certa medida, as questões indígenas foram tratadas de modo ampliado, no apoio a manifestações, atividades esportivas e culturais e na promoção de intercâmbios culturais. As iniciativas também ocorreram de forma descentralizada sendo, em grande parte, realizadas no interior do Estado ou que beneficiaram esses municípios, inclusive em áreas indígenas, o que é um grande ganho para estas populações locais, quando neste caso é o Estado quem vai até as comunidades e não o contrário. No entanto, se identifica que o número de editais lançados para as culturas indígenas, executados pelo núcleo, foi muito baixo. Na realidade, para as culturas indígenas, temos apenas o lançamento do edital de Manifestações Populares, Tradicionais e Contemporâneas, o qual será abordado mais a frente, além do Prêmio de Iniciativas Culturais Indígenas, mas cuja unidade executora foi a FUNCEB. Ainda é preciso levar em conta a insuficiência do recurso humano com que se podia contar, diante da crescente demanda das culturas populares e identitárias. Pelos documentos publicados é possível constatar que o núcleo contava com onze pessoas, mais dois estagiários, o que representa um grande ganho para o que se tinha, mas ainda insuficiente para possibilitar maiores avanços. Dentre este quadro de funcionários, houve a existência do estagiário indígena Taquari Pataxó, entre 2009 e 2010, além de uma Assistente para Assuntos da Cultura Indígena, o que é interessante no intuito de se ter um olhar mais próximo dessas culturas em especial.

No final de 2010 novas eleições são realizadas, que culmina com a eleição de Dilma Rousseff (PT) em nível federal, e com a reeleição de Jaques Wagner para o Governo da



Bahia, o que em certa medida permite uma continuação das concepções adotadas no campo da cultura até então. Na Bahia, se perpetua a autonomia da cultura, com a Secretaria de Cultura do Estado, e quem assume a pasta é Antônio Albino Canelas Rubim, que permanece como secretário até o momento, mestre e doutor em Sociologia, professor da Universidade Federal da Bahia, docente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do IHAC/UFBA, pesquisador e autor de livros, especialmente na área de políticas culturais. O governo assume como diretriz estratégica para a cultura “Fortalecer as identidades culturais nos Territórios, acolhendo as diversidades e assegurando o acesso à produção e ao consumo de bens culturais”, ressaltando a importância dada a territorialização das políticas. Cabe destacar, pelo que foi visto até aqui e no que concerne às políticas para povos indígenas, um dos fundamentos explicitados no Relatório de Governo de 2011, que se refere às transversalidades.

Ampliação das transversalidades da cultura, ao considerar que, na contemporaneidade, é impossível desenvolver a cultura sem incluir sua articulação com campos afins como educação, comunicação, ciência e tecnologia, turismo, economia, segurança pública, saúde, urbanismo e trabalho. (BAHIA, 2012, p.146)

Um importante avanço a ser mencionado na política cultural do Estado refere-se à aprovação e sanção da Lei Orgânica da Cultura, Lei N° 12.365, de 30 de novembro de 2011, data em também se inicia a IV Conferência Estadual de Cultura. Vale ressaltar que sua proposta foi desenvolvida na III Conferência Estadual de Cultura e submetida a consulta pública. A Lei Orgânica da Cultura institui o Sistema Estadual de Cultura e regulamenta o Plano Estadual de Cultura, prevendo as políticas culturais do Estado para os próximos 10 anos. Como vimos anteriormente, a organização da cultura é marcada por interrupções e descontinuidades, dessa forma, a lei permite pensar, articular e implementar políticas a longo prazo, bem como a articulação entre as esferas municipal, estadual e federal, a partir do Sistema Estadual de Cultura e adesão ao Sistema Nacional de Cultura. Na lei o conceito de cultura é disposto e passa a ser entendido como “[...]o conjunto de traços distintivos, materiais e imateriais, intelectuais e afetivos, e as representações simbólicas”<sup>7</sup>, em que se compreendem três dimensões, a dimensão simbólica, a cidadã e a dimensão econômica.

---

<sup>7</sup> Capítulo 1º, Art. 2º, da Lei N° 12.365 de 30 de Novembro de 2011.

A IV Conferência Estadual de Cultura ocorre em Vitória da Conquista, em 2011, antecedida pelas etapas municipais e setoriais, onde se destaca a atuação do CCPI na realização de pré-conferências setoriais, nas áreas das Culturas Populares, Culturas Indígenas, Culturas Ciganas e Culturas Afrobrasileiras. A conferência estadual teve como tema "Planejar é Preciso: Consolidação dos Planos de Cultura", realizando seus trabalhos em torno de seis eixos temáticos: Expressões Artísticas; Patrimônio e Memória; Pensamento e Leitura; Transversalidade da Cultura; Gestão da Cultura; Redes Produtivas e Serviços Criativos. A conferência setorial indígena ocorreu em Salvador e teve a parceria da SJCDH, através da Coordenação de Políticas para Povos Indígenas, e reuniu cerca de 80 índios, de 15 etnias.

No primeiro ano de governo, em maio de 2011, é feita uma reforma administrativa através da Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011, que pelo Art. 85 cria o Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), que incorpora o Núcleo de Culturas Populares e Identitárias e o programa Pelourinho Cultural, fazendo com que as culturas populares e identitárias ganhem maior espaço na estrutura administrativa da SECULT. O CCPI é dirigido por Arany Santana, desde a sua criação, que até então assumia a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES). Licenciada em Letras pela Universidade federal da Bahia, especialista em Língua e Cultura Kikóongo e em História da África e também formada em Artes Cênicas, Arany participou da fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, fez parte da criação e direção do bloco afro Ilê Ayê e foi a primeira secretária municipal de Reparação. Em relação à sua organização administrativa, a coordenadora de editais do CCPI aponta que o órgão comporta a Diretoria Geral, composta por Arany Santana e seu secretariado, pela ASCOM, responsável pela comunicação e divulgação das ações, o Núcleo de Culturas Populares e Identitárias, responsável pelas ações voltadas a essas culturas e pelos editais de Culturas Populares e Culturas Identitárias, uma Coordenação Artística, responsável pela dinamização das praças e largos do Pelourinho, que atua junto à Coordenação de Infraestrutura, que oferece suporte técnico e de produção. Temos aqui uma ampliação significativa do quadro de funcionários, porém, há também uma ampliação das funções e atribuições do CCPI, que passa a cuidar do Pelourinho Cultural, sua programação, produção e manutenção. De acordo com a coordenadora, o CCPI conta atualmente com Nádja Acauã para assuntos das culturas indígenas, que fica alocada em sua própria comunidade Tupinambá, em Ilhéus (ENCARNAÇÃO, 2014). Vale ressaltar que Nádja é militante das causas indígenas, participando de diversos espaços que tratam sobre políticas e direitos para estes povos, foi também integrante do Conselho Estadual de Cultura. Na comissão dos editais, Encarnação

revela a participação em 2013 de um indígena Pataxó e em 2014 de uma indígena da tribo Kiriri.

Sobre a reforma administrativa supracitada, em 2011, vale destacar a criação de uma Coordenação de Políticas para Comunidades Tradicionais, ligada à SEPROMI, com a finalidade de "formular políticas de promoção da defesa dos direitos e interesses das comunidades tradicionais, inclusive quilombolas, no Estado da Bahia, reduzindo as desigualdades e eliminando todas as formas de discriminação identificadas". Na composição do quadro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher é garantida a participação de uma mulher indígena como membro representante da sociedade civil. Outra mudança substancial é a saída do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) da pasta da cultura para a Secretaria de Comunicação, que é criada com a reforma. A Comissão de Políticas para Povos Indígenas, ligada à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), é mantida.

O CCPI será o órgão também responsável, na estrutura da SECULT, pelo desenvolvimento de políticas culturais para os Povos Indígenas, de acordo com a finalidade exposta pela Lei Nº 12.212, de 2011.

[...]planejar, coordenar, fomentar e difundir informações sobre culturas populares indígenas e afro-descendentes e sedimentar o processo de desenvolvimento da cultura regional do Estado, bem como promover a dinamização e gestão cultural do Centro Histórico de Salvador. (BAHIA, 2011).

Acerca desta finalidade disposta no texto, é interessante observar que o órgão não se volta aos Povos e Comunidades Tradicionais, mas especificamente às culturas populares, indígenas, afro-descendentes e cultura regional. Ao não incorporar o conceito de Povos e Comunidades Tradicionais, de maneira geral, sua finalidade acaba por não explicitar as culturas do povo cigano, das comunidades quilombolas, dos povos de terreiro ou de matriz africana, dos pescadores e marisqueiras e das comunidades extrativistas, de geraizeiros e de fundos de pasto. O site da SECULT aborda, no entanto, que o CCPI foi criado "para atender a esta diversidade – da cultura do sertão, de matrizes africanas, indígena e ainda tratar de

políticas culturais para a infância, juventude, 3ª idade, mulher e LGBT”<sup>8</sup>, além de estudar e pesquisar essas culturas, e que "dentre as manifestações abordadas, se encontram as culturas étnico-raciais como as de matrizes africanas, indígenas e ciganas, a cultura sertaneja e as culturas de gênero, de orientação sexual e de grupos etários"<sup>9</sup>. O Balanço das Ações do Governo da Bahia 2007-2013 também aponta que o CCPI foi criado "para atender à diversidade cultural do estado (culturas dos sertões, de matrizes africanas, indígenas e ciganas, além de tratar das culturas para a infância, juventude, idosos, mulher e LGBT" (BAHIA, 2014, p.177). Além disso, no que diz respeito às políticas para as culturas populares e identitárias, implementadas através do CCPI, o site da SECULT expõe que o órgão "tem como meta o que foi definido pelas convenções sobre o tema, especialmente a convenção sobre a Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO”<sup>10</sup>, bem como um "alinhamento do Governo do Estado com o pensamento contemporâneo da UNESCO e do Ministério da Cultura”<sup>11</sup>. Dessa maneira, apesar do que está disposto na Lei N° 12.212/2011, a secretaria e o próprio Estado demonstra adotar uma maior amplitude acerca das comunidades, povos e culturas incluídas na finalidade do CCPI. O órgão ainda tem como competência o estudo e pesquisa dessas culturas, "através de relações produtivas e articulações com os respectivos meios acadêmicos estadual e federal”<sup>12</sup>, a "dinamização e gestão cultural de espaços públicos estaduais do Centro Histórico de Salvador"<sup>13</sup>, assumindo a programação do Pelourinho Cultural, além de cuidar das festas e celebrações populares apoiadas pela SECULT.

No primeiro ano da gestão do CCPI, de acordo com os relatórios, balanços e documentos do Governo, não houveram ações específicas voltadas aos povos indígenas, no entanto, é preciso levar em conta que o órgão só veio a ser inaugurado em agosto de 2011. A Semana de Culturas Populares e Identitárias, realizada em Salvador, é que marcará o início das atividades do centro. Segundo o balanço da Secretaria de Cultura dos últimos três anos (2011-2013), o objetivo do evento, que também ocorreu em 2012, é de fomentar as mais variadas expressões artísticas e culturais que existem entre os 417 municípios da Bahia, através de palestras, seminários, espetáculos artísticos, apresentações, atividades sócio-

---

<sup>8</sup> Retirado do site da SECULT, em 18/06/14, disponível em < <http://www.cultura.ba.gov.br/a-secretaria/unidades/centro-de-culturas-populares-e-identitarias-ccpi/>>

<sup>9</sup> Idem

<sup>10</sup> Idem

<sup>11</sup> Retirado do site do CCPI, em 18/06/14, disponível em <<http://www.pelourinho.ba.gov.br/institucional>>

<sup>12</sup> Idem

<sup>13</sup> Idem

educativas, dentre outras. Ainda de acordo com o relatório, no evento estiveram presentes escolas, instituições do Terceiro Setor, agentes sociais e culturais, pesquisadores, historiadores, dentre crianças, jovens, adultos e idosos, mas não há dados sobre a participação das culturas indígenas. No entanto, a programação do evento aponta para um maior direcionamento às culturas populares, inclusive a titulação da semana ora aparece como "da Cultura Popular" ora como "das Culturas Populares e Identitárias", e não há informações sobre a participação de manifestações e grupos indígenas<sup>14</sup>. A segunda edição do evento ocorreu em Salvador, e teve como tema "Riqueza e Diversidade". Observa-se no material de divulgação a intitulação do evento como "Semana das Culturas Populares", cuja programação também gira em torno deste segmento<sup>15</sup>. Assim como em 2011, o CCPI não apresentará muitas iniciativas de promoção e incentivo direto às culturas indígenas durante os anos de 2012 e 2013, mas houve principalmente apoio a ações. Temos em abril de 2012 o apoio à realização da palestra "O Som da Memória – Os instrumentos musicais indígenas no contexto histórico e social e sua importância na contemporaneidade", da etnomusicóloga Emília Biancardi, promovida pelo Museu Udo Knoff e o Solar Ferrão, em comemoração ao mês do índio. Emília Biancardi é regente da Orquestra Museofônica, idealizada pela Diretoria de Museus (DIMUS) e possui a maior coleção de instrumentos musicais indígenas no Brasil. Ao fim da palestra foi exibido um vídeo que trata sobre as tradições dos povos do Xingu e realizada uma apresentação cênica da "Coleção de Instrumentos Musicais Tradicionais Emília Biancardi". O apoio às comemorações do mês do índio também se deu em 2014, com uma proposta similar a que ocorreu em 2012, na realização da palestra musical coreográfica "O Som dos Esquecidos - um tributo aos Povos Indígenas do Brasil", de Emília Biancardi, dessa vez promovida pelo Solar Ferrão. Em 2013 temos o apoio do CCPI à realização do I Seminário Estadual de Mulheres Indígenas Kiriri, ocorrido na Aldeia Mirandela, município de Banzaê, e promovido pela Associação das Mulheres Indígenas Kiriri (ASSMIK). O seminário teve como tema "Construindo uma política de inclusão participativa para as mulheres indígenas Kiriri", objetivando também valorizar a participação e atuação das mulheres indígenas em suas comunidades. É importante observar que este apoio se deu a uma iniciativa vinda da própria etnia Kiriri, ressaltando que os eventos, espaços de discussão e

---

<sup>14</sup> A programação pode ser consultada no link <<http://www.pelourinho.ba.gov.br/2011/08/salve-a-cultura-popular-baiana.html>>, acessado em 20 de junho de 2014.

<sup>15</sup> A programação pode ser consultada no link < <http://www.cultura.ba.gov.br/2012/08/29/semana-da-cultura-popular-oferecera-oficina-de-xilogravura-no-pelourinho/> >, acessado em 20 de junho de 2014.

manifestações indígenas não deixam de ser pensados e realizados, ainda que o Estado não seja o promotor e realizador. Também no município de Banzaê, localizada na aldeia Kiriri, a Igreja Matriz do Senhor da Ascensão - construída em 1667 e restaurada em 2001, estando ligada às origens do assentamento jesuítico de Saco dos Morcegos - foi tombada provisoriamente em 17 de outubro de 2013 como patrimônio material, uma demanda da comunidade indígena e da prefeitura de Banzaê. O maior destaque das iniciativas do CCPI, entre 2011 e 2014, se dá no fomento através dos editais, com o lançamento dos editais setoriais de Culturas Populares e Culturas Indígenas, executados pelo CCPI e com recursos do Fundo de Cultura. A partir de 2012 estes editais passam a atender de modo mais específico e continuado as culturas populares e identitárias, já que antes não havia uma regularidade dos editais destinados a essas culturas, tendo uma ampliação dos recursos. Essa mudança acompanha uma reestruturação da SECULT em relação aos editais que, a partir de 2012, passam a ser setoriais, ao invés de destiná-los para determinadas fases produtivas (criação, montagem, circulação, etc) como comumente ocorria. Além disso, a maioria dos editais, inclusive os de Culturas Populares e Identitárias, passam a atender uma regra de territorialização, como forma de descentralizar e democratizar os apoios, que estabelece um teto de projetos apoiados por território de identidade. Em maio de 2012 a SECULT lançou 17 editais, destinando mais de R\$ 18 milhões para os projetos. As culturas indígenas passaram a ser apoiadas pelo edital de Culturas Identitárias, cujo objeto insere o apoio a propostas culturais com o objetivo de preservar e promover as culturas identitárias afrobrasileiras, ciganas, indígenas, LGBT, sertaneja, de gênero e etária (infância, juventude e idoso). No primeiro ano deste edital, em 2012, tivemos o valor global de R\$ 600 mil disponível, com um teto de R\$ 40 mil por projeto. Em agosto de 2012 são lançados novos editais, para projetos com execução no ano de 2013, cujo edital de Culturas Identitárias amplia seu valor global para R\$ 1 milhão de reais e do teto apoiado por projeto para R\$ 50 mil. Os mesmos valores destinados se repetem em 2013, no edital lançado para projetos a serem executados em 2014, no entanto, vale ressaltar este não apresenta no objeto a regra de territorialização. Dessa maneira, entre 2011 e 2014, somam-se três editais de Culturas Identitárias, totalizando o valor de R\$ 2, 6 milhões, executados pelo CCPI, ou seja, cujo processo de seleção das propostas, atendimento aos proponentes, acompanhamento da execução e análise da prestação de contas ficaram a cargo do centro. As questões referentes aos projetos apoiados de culturas indígenas, quanto de recurso de fato chegou a esses povos e comunidades através dos editais, territórios contemplados, dentre outras, serão melhor detalhadas no próximo tópico.

Vale destacar, por fim, a realização da V Conferência Estadual de Cultura, em outubro de 2013, com o tema "Uma política de Estado para a cultura: Desafios do Sistema Estadual de Cultura". Mais uma vez se realizou nas etapas setoriais a conferência setorial de Culturas Indígenas, garantindo espaço para a participação e levantamento das demandas para os povos indígenas da Bahia. Durante a conferência também ocorreu a eleição para os novos membros do Conselho Estadual de Cultura. Para a representação na III Conferência Nacional de Cultura, foram garantidas as representações dos 27 Territórios de Identidade, de comunidades quilombolas; de povos indígenas, de pessoas com deficiência e da Associação dos Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia. Como demandas levantadas na conferência estadual se destacam a proposta para o âmbito estadual, aprovada na roda de conversa sobre Memória Cultural, de reestruturação do CCPI como instituto<sup>16</sup>, incorporando à sua estrutura centros de referência das culturas identitárias, construídos em conjunto com os povos e comunidades tradicionais e tendo como políticas prioritárias o "mapeamento e a salvaguarda dos coletivos culturais do território, respeitando suas especificidades" (BAHIA, 2014). Temos aqui a expressão da necessidade de ampliação, melhor estruturação e independência do organismo responsável pelas culturas populares e identitárias da SECULT, a fim de melhor desenvolver e efetivar as políticas para estes setores, tendo em vista sua abrangência e diversidade nos territórios. Outro destaque se refere ao repasse de recursos, quando na mesa de Cidadania e Direitos Culturais, se coloca a demanda de descentralizar e desburocratizar o acesso aos recursos financeiros da cultura, assegurando que ele seja feito dentro do tempo previsto nas seleções públicas, especialmente para as populações historicamente excluídas e as minorias, incluindo os povos indígenas (BAHIA, 2014). Por fim, no que se refere às culturas indígenas, se coloca a proposta de "Formação, inclusive por meios de editais e programas culturais específicos para negros, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais" (BAHIA, 2014).

No estudo acerca das políticas desenvolvidas SECULT, entre 2011 e 2014, através do Centro de Culturas Populares e Identitárias, foi possível verificar que houve um decréscimo na promoção e incentivos diretos às culturas indígenas, comparando com os quatro anos anteriores, em contrapartida, houve uma melhor estruturação no fomento a essas culturas através dos editais, que passa a atender de modo mais específico e continuado. Em relação ao campo do estudo e da pesquisa das culturas indígenas, uma das finalidades do CCPI, não

---

<sup>16</sup> Se constatou que a ideia de se criar um instituto surgiu desde a existência do Núcleo de Culturas Populares e Identitárias, embora esta demanda não tenha se concretizado, pois o núcleo acabou sendo substituído pelo CCPI.

foram encontradas ações ou documentos neste sentido, embora a coordenadora de editais aponte que internamente há essa parte da pesquisa, onde se faz um levantamento das tribos existentes (ENCARNAÇÃO, 2014). Apesar da existência de coordenações voltadas os Povos e Comunidades Tradicionais em outras secretarias do Estado, não foi possível perceber essa articulação nas ações apresentadas, especialmente no que tange os Povos Indígenas, a fim de melhor desenvolver, integrar e transversalizar as políticas. No entanto, no que versa sobre o Alargamento das Transversalidades Culturais, o balanço da SECULT 2011-2013 aponta uma articulação do CCPI com a SEPROMI, na participação da Comissão de Sustentabilidade de Povos e Comunidades Tradicionais, que tem o objetivo de traçar as políticas para estes segmentos. Além disso, trata sobre uma parceria feita com a SETUR, na realização do Salão Baiano de Turismo, em 2012, onde o CCPI se responsabilizou pela concepção, articulação e execução da exposição sobre a diversidade cultural da Bahia e de um cortejo com grupos da cultura popular. Em relação a outras questões, houve ainda uma parceria com a SERINTER, para a realização da programação cultural do Encontro Iberoamericano do Ano Internacional dos Afrodescendentes - Afro, e articulação com a SJCDH, em que o CCPI passou a integrar também o Comitê LGBT. Sobre este período (2011-2014), vale ressaltar que não há como se ter uma dimensão dos quatro anos de gestão do CCPI e sobre as iniciativas tidas no ano corrente de 2014, em que ainda não foram produzidos relatórios sobre as ações desenvolvidas neste último ano.



### 2.3 O fomento às culturas indígenas - Editais (2007-2013)

O fomento à cultura trata-se de um incentivo, estímulo ou promoção ao desenvolvimento cultural, onde se inclui o Fundo Nacional de Cultura e o Fundo de Cultura da Bahia (FCBA), que destina recursos diretos a projetos culturais. Como abordado no histórico acerca da organização da cultura na Bahia, o Fundo de Cultura da Bahia foi criado em 2005, para possibilitar o incentivo a projetos sem grande apelo comercial, fora da lógica da indústria cultural. Desde 2007, a SECULT tem contribuído para uma ampliação e descentralização dos recursos, para uma maior isonomia na escolha dos projetos e para um maior equilíbrio em relação ao FazCultura, antes preponderante no fomento aos projetos.

Cabe salientar que o Governo do Estado da Bahia vem promovendo um aumento substancial dos valores disponibilizados através do Fundo de Cultura do Estado (FCBA) e conseguiu uma relação bem mais equilibrada entre os recursos do FCBA e do FazCultura. Em 2013 enquanto o FazCultura movimentou R\$ 15 milhões de incentivo fiscal, o Fundo de Cultura disponibilizou R\$ 38, 25 milhões para projetos artístico-culturais escolhidos através de edital público. A seleção dos projetos contemplados é feita por comissões de seleção independentes, que possuem pelo menos 2/3 da sociedade civil, com pelo menos dois deles indicados pelo Conselho Estadual de Cultura. (FREIRE, 2013, p.25)

Partindo dessas considerações, o presente estudo levou em conta o fomento por meio dos editais ligados ao Fundo de Cultura da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, executados pela sede e suas vinculadas, no período entre 2007 e 2013, a fim de observar qual sua efetividade para os projetos voltados às culturas indígenas.

No escopo destes editais levados em consideração, estão aqueles específicos - considerando como específico o edital cujo objeto tenha explícito o atendimento a propostas para as culturas e manifestações tradicionais ou identitárias - e os editais em geral que tenham tido propostas indígenas apoiadas. Vale ressaltar que, a partir de 2012, os editais específicos para as culturas indígenas passam a ser apenas o edital de Culturas Identitárias, o que pode ser confirmado na fala da coordenadora de editais do CCPI (Anexo I). Essa constatação acompanha uma reestruturação dos editais, adotada pela SECULT, em que se implantou, desde 2012, uma dinâmica de apoio por setores culturais, sendo possível uma maior abrangência e a periodicidade anual de lançamento destes editais, como abordado no tópico anterior.

Em relação aos projetos contemplados, se leva em conta como projeto para as culturas e os povos indígenas, ora denominados projetos indígenas, aquele que tenha os indígenas no

enfoque principal, contemplando nas ações desenvolvidas a questão indígena e/ou as comunidades indígenas. São consideradas as propostas dos variados elos e áreas artístico-culturais e das diversas etnias e comunidades indígenas existentes na Bahia, bem como projetos propostos por indígenas ou não indígenas. Dessa maneira, não foram considerados nos dados apresentados alguns projetos que tratam sobre a cultura indígena, mas de modo secundário ou como recurso, a exemplo de um projeto de teatro, que ao tratar sobre a formação da identidade cultural do povo brasileiro, acaba tocando na questão indígena. Visando a seguridade e confiabilidade dos dados apresentados, de modo a saber a real efetividade dos editais, a presente pesquisa considerou apenas as propostas que tenham assinado o Termo de Adesão e Compromisso (TAC), que assegura administrativamente o repasse de recursos e a execução do projeto. Por conta disso, ficaram de fora os editais lançados no final de 2013, para projetos com execução em 2014, cujo processo de assinatura do TAC ainda não foi concluído. Os dados apresentados nesta pesquisa foram levantados junto ao Fundo de Cultura do Estado da Bahia e através das portarias em que os editais e resultados foram publicados. No que se refere aos dados mais gerais, foram levantados a partir da publicação Políticas Culturais na Bahia 2007-2014, lançado em 2014, no modo impresso.

Dentro deste escopo, ao todo serão analisados 14 editais, referentes ao período de 2007 a 2013, sendo 9 editais gerais que tiveram propostas para as culturas indígenas contempladas e 5 editais específicos, estando inclusa as seguintes unidades executoras: FUNCEB; Núcleo de Culturas Populares e Identitárias; CCPI; IPAC; IRDEB; Suprocult; Sudecult; Assessoria de Relações Institucionais; Assessoria de Juventude e Cultura Digital. Entende-se por unidade executora a "entidade da administração indireta vinculada à SECULT, responsável pela gestão conjunta do Edital de acordo com a sua especialidade", estando essas unidades "responsáveis pelo processo de seleção das propostas culturais, assim como pelo atendimento aos proponentes, acompanhamento da execução dos projetos apoiados e pela análise das prestações de contas" (BAHIA, 2013). O referente período leva em conta o ano em que os projetos iniciaram sua execução e não de acordo com o ano em que o edital foi publicado, sendo que editais publicados no início do ano coincidem com projetos a serem executados no mesmo ano, editais lançados no final do ano coincidem com projetos a serem executados no ano seguinte. O Prêmio se apresenta como uma exceção disto pois, embora tenha sido lançado em setembro de 2007, o repasse ocorreu no mesmo ano.

No que se refere aos editais específicos, se somam o Edital 21/2007 - Prêmio Iniciativas Culturais Indígenas, o Edital 12/2008 - Manifestações Culturais Populares,

Tradicional e Contemporâneas, o Edital 33/2008 - Cultura e Direitos Humanos, o Edital 07/2012 - Culturas Identitárias e o Edital 25/2012 - Culturas Identitárias. Os editais considerados gerais, que tiveram propostas de culturas indígenas contempladas, são o Edital 08/2010 - Apoio à Realização de Mostras e Festivais Audiovisuais, Edital 14/2010 - Apoio a Projetos de Valorização do Patrimônio Cultural, Edital 01/2012 - Economia Criativa, Edital 12/2012 - Setorial de Audiovisual, Edital 19/2012 - Projetos Estratégicos em Cultura, Edital 21/2012 - Culturas Digitais, Edital 22/2012 - Territórios Culturais, Edital 30/2012 - Setorial de Artes Visuais e Edital 34/2012 - Setorial de Literatura. A Tabela 1 apresenta a relação de todos os editais supracitados, distribuídos pelos respectivos anos em que se encaixam.

Tabela 1- Relação dos editais por ano 2007/2013

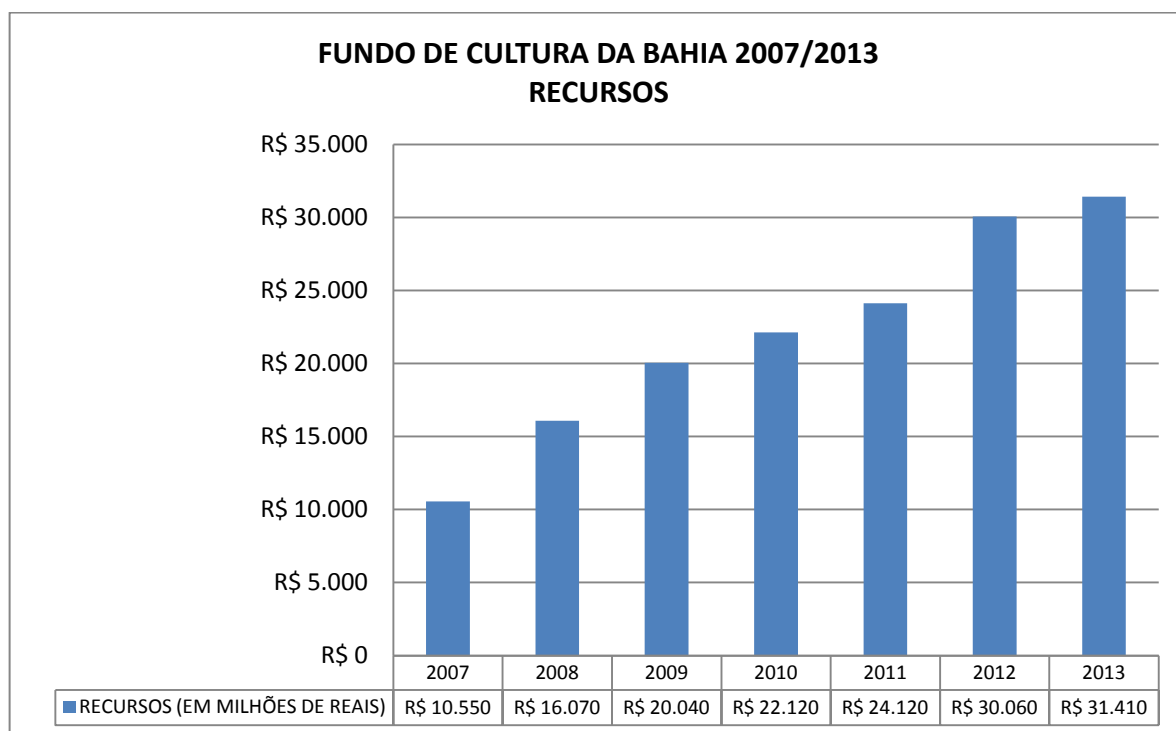
<b>ANO</b>	<b>EDITAL</b>	<b>TIPO</b>
2007	Edital 21/2007 - Prêmio Iniciativas Culturais Indígenas	Específico
2009	Edital 12/2008 - Manifestações Culturais Populares, Tradicionais e Contemporâneas	Específico
	Edital 33/2008 - Cultura e Direitos Humanos	Específico
2010	Edital 08/2010 - Apoio à Realização de Mostras e Festivais Audiovisuais	Geral
	Edital 14/2010 - Apoio a Projetos de Valorização do Patrimônio Cultural	Geral
2012	Edital 01/2012 - Economia Criativa	Geral
	Edital 07/2012 - Culturas Identitárias	Específico
	Edital 12/2012 - Setorial de Audiovisual	Geral
2013	Edital 19/2012 - Projetos Estratégicos em Cultura	Geral
	Edital 21/2012 - Culturas Digitais	Geral
	Edital 22/2012 - Territórios Culturais	Geral
	Edital 25/2012 - Culturas Identitárias	Específico
	Edital 30/2012 - Setorial de Artes Visuais	Geral
	Edital 34/2012 - Setorial de Literatura	Geral

Fonte: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e adaptado dos dados obtidos do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, 2014.

De acordo com a SECULT, entre 2007 e 2013, ocorreu uma ampliação dos recursos acionados pelo Fundo de Cultura da Bahia, que somam um total de R\$ 154.370 milhões

(Gráfico 1). Os recursos do FazCultura somam, entre 2007 e 2013, menos de 50% deste valor, R\$ 68.416 milhões, o que confirma que houve neste período um esforço em superar a lógica de mercado que preponderava na cultura até então, em que o enfoque maior se dava às leis de incentivo fiscal, fazendo com que o FCBA tenha se tornado o principal instrumento de financiamento aos projetos.

Gráfico 1 - Recursos do Fundo de Cultura da Bahia 2007-2013

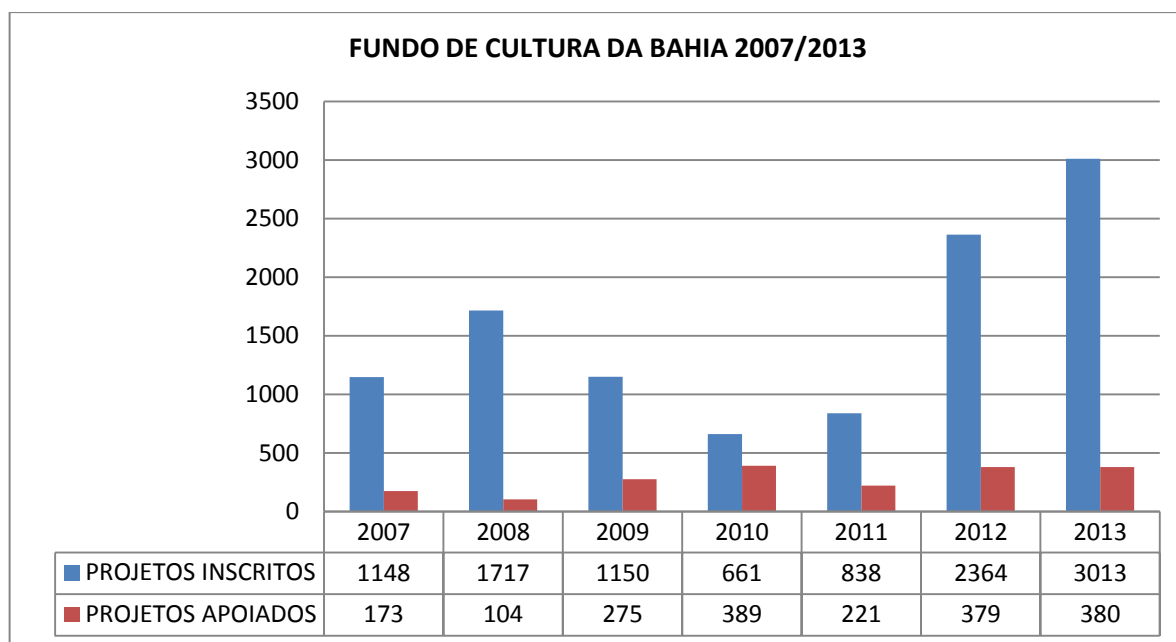


Fonte: Adaptado de Políticas Culturais na Bahia 2007-2014. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2014.

Acerca dos projetos contemplados com tais recursos, somam 1.921, dentre um total de 10.891 propostas inscritas, havendo uma queda considerável nos projetos contemplados de 2007 para 2008, que se referem aos primeiros anos da gestão, e do ano de 2010 para 2011, em que ocorreram novas eleições para o Governo da Bahia (Gráfico 2). No entanto, do que se tinha em 2007 para 2013, houve um aumento de 207 projetos apoiados, crescimento superior a 100%, e um aumento de 1.865 propostas inscritas. É interessante observar acerca do ano de 2012, quando foi investido R\$ 30.060 milhões nos editais e chamadas públicas do FCBA e quando os editais passam a ser setoriais, que há um aumento significativo no número de propostas contempladas em relação ao ano anterior, bem como no número de propostas inscritas. A partir de 2012, os editais também passaram por uma simplificação, ao deixarem de exigir diversos documentos obrigatórios no ato da inscrição, ficando a critério do

proponente anexar à proposta informações complementares, sendo obrigatório apenas o currículo. Além disso, se abriu a possibilidade de envio das propostas pelos Correios e pela internet, através do Sistema de Gerenciamento de Fomento à Cultura (Clique Fomento).

Gráfico 2 - Número de projetos inscritos e de projetos apoiados 2007-2013



Fonte: Adaptado da publicação Políticas Culturais na Bahia 2007-2014. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2014.

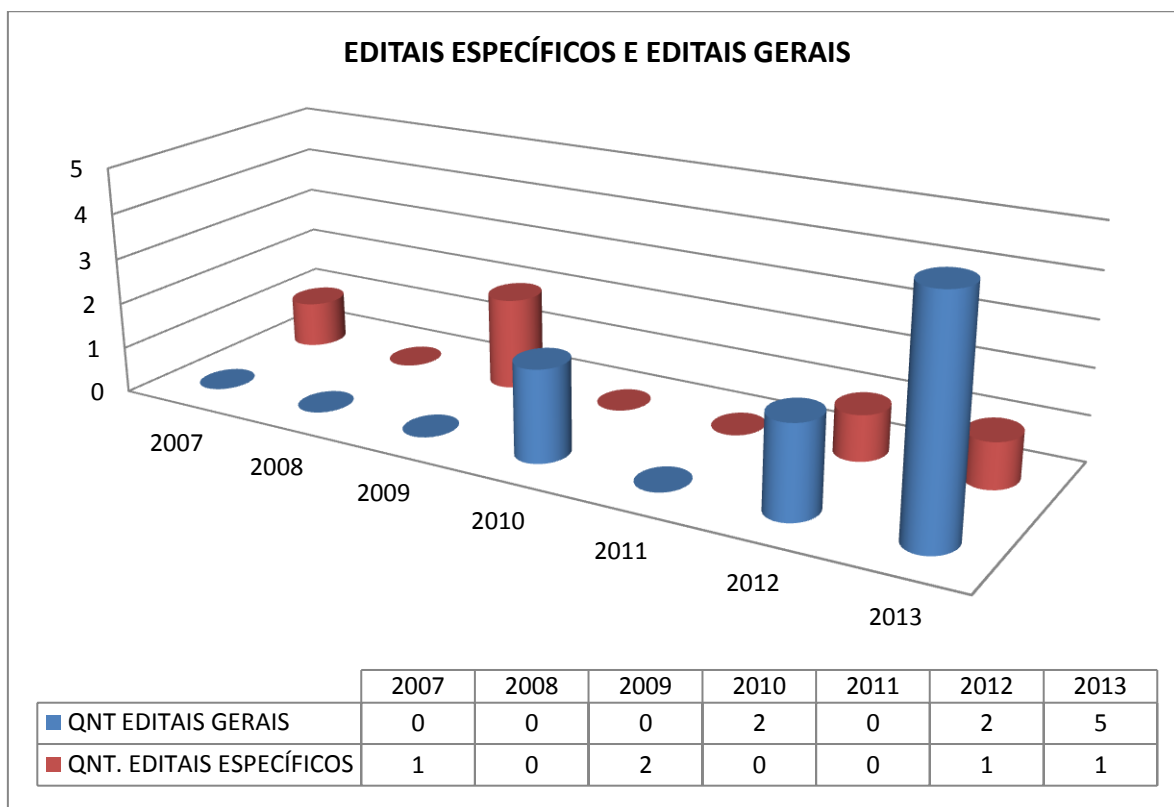
Deste período, o presente estudo adota o mesmo recorte temporal pois, como explanado, leva em conta os projetos que tiveram TAC assinados, a fim de identificar os recursos investidos e o quantitativo de propostas indígenas apoiadas. Além disso, o estudo buscou levantar qual a abrangência destas propostas no território baiano, dentre os municípios e territórios de identidade do Estado, de que forma elas estão distribuídas dentre os segmentos artístico-culturais e naturezas, bem como quais as comunidades indígenas beneficiadas com tais propostas. A distribuição dos segmentos artístico-culturais leva em conta o que é adotado pela Secretaria de Cultura do Estado desde 2012, são eles: Arquitetura e Urbanismo; Arquivo; Artes Visuais/Plásticas; Artesanato; Biblioteca; Cinema; Circo; Cultura Digital; Dança; Design; Fotografia; Gastronomia; Gestão Cultural; Jogos Eletrônicos; Literatura; Livro; Moda; Museus; Música; Ópera; Patrimônio Imaterial; Patrimônio Material; Patrimônio Natural; Periódicos Especializados; Rádio; Teatro; Televisão; Tradições/Festas Populares; Vídeo. Ao inscrever seu projeto o proponente tem a possibilidade de marcar até cinco destes segmentos, no entanto, ele deve informar qual o segmento predominante do projeto, ou seja,

qual o segmento cultural em que o projeto está mais relacionado, o qual será considerado para fins desta pesquisa. Além da divisão por segmentos, há também uma divisão adotada por Natureza da Proposta, onde o proponente também deve informar o que predomina, são elas: Criação; Produção; Difusão/Circulação; Formação; Pesquisa; Memória.

Sobre os dados apresentados, em relação aos segmentos artístico-culturais não foi possível obter as informações relativas ao Prêmio Iniciativas Culturais Indígenas, por conta dos processos referentes às propostas premiadas não se encontrarem mais nos arquivos da FUNCEB e da SECULT. Além disso, o formulário de inscrição referente ao Prêmio não adotava os segmentos artístico-culturais supracitados, mas adotaram as seguintes categorias: Rituais, festas tradicionais e feiras culturais; Jogos tradicionais; Língua indígena e práticas educacionais que valorizem as culturas indígenas; Pinturas corporais, desenho, grafismo e outras formas de expressão simbólica; Artesanato e técnicas artesanais; Mitos, história e outras narrativas orais; Músicas, cantos e danças; Fotografia e audiovisual (cinema, vídeo ou outros meios eletrônicos); Teatro, histórias encenadas e textos escritos; Medicina tradicional, memória e patrimônio (documentação, acervo e pesquisas).

Adotando os parâmetros e objetivos abordados acima e de acordo com os dados coletados junto ao FCBA, conclui-se que entre 2007 e 2013, foram lançados cinco editais específicos para as culturas indígenas e houve mais nove editais gerais que tiveram projetos indígenas contemplados, cuja distribuição por ano é demonstrada no Gráfico 3, somando um total de 14 editais a serem considerados no presente estudo.

Gráfico 3 - Quantitativo de editais gerais e editais específicos por ano (2007/2013)

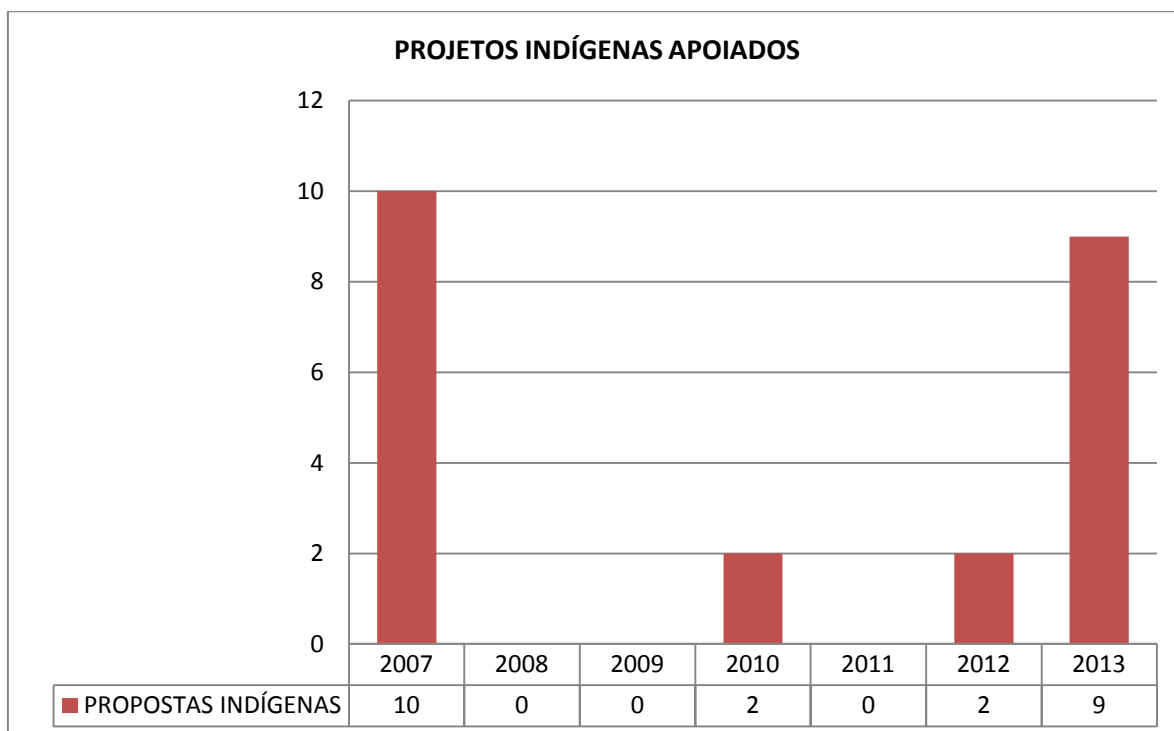


Fonte: Adaptado dos dados obtidos do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, 2014.

Como demonstra o gráfico acima, há uma inconstância no lançamento de editais específicos para as culturas indígenas até o ano de 2011, sendo que em 2007 houve apenas o Prêmio Iniciativas Culturais Indígenas, executado pela Funceb, e em 2009 o edital de Manifestações Culturais Populares, Tradicionais e Contemporâneas, executado pelo Núcleo de Culturas Populares e Identitárias, e o edital Cultura e Direitos Humanos, executado pela Funceb em parceria com a SJCDH. Com a reestruturação do FCBA e a criação do edital Culturas Identitárias, em 2012, como o edital que incorpora as culturas indígenas em seu objeto, já ocorre uma constância. Sobre os editais gerais, eles acabam se apresentando de modo mais aleatório, embora também se verifique que em 2012 e 2013 o quantitativo seja mais significativo, já que se apresentam de acordo com a existência de propostas indígenas selecionadas.

Dentre os 14 editais - e tendo em vista os 1.921 projetos apoiados pelo FCBA no total - neste período, soma-se o apoio a apenas 23 propostas indígenas, sendo dez propostas em 2007, duas em 2010, duas em 2012, nove em 2013 e nenhuma proposta nos anos de 2008, 2009 e 2011, conforme demonstra o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Projetos indígenas apoiados 2007/2013



Fonte: Dados obtidos do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, 2014.

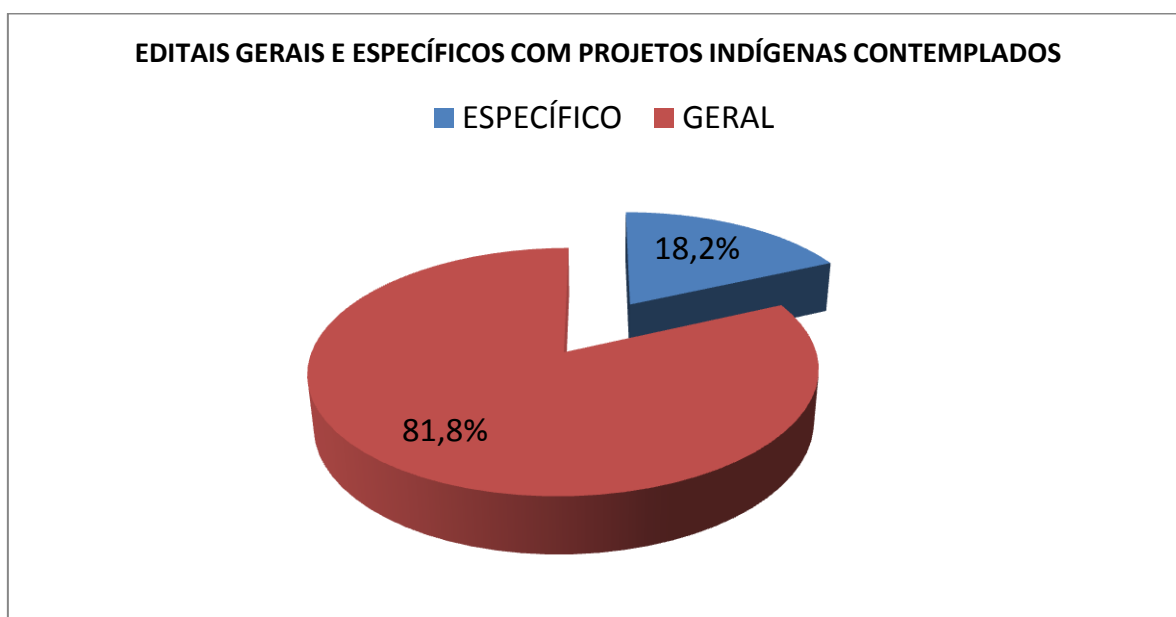
O quantitativo de projetos apoiados em 2007 refere-se, exclusivamente, ao Prêmio Iniciativas Culturais Indígenas, que se apresenta como um edital específico, assim como o único deste ano a ser considerado no presente estudo. O prêmio foi executado pela Diretoria de Música e Artes Cênicas (DIMAC) da FUNCEB, extinta em 2008, e se caracteriza como uma importante iniciativa para as culturas indígenas, considerando também que a modalidade de prêmio é mais simplificada que os demais editais, especialmente no que se refere à prestação de contas. Como o prêmio visou contemplar apenas propostas indígenas, acabou se configurando como o edital que mais contemplou quantitativamente tais propostas e, também por decorrência disto, se reflete no gráfico como o primeiro maior ano em que houve propostas indígenas apoiadas. Vale ressaltar que o prêmio se apresenta como um reflexo da iniciativa tomada pelo Ministério da Cultura, através da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural, que no ano anterior lançou o Prêmio Culturas Indígenas, que por sua vez se caracteriza como reflexo dos avanços a nível internacional, quando explicita a fundamentação do edital nos termos da Convenção sobre a Promoção e Proteção da Diversidade Cultural da UNESCO, e como reflexo da Constituição de 1988, artigo 215, que trata sobre a garantia do pleno exercício e a proteção dos direitos culturais dos povos indígenas. Em 2009, os dois editais específicos lançados, o Edital 12/2008 - Manifestações



Populares, Tradicionais e Contemporâneas e o Edital 33/2008 - Cultura e Direitos Humanos, feito em parceria com a SJCDH, não tiveram propostas indígenas contempladas. Os projetos apoiados em 2010 foram através de editais gerais, o edital de Apoio à Realização de Mostras e Festivais, executado pelo IRDEB, e o edital de Apoio a Projetos de Valorização do Patrimônio Cultural, executado pelo IPAC. Em 2012, os projetos apoiados referem-se apenas a editais gerais, os editais de Economia Criativa, executado pela Suprocul e o Setorial de Audiovisual, da Funceb. No edital de Culturas Identitárias de 2012 não houveram propostas indígenas contempladas. Em 2013, houve apoio por ambos os tipos de editais, sendo gerais os editais Setorial de Artes Visuais e Setorial de Literatura, executados pela Funceb, Projetos Estratégicos em Cultura, executado pela Assessoria de Relações Institucionais do Gabinete, e o edital Culturas Digitais, executado pela Assessoria de Juventude e Cultura Digital do Gabinete e como específico o edital de Culturas Identitárias, executado pelo CCPI.

No Gráfico 5 é possível observar a proporção de editais gerais e específicos que tiveram projetos indígenas apoiados.

Gráfico 5 - Proporção dos editais gerais e específicos com projetos indígenas apoiados 2007/2013

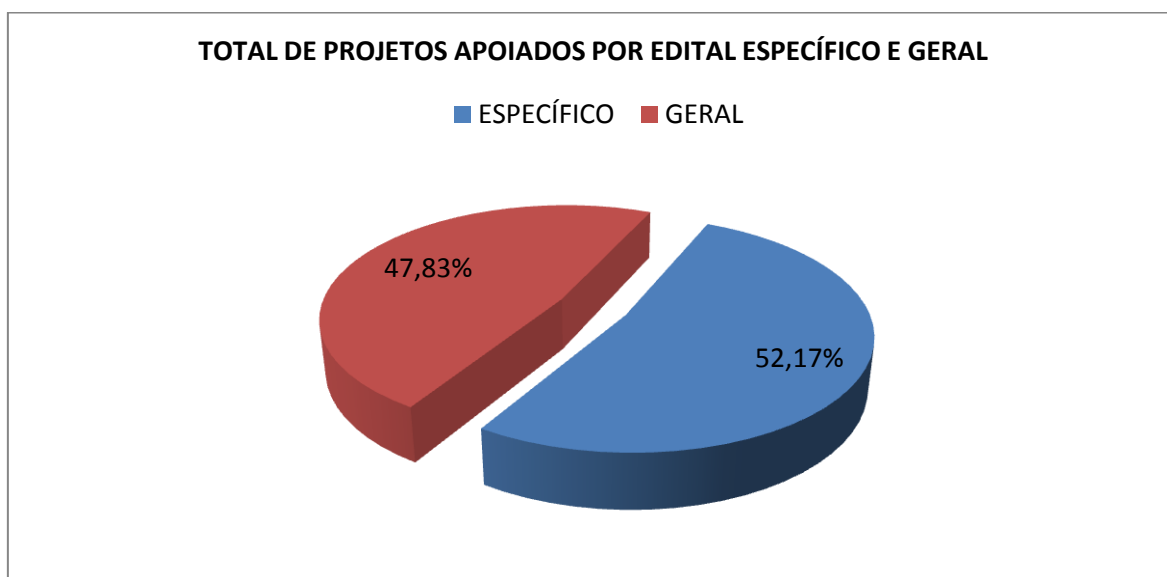


Fonte: Adaptado dos dados do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, 2014.

O gráfico acima resume que, do total de 11 editais relativos aos projetos apoiados, os dois editais específicos equivale a aproximadamente 18% deste total e os nove editais gerais equivale a aproximadamente 81%. Dessa maneira, mesmo observando que em 2008 houveram dois editais mais específicos para contemplar as culturas indígenas e a partir de

2012 se tenha adotado o edital de Culturas Identitárias como aquele que se propõe a contemplar essas culturas, é possível afirmar que a recorrência maior dos projetos apoiados se deu por editais gerais. No entanto, ao levar em conta o número de projetos apoiados por cada edital, esta proporção se torna equilibrada, refletido principalmente pelos 10 projetos aprovados no Prêmio Iniciativas Culturais Indígenas, de 2007, como demonstra o Gráfico 6.

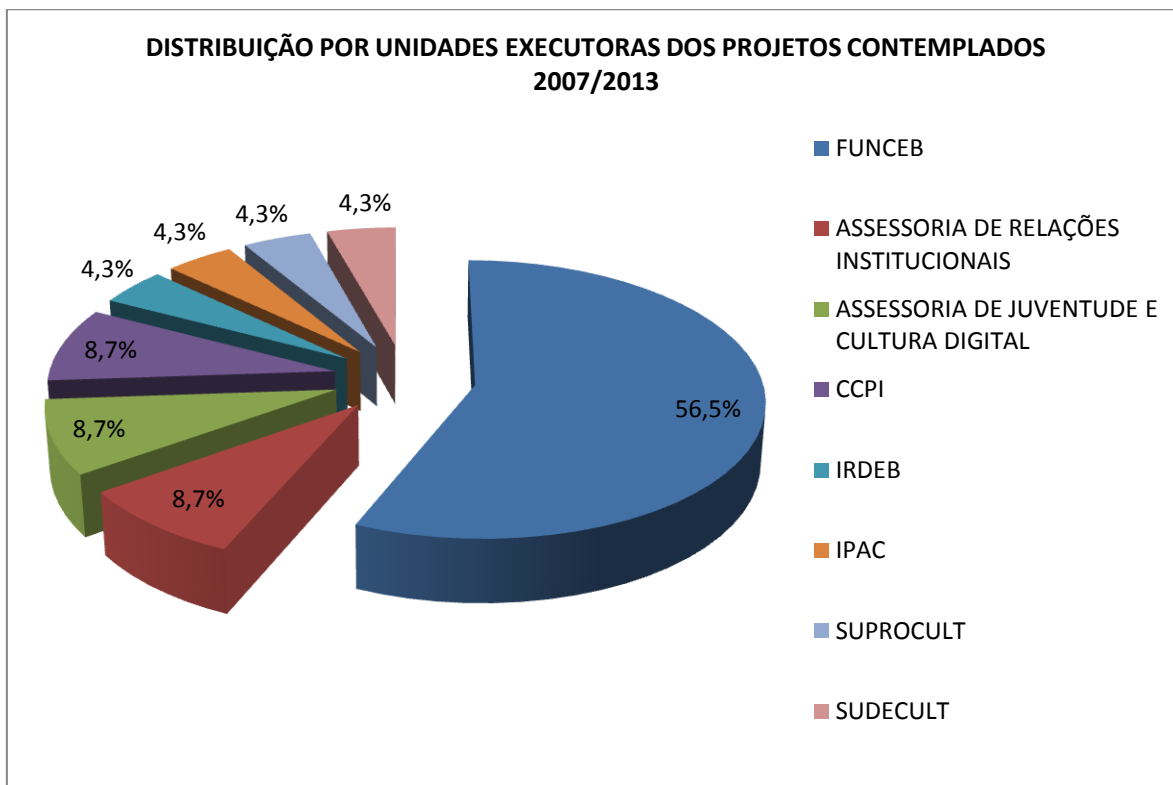
Gráfico 6 - Proporção do total de projetos apoiados por edital específico e geral 2007/2013



Fonte: Adaptado dos dados do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, 2014.

A percentagem que aparece no gráfico se refere a 12 projetos apoiados em editais específicos e 11 aprovados por editais gerais. Acerca destes editais gerais e específicos, é possível concluir que a maior unidade executora dos editais com projetos indígenas contemplados foi a FUNCEB, também por conta da premiação de 2007 (Gráfico 7). No gráfico é possível visualizar melhor como se deu a distribuição dos editais com projetos indígenas contemplados em relação às suas unidades executoras, entre 2007 e 2013. Dessa maneira, se exclui dessa conta os três editais específicos em que nenhum projeto deste segmento foi contemplado, ficando um total de 11 editais.

Gráfico 7 - Distribuição por unidades executoras dos projetos contemplados de 2007 a 2013

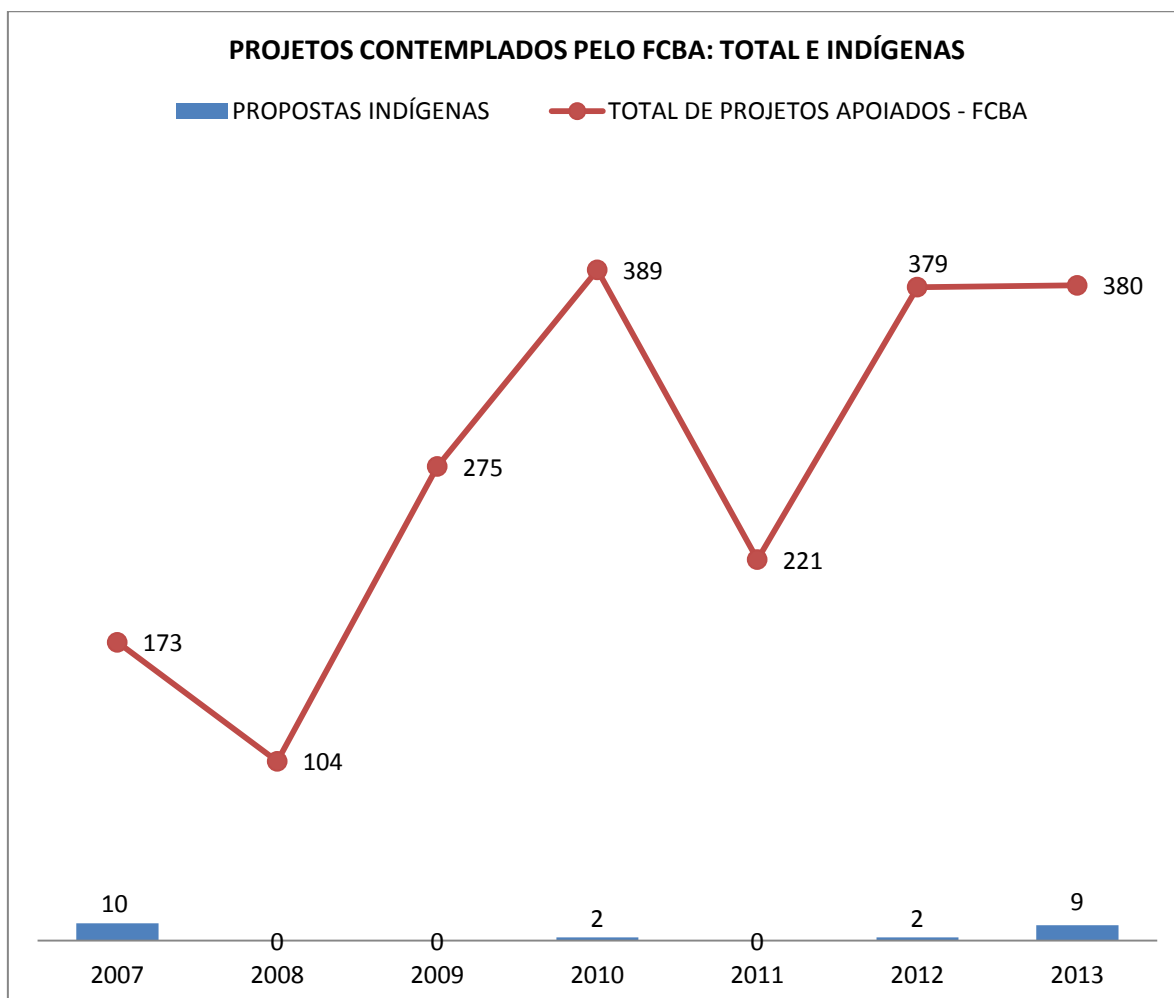


Fonte: Dados obtidos do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, 2014.

Dessa maneira, se confirma que a FUNCEB aparece como a unidade que mais contemplou projetos indígenas nos editais em que o órgão se apresenta como Unidade Executora (56,5%), seguida do CCPI, da Assessoria de Relações Institucionais e da Assessoria de Juventude e Cultura Digital, todas ligadas administrativamente ao Gabinete do Secretário.

Em suma, comparado com o total de projetos contemplados pela SECULT, através do FCBA, entre 2007 e 2013, os projetos específicos de cultura indígena equivalem a aproximadamente 0,7% do total, distribuídos por ano conforme o Gráfico 8.

Gráfico 8 - Projetos contemplados pelo FCBA: Total e Projetos Indígenas 2007/2013



Fonte: Dados obtidos do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, 2014, e adaptado da publicação Políticas Culturais na Bahia 2007-2014. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2014.

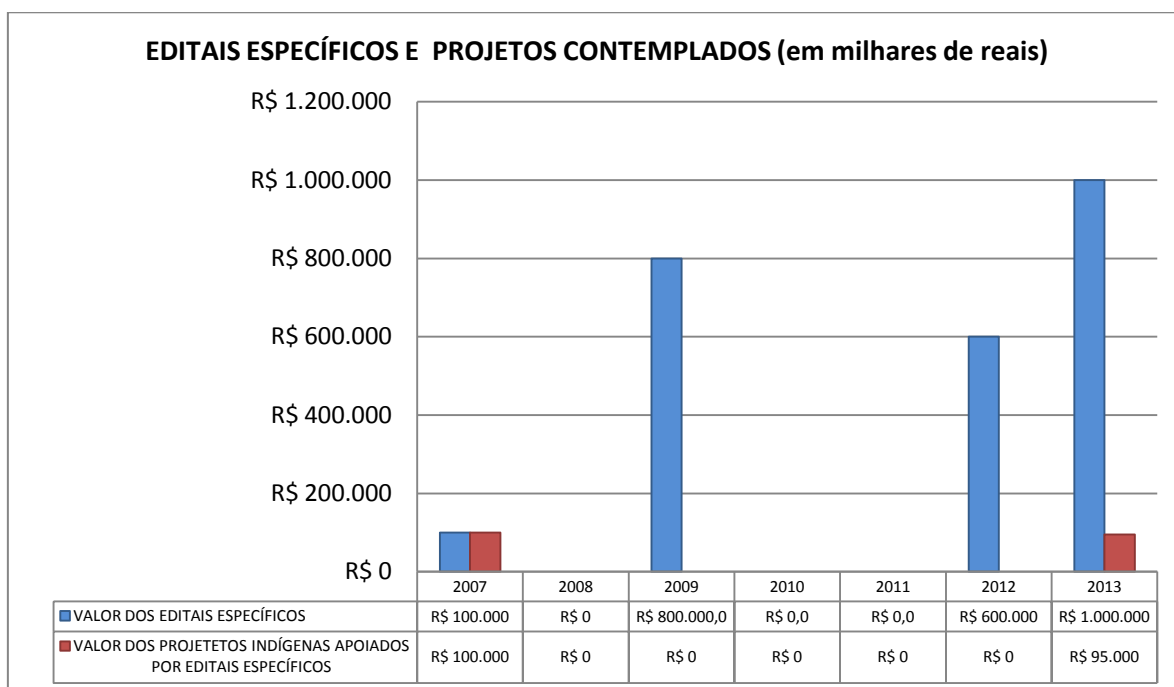
O gráfico acima permite observar que os anos em que houveram projetos indígenas apoiados acompanham, com exceção de 2010, os maiores níveis na quantidade de projetos totais apoiados pelo FCBA, ou seja, 2010, 2012 e 2013. No entanto, é possível concluir que a quantidade de projetos indígenas está muito aquém do quadro geral de projetos apoiados pelo FCBA, não chegando a representar 1% desse total.

De um modo geral, no período entre 2007 e 2013, o destaque dado ao fomento através dos editais e camadas públicas do FCBA pela SECULT não representou grandes mudanças no fomento às culturas indígenas, mesmo com a criação de editais específicos a partir de 2012, já que dentre dois editais de Culturas Identitárias lançados, não houve nenhuma proposta indígena contemplada no primeiro e o edital referente a 2013 contemplou apenas duas propostas. Além disso, as unidades responsáveis pela formulação das políticas para as culturas indígenas ao longo deste período, não representam a maior parcela dentre as unidades

executoras dos editais com projetos indígenas contemplados, ainda que o Centro de Culturas Populares e Identitárias tenha atribuído aos editais o maior enfoque de tais políticas.

Em se tratando de recursos, somando os editais gerais e os específicos, entre 2007 e 2013, temos um montante de R\$ 14,18 milhões investidos, sendo que a soma das verbas repassadas para projetos indígenas alcança um total de R\$ 1.109.078,75. Deste montante, apenas R\$ 2,5 milhões dos investimentos neste período se referem aos editais considerados específicos, distribuídos entre cinco editais, sendo que três deles não tiveram propostas indígenas contempladas, como já foi abordado. Por se tratarem do que efetivamente foi investido às culturas indígenas, entendida pela SECULT como parte das Culturas Identitárias, é interessante observar este recorte dos editais. Neste sentido, o Gráfico 9 demonstra em quanto se deu os investimentos aos editais específicos de 2007 a 2013 em relação aos projetos indígenas apoiados nestes editais.

Gráfico 9- Valor dos editais específicos e valor dos projetos contemplados nestes editais 2007/2013



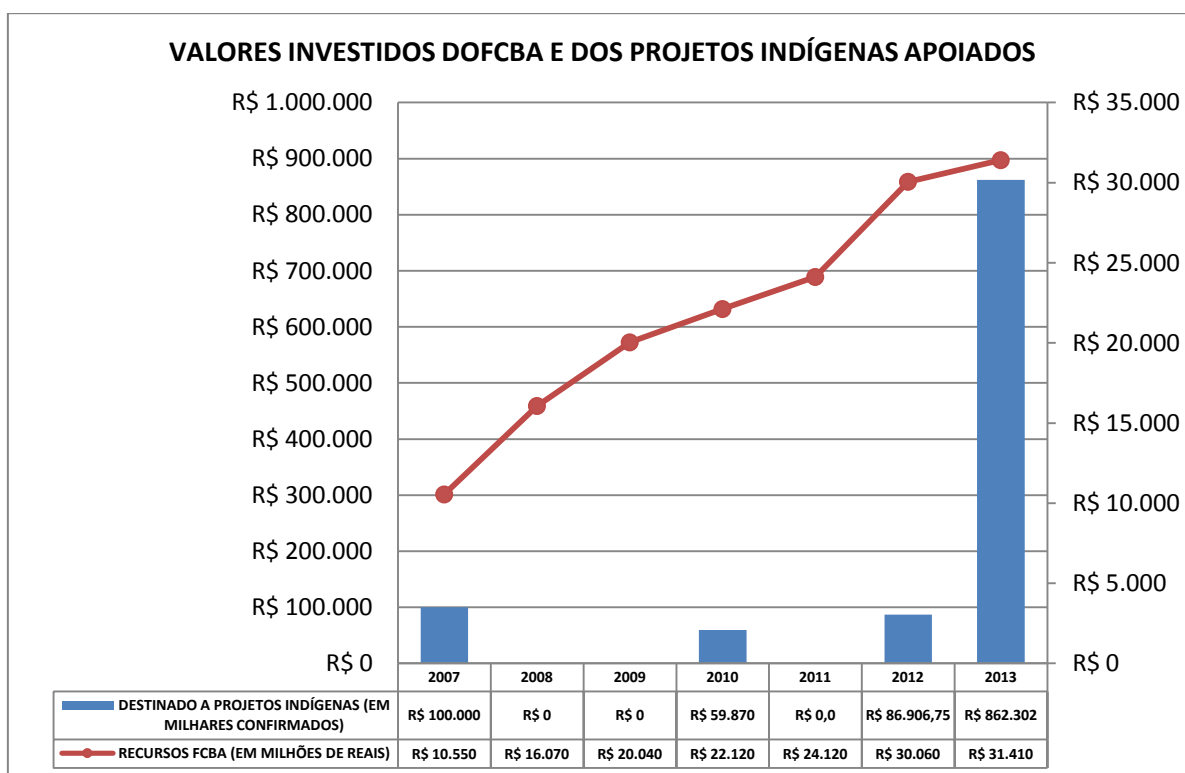
Fonte: Adaptado dos dados obtidos do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, 2014.

O gráfico demonstra que, apesar de em 2010 existirem 10 projetos apoiados no prêmio e em 2013 apenas 2, os recursos destinados são quase equivalentes, o que tem relação com uma ampliação no teto máximo de apoio por projeto nos editais, enquanto o prêmio destinava um valor fixo de R\$ 10 mil por projeto selecionado, o edital de Culturas Identitárias referente

ao ano de 2013 admitia um valor de apoio de até R\$ 50 mil. No ano anterior o teto de apoio do edital de Culturas Identitárias foi de R\$ 40 mil<sup>17</sup>.

Partindo para uma análise mais ampla dos recursos, se chega à conclusão de que, entre 2007 e 2013, apesar de ter ocorrido uma crescente ampliação nos recursos acionados do FCBA como um todo, o valor destinado aos projetos voltados aos povos indígenas significam, ao todo, apenas 0,71%. A distribuição entre o valor de R\$ 1.109.078,75 destinado aos projetos indígenas apoiados em relação aos valores gerais do FCBA, nos anos de 2007 a 2013, é demonstrada pelo Gráfico 10.

Gráfico 10 - Valores totais do FCBA e dos projetos indígenas contemplados 2007/2012



Fonte: Dados obtidos do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, 2014, e adaptado da publicação Políticas Culturais na Bahia 2007-2014. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2014.

O gráfico demonstra que essa crescente ampliação nos recursos do FCBA significou maior repasse dos recursos para as propostas indígenas, com exceção de 2007 por conta do prêmio voltado somente às culturas indígenas. No ano de 2013 o repasse a estas propostas ficou acima da média em relação ao valor total investido pelo FCBA no mesmo ano,

<sup>17</sup> A relação dos valores totais destinados aos editais considerados no presente estudo e seus respectivos tetos de apoio por projeto podem ser vistos no Anexo II.

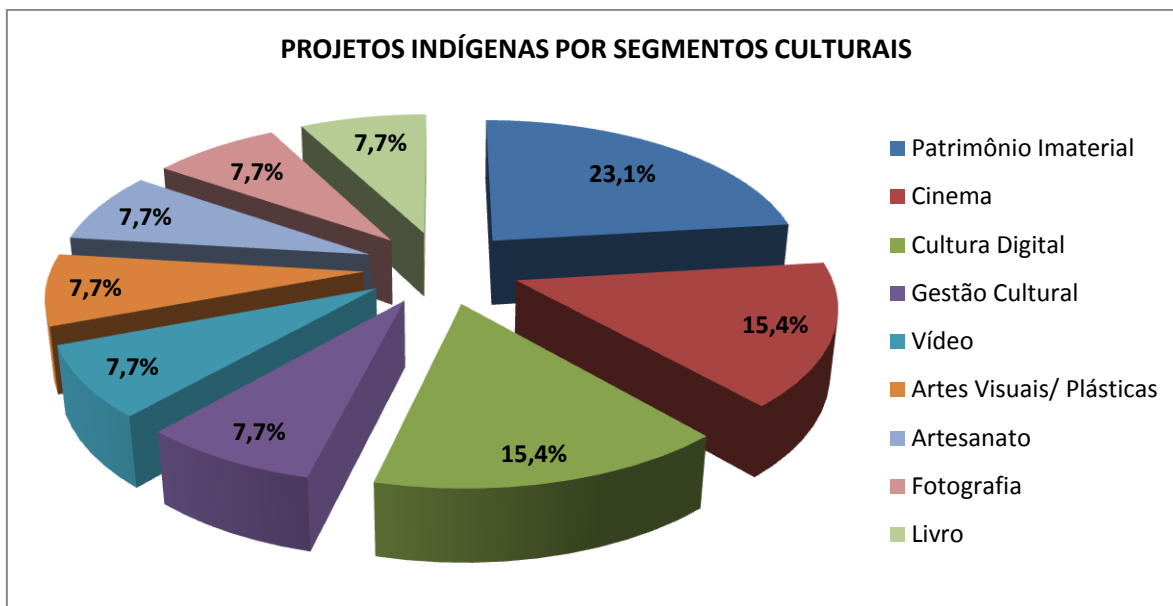
significando 2,67% deste valor. Apesar da diferença na quantidade de projetos apoiados em 2007 e em 2013 ser de apenas um, os recursos destinados aos projetos representam um montante muito maior no último ano, no entanto, de um modo geral, o valor efetivamente destinado às propostas voltadas aos povos indígenas ainda é muito ínfimo.

No intuito de melhor aprofundar os aspectos relativos aos 23 projetos indígenas apoiados, a partir de suas informações, características e abrangência, o presente estudo buscou identificar quais os segmentos artístico-culturais e naturezas predominantes, os municípios dos proponentes, os municípios em que as ações se desenvolvem e seus respectivos territórios de identidade e, por fim, as comunidades indígenas contempladas pelo projeto. Vale ressaltar que, do período de 2007 a 2013, não houveram propostas indígenas apoiadas nos anos de 2008, 2009 e 2011, por isso os dados se referem apenas aos demais anos. Além disso, de acordo com as justificativas já apresentadas, os dados relativos aos segmentos e naturezas dos projetos apoiados, conforme relação adotada pela SECULT, não engloba o Prêmio Iniciativas Culturais Indígenas e, por conta disso, não foi possível levar em conta o ano de 2007 neste recorte específico, já que todos os projetos apoiados no referido ano decorrem da premiação.

Dessa maneira, de acordo com os dados de segmentos artístico-culturais das propostas indígenas, se verifica que a maior parcela, aproximadamente 23% referente a três projetos, são de Patrimônio Imaterial, seguido do Cinema e Cultura Digital (Gráfico 11). Apesar de não representar um dado muito significativo, no que se refere ao quantitativo levado em conta, sugere a percepção de que as expressões e manifestações culturais indígenas de cunho imaterial é uma preocupação das propostas voltadas aos povos indígenas. Essa consideração tem base não apenas nos referidos dados apresentados, mas tem relação com todo o processo histórico de negação ou distorção da identidade dos povos indígenas, inclusive enquanto matriz formadora do povo brasileiro, nos termos de Darcy Ribeiro, o que levanta a necessidade de um exaustivo trabalho de reparação, para fins da preservação, proteção, reconhecimento e o bom desenvolvimento de suas culturas indígenas. A concepção do termo preservação aqui utilizada também não busca remeter aos moldes com que eram tratados os indígenas, especialmente nos anos anteriores à década de 80, conforme abordado no panorama, em que havia de certa maneira uma ideia de estagnação, engessamento de suas características para que o reconhecimento se desse. A preservação se dá nos processos sociais, culturais e políticos, nas resistências e nas hibridizações, dessa maneira, é interessante observar como as novas tecnologias têm sido incorporadas pelas comunidades indígenas de

maneira crescente, o que se reflete também nos projetos desenvolvidos, como aponta o Gráfico 11.

Gráfico 11 - Distribuição dos projetos indígenas por segmentos artístico-culturais

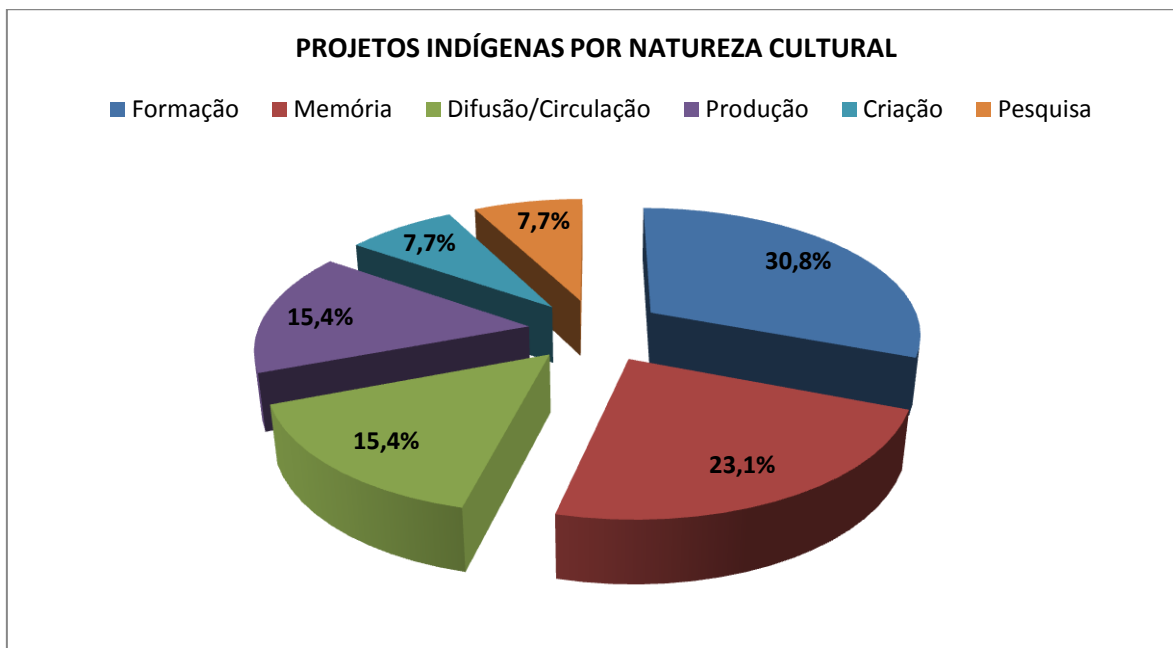


Fonte: Dados obtidos do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, 2014.

No que se refere às naturezas culturais, a Formação se apresenta como a mais predominante, 30,8% relativa a quatro propostas, que giram em torno do etnoturismo, da educomunicação, agroecologia e rádio (Gráfico 12). Podem ser dadas as mesmas considerações anteriores, ao observar que a Memória se apresenta como a segunda natureza mais predominante nas propostas. Outra observação interessante é que, dos três projetos relativos à Memória, dois contemplam o povo Tupinambá do Sul da Bahia, que vem sofrendo com os recorrentes enfrentamentos por conta do processo de demarcação de suas terras, que ainda não foi concluído.



Gráfico 12 - Distribuição dos projetos indígenas por natureza cultural.



Fonte: Dados obtidos do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, 2014.

Cabe salientar que as informações referentes aos segmentos e naturezas das propostas são aquelas indicadas pelos proponentes como predominantes no projeto, portanto esses projetos também se inserem no diálogo com outras áreas, embora de modo secundário.

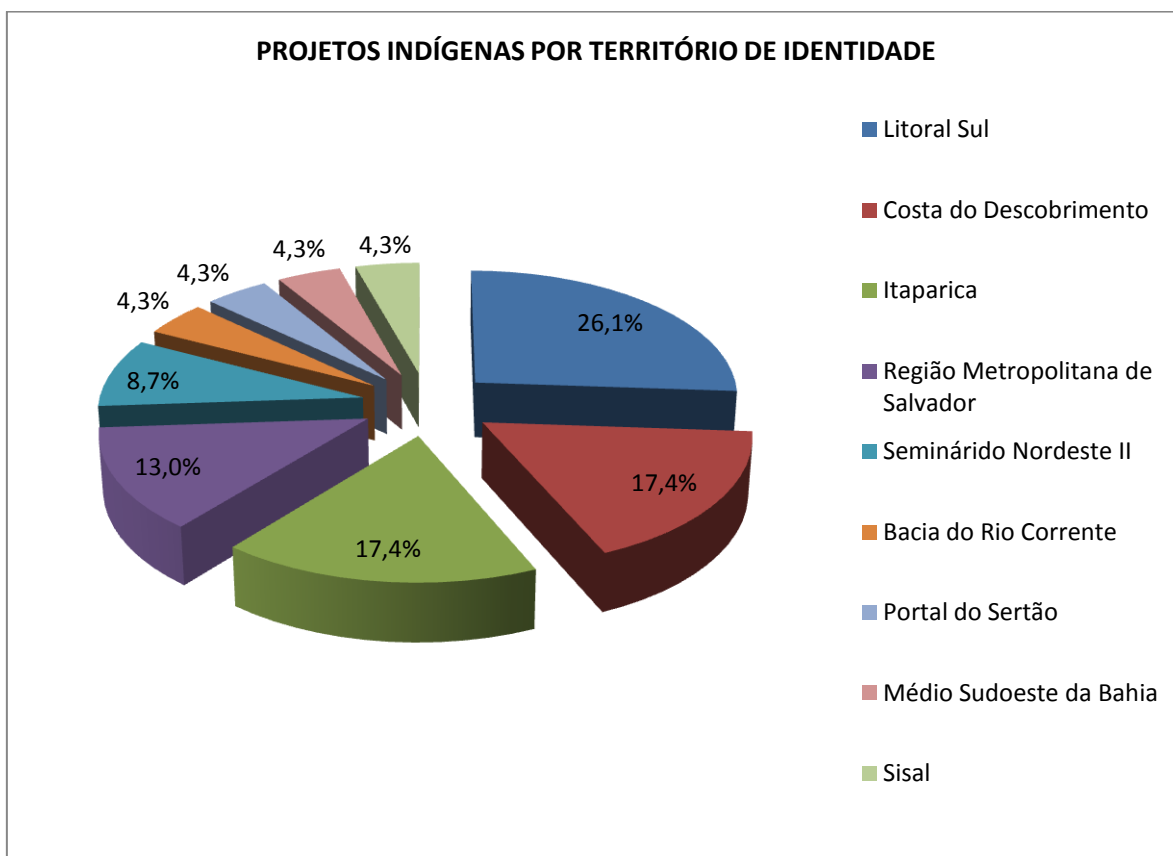
Das 23 propostas indígenas, foram apurados os dados relativos aos municípios, territórios de identidade e comunidades contempladas<sup>18</sup>, de modo a saber de onde partiram essas propostas, qual o real alcance delas, constatando também se houve ou não uma concentração do incentivo. Vale lembrar que o Estado da Bahia adota a distribuição dos 417 municípios existentes por 27 Territórios de Identidade.

Em relação aos territórios, se verifica que os projetos indígenas partiram de 14 municípios diferentes, distribuídos em nove Territórios de Identidade, em que os proponentes residem: Litoral Sul; Costa do Descobrimento; Itaparica; Região Metropolitana de Salvador; Semiárido Nordeste II; Bacia do Rio Corrente; Portal do Sertão; Médio Sudoeste da Bahia; Sisal. A maioria dos proponentes é do Litoral Sul, onde também estão localizadas aldeias da etnia Tupinambá, seguido da Costa do Descobrimento, onde vivem comunidades da etnia Pataxó e Itaparica, onde vivem povos da etnia Tuxá, Kantaruré, Xucuru-Kariri e Pankararé. A

<sup>18</sup> Os referidos dados foram coletados junto ao Fundo de Cultura do Estado da Bahia.

distribuição dos projetos por territórios de identidade em que os proponentes residem podem ser observados no Gráfico 13.

Gráfico 13 - Distribuição por Territórios de Identidade dos municípios de onde se localizam os proponentes dos projetos indígenas

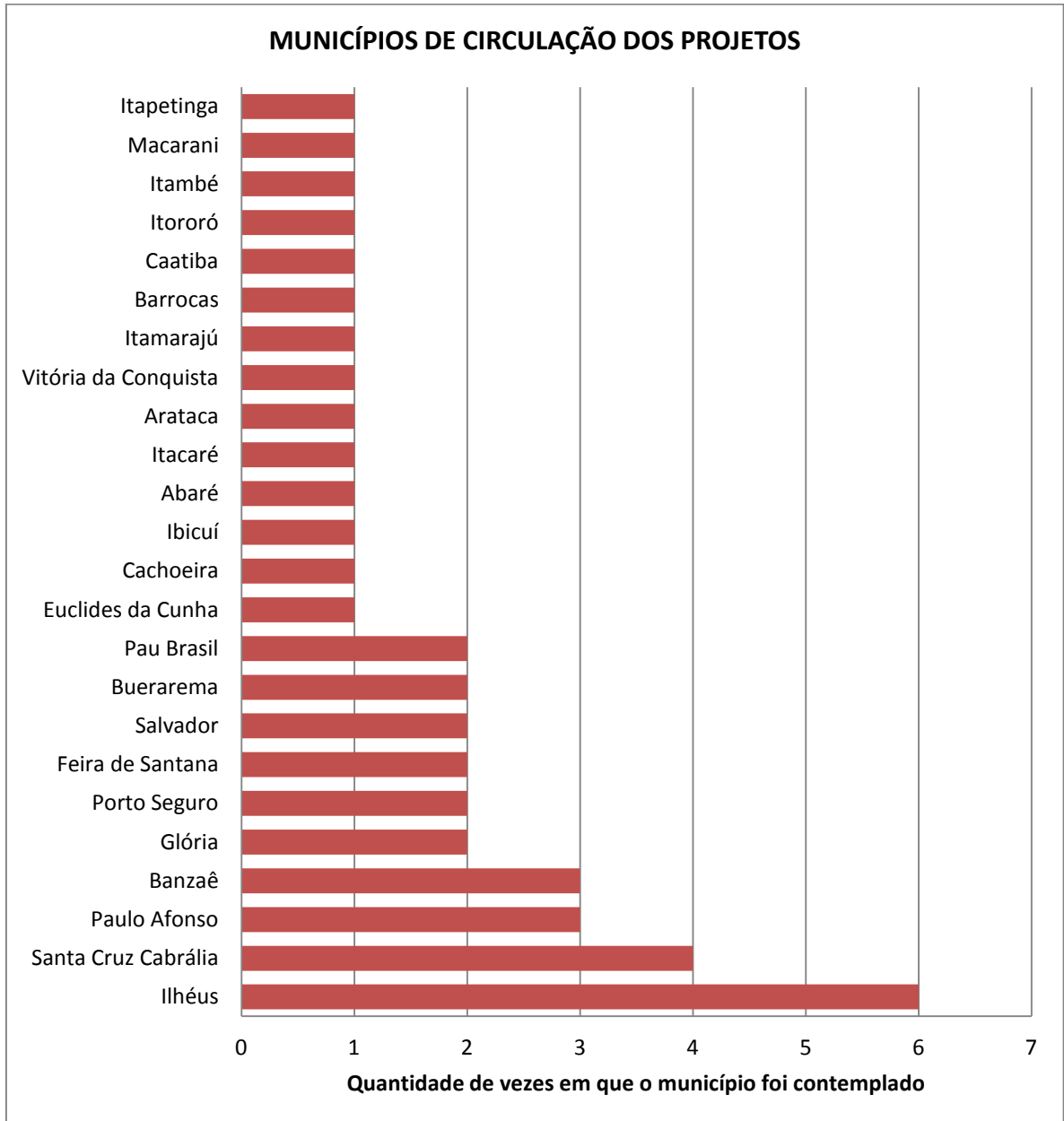


Fonte: Dados obtidos do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, 2014.

O percentual do Litoral Sul se refere a seis projetos, dos municípios de Pau Brasil, Ilhéus e Itacaré. Na Costa do Descobrimento foram quatro projetos, entre os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Em Itaparica também foram quatro projetos, em que se incluem os municípios de Glória e Paulo Afonso. A Região Metropolitana de Salvador refere-se exclusivamente a três projetos da capital. No Semiárido Nordeste II foram dois projetos de Banzaê e Euclides da Cunha. Por fim, se contemplou um projeto em cada um dos territórios seguintes sendo, pela ordem apresentada no gráfico, dos municípios de Santa Maria da Vitória, Feira de Santana, Itororó e Barrocas. Tendo em vista que a maior parte das comunidades indígenas da Bahia se localiza no interior, essa distribuição expressa uma proximidade dos que propuseram os projetos com as comunidades, com exceção de Feira de Santana, seja o proponente indígena ou não indígena. Ao observar a abrangência das propostas em relação aos municípios que o projeto envolve, essa distribuição se amplia ainda

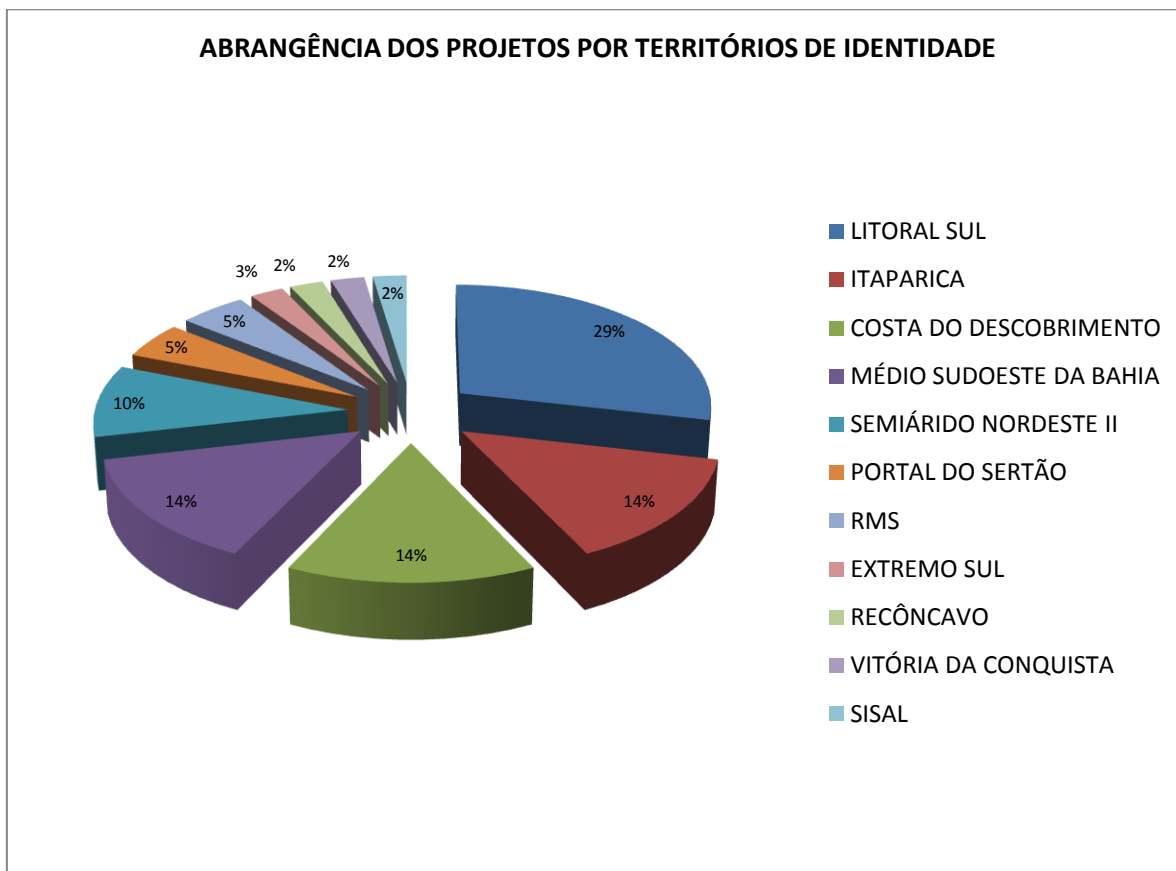
mais, alcançando uma extensão geográfica maior, de 24 municípios diferentes contemplados (Gráfico 14), distribuídos quantitativamente dentre os territórios conforme Gráfico 15.

Gráfico 14 - Municípios contemplados pelos projetos



Fonte: Dados obtidos do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, 2014.

Gráfico 15 - Distribuição por Territórios de Identidade dos municípios envolvidos nos projetos indígenas

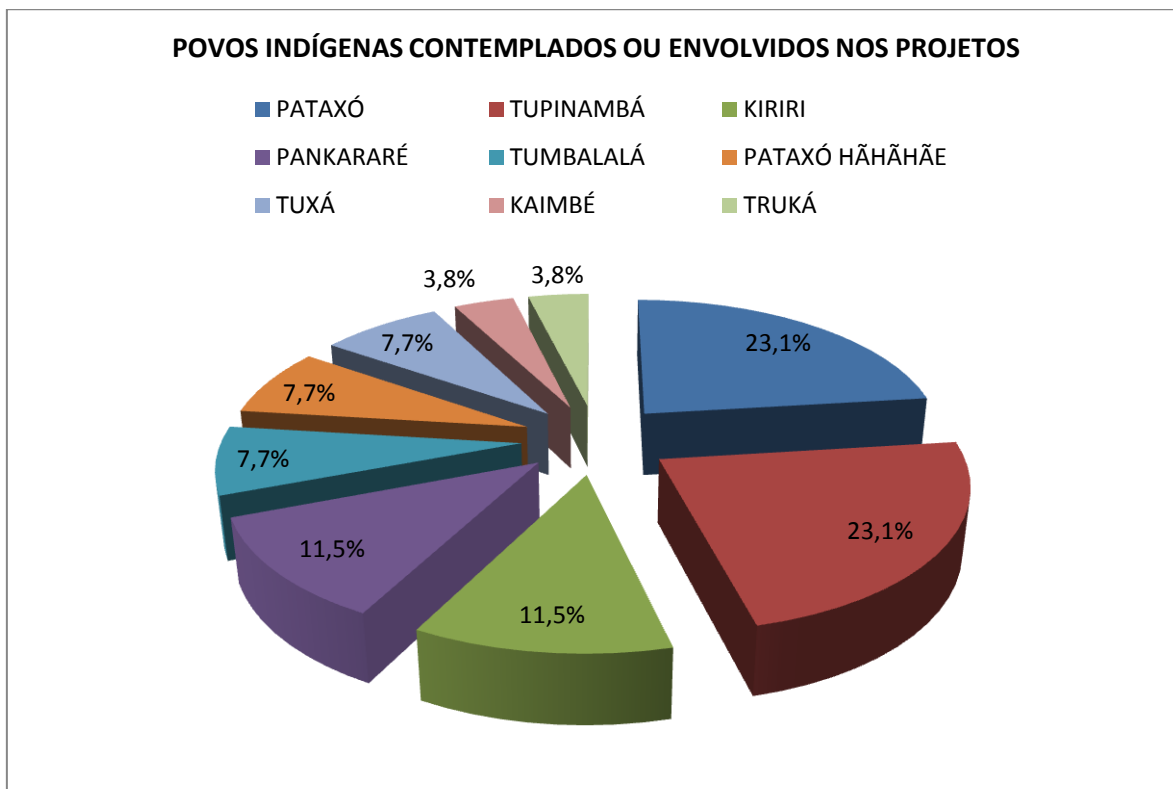


Fonte: Dados obtidos do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, 2014.

Dentre os municípios contemplados com os projetos indígenas, Ilhéus se apresenta como o município que mais recebeu tais projetos, onde no município e em seu entorno estão localizadas as comunidades das etnias Tupinambá.

Dentre as comunidades contempladas pelo projeto, ou seja, aquelas indicadas nas ações a serem realizadas ou cuja etnia se insere na proposta de um modo geral, se referem a um total de nove etnias indígenas da Bahia. Certamente as comunidades contempladas têm relação com os territórios de identidade supracitados, já que a maioria dos projetos que envolveram diretamente as comunidades ocorreu em territórios indígenas ou em suas proximidades. Dessa maneira, se apresentam nessa relação as etnias Pataxó, Tupinambá, Kiriri, Pankararé, Tumbalalá, Pataxó Hãhãhãe, Tuxá, Kaimbé e Truká, de acordo com o percentual apresentado no Gráfico 16, cuja distribuição se deu conforme número de propostas em que aparecem. Cabe salientar que quatro projetos não se direcionam à uma etnia determinada, mas tratam dos povos indígenas como um todo, o que leva a considerar no gráfico o recorte de nove propostas.

Gráfico 16 - Distribuição dos Povos indígenas contemplados nos projetos por quantidade percentual



Fonte: Dados obtidos do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, 2014.

Embora o número de propostas e valores destinados seja baixo, conforme demonstrado anteriormente, os projetos contemplam um número considerável de etnias, tendo em vista que atualmente se reconhece a existência de 16 povos indígenas no território baiano. O fato de que as etnias Pataxó e Tupinambá representam o maior percentual pode ter relação com o que a Coordenadora de Editais do CCPI observa, de que os Tupinambás, por exemplo, adquiriram um maior conhecimento de desenvolver projetos, a mesma observação valeria também para os Pataxó (ENCARNAÇÃO, 2014). Além disso, a coordenadora pontua que a comunicação é mais fácil com as comunidades das etnias Tupinambá e Kiriri, por já existirem pessoas dessas comunidades onde o contato ocorre sem grandes dificuldades.

Tendo em vista os dados apresentados relativos ao fomento às culturas indígenas, é possível concluir, portanto, que os editais são mecanismos ineficazes no atendimento à diversidade das culturas indígenas, por diversas questões. A primeira delas tem relação com a própria dinâmica das comunidades, a forma de elaborar os projetos não dialogam com o tempo e a burocracia dos editais, que por sua vez adotam um padrão único para atender os projetos artístico-culturais. A maioria dos povos está localizada no interior da Bahia e muitas

delas não dispõe de acesso fácil a internet, telefone e outros meios de comunicação. Como aborda S. Ribeiro as comunidades indígenas possuem dinâmicas próprias, que as diferencia no fazer cultural e na própria elaboração das propostas.

Como falei no início, eles não funcionam tão objetivamente, para fazer um projeto não é individual, tem que falar com o cacique, falar com o pajé, falar com a comunidade, foi isso que eu percebi em todas as visitas. Tem o problema de escrever sim, mas tem muitos índios que escrevem, mas as vezes os que escrevem não estão envolvidos na comunidade e os que estão envolvidos não conseguem fazer. (RIBEIRO, 2014).

A questão da escrita também ainda é uma dificuldade, pois tradicionalmente a comunicação indígena acontece na oralidade, na expressão oral e corporal de seus saberes e fazeres, o que acaba fazendo com que as propostas não se apresentem de forma tão clara e objetiva para as comissões de análise. Ainda que essas comissões sejam integradas por indígenas ou estudiosos dessa área, como houve no ano de 2013 a participação de um indígena Pataxó e em 2014 de uma índia Kiriri, conforme relata a coordenadora de editais do CCPI, a comissão como um todo deve aprovar o projeto. Dessa maneira, de um número já baixo de projetos inscritos, o número de aprovação destes projetos se torna ínfimo, em decorrência das inabilitações. De acordo com Encarnação, coordenadora dos editais do CCPI, a inabilitação se dá principalmente pela falta de compreensão do projeto proposto por parte da comissão que o analisa.

a inabilitação ocorre muito por isso, muitos têm uma ideia solta ou a ideia é muito boa mas não ficou clara para a comissão, a comissão não consegue entender realmente o que ele vai fazer, se ele vai resgatar a cultura, se vai fazer oficinas. São pequenas informações que as vezes ficam soltas no projeto e a comissão não consegue entender. (ENCARNAÇÃO, 2014)

Então o primeiro entrave se dá no próprio processo de construção dos projetos, no acesso aos recursos e meios necessários para a inscrição de propostas e na expressão e compreensão das propostas que passam pela comissão de análise. Outra problemática em relação a isto é de que acaba ocorrendo uma representação de propostas indígenas por pessoas não indígenas, o que não necessariamente reflete as demandas e vontades destes povos. Não se trata aqui de inibir as iniciativas que partem de não indígenas, a questão maior é de que a política de fomento a essas culturas, nos moldes atuais, não permite que o índio possa representar a si mesmo, dentro de suas particularidades e contextos, pois se torna mais viável fazer com que o outro, que possua maior domínio do processo, o represente.

Passando desta etapa, o segundo entrave tem haver com a execução dos projetos, também relacionado com as questões supracitadas, e disso decorre uma expressiva inadimplência dos proponentes indígenas, relativo aos processos administrativos, de prestação de contas, dentre outros motivos. Encarnação aponta que a própria dificuldade no contato com as comunidades acaba resultando neste quadro.

Quando eles mandam os projetos, conseguem executar, então o que inabilita ele mesmo é mais a questão administrativa, um contrato que já venceu e a gente precisa renovar esse contrato, aí a gente precisa entrar em contato e não consegue e vai passando meses e meses. Então na verdade é mais essa questão burocrática mesmo e administrativa e não porque ele deixou de executar ou fez mal feito, ou usou o dinheiro de maneira inadequada, não é isso, mas porque é difícil contato por telefone, quando a gente consegue contato as vezes passa do prazo administrativamente da execução. (ENCARNAÇÃO, 2014)

A coordenadora também considera que os editais não são mecanismos muito acessíveis aos povos indígenas e pontua que existe uma demanda e vontade do CCPI de que o edital de Culturas Identitárias se torne mais simplificado, como ocorreu com o edital de Culturas Populares, também executado pelo órgão.

Dessa maneira, é possível afirmar que o enfoque dado aos editais no que se refere às políticas para os povos indígenas, a partir de 2012, como observado no tópico anterior, não representa um crescimento no fomento a essas culturas, já que o quantitativo de propostas contempladas no edital de Culturas Identitárias ainda é muito baixo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações ocorridas no âmbito do Ministério da Cultura, refletidas também na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, especialmente no que se refere à uma ampliação no conceito de cultura, permitiu uma mudança no olhar para a cultura como um todo. Neste contexto, o desenvolvimento de políticas para a diversidade cultural, especialmente para as culturas indígenas, passa a ganhar mais espaço no conjunto das intervenções realizadas e na estrutura dos organismos públicos de cultura. Dessa maneira, se apresenta como um avanço para a Secretaria de Cultura da Bahia a destinação de um espaço próprio para atender às culturas populares e identitárias, envolvendo nisso as culturas indígenas, primeiramente através da Assessoria de Cultura Popular, posteriormente através do Núcleo de Culturas Populares e Identitárias e, por fim, com a criação, em 2011, do Centro de Culturas Populares e Identitárias.

Como visto, no primeiro ano de gestão (2007) não houve um grande número de ações voltadas às culturas indígenas, mas ocorreu um importante espaço de diálogo e participação, através de um seminário, para ouvir as demandas das comunidades indígenas e construir de modo participativo as políticas culturais a serem implementadas para o setor. Algumas destas demandas foram levadas a frente pela atuação que seguiu, com o Núcleo de Culturas Populares, de 2008 a 2010, principalmente a de realizar encontros. O núcleo foi capaz de articular e promover importantes espaços de participação e intercâmbio entre as comunidades indígenas, o que permitiu ampliar a escuta a estes povos, bem como o desenvolvimento de uma política, em certa medida, alinhada com o que vinha sendo demandado. Dessa maneira, esse período da gestão se caracterizou como um período de aproximação da SECULT com os povos indígenas, da construção em conjunto das políticas e de uma atuação mais direta, a partir de ações onde o Estado participou como realizador. Além disso, se caracterizou como o período em que mais houve uma articulação com outros organismos do Governo, organizações públicas e privadas e da sociedade civil que se voltava para a questão indígena, ou seja, como o período em que mais houve uma atuação transversal no desenvolvimento das políticas para os povos indígenas. O presente estudo também concluiu que a política de financiamento através dos editais não foi uma prioridade para o núcleo, que executou apenas um edital, mas sem nenhum projeto indígena selecionado. Com a mudança de gestão, quando assume um novo secretário de cultura, criou-se o Centro de Culturas Populares e Identitárias, com a perspectiva de se ampliar ainda mais o espaço destinado a estes segmentos. No entanto, com a incorporação pelo centro de outras ações e demandas, a exemplo do Pelourinho



Cultural, é possível concluir que não houve efetivamente uma ampliação do espaço destinado às culturas populares e identitárias, mas uma incorporação do núcleo. Nesta perspectiva, houve uma mudança significativa na atuação com as culturas indígenas, em que se deixou de realizar e promover ações mais diretas, inclusive dos espaços de participação, que se resumiu à setorial das conferências para este segmento, e se passou a focar na política de financiamento, através dos editais de Culturas Identitárias. Os editais foram segmentados, houve uma ampliação no valor do apoio e uma maior constância de sua periodicidade, passando a existir anualmente um edital para as Culturas Populares e um edital para as Culturas Identitárias, sendo que este último se tornou a principal fonte de apoio às culturas indígenas. No entanto, foi possível perceber que, apesar do CCPI ter focado suas políticas para os povos indígenas nos editais, essa forma de fomento apresenta uma efetividade limitada para as culturas indígenas, tendo em vista o baixo número de propostas aprovadas e por conta das diversas dificuldades apresentadas quanto ao acesso a estes editais. Neste sentido, é preciso pensar em novas formas de fomento às culturas indígenas ou na construção de um modelo mais adequado, com a participação dos indígenas, em que se ampliem as possibilidades de acesso aos recursos do Fundo de Cultura do Estado.

Tendo em vista o período como um todo, houve na SECULT uma ampliação do olhar para as culturas indígenas e uma ampliação do espaço destinado ao desenvolvimento das políticas para essas culturas, mas as mudanças nas perspectivas das atuações, em que foram invertidas as prioridades estabelecidas, acabaram por gerar descontinuidades e um não aprofundamento no conjunto de intervenções realizadas, no sentido de aproximar, promover e fomentar a diversidade das culturas indígenas. Além disso, se percebeu que a cultura indígena demanda uma atuação transversal, o que permite uma potencialização e maiores desdobramentos nas intervenções realizadas, no entanto, essa transversalidade acabou sendo minimizada nos últimos anos de atuação da secretaria, passando a ocorrer de maneira muito pontual. Os espaços de participação e diálogo com os povos indígenas também acabaram se reduzindo, bem como se tornaram poucos os indícios para a efetivação das considerações e demandas colocadas através dos encontros e documentos produzidos. Ao mesmo tempo, não se percebe a existência de um acompanhamento ativo por parte dos povos indígenas das políticas culturais desenvolvidas, as opiniões existem e as demandas são colocadas, mas se constatou que a questão da terra se apresenta como uma das prioridades, visto que ainda é o maior motivo de disputa destes povos. Porque sem terra os demais setores da vida social e cultura indígena são comprometidos, seus direitos básicos são infringidos, a vida é colocada em risco, ocorrem as disputas, os enfrentamentos. No entanto, se entende que isto não deve

ser uma brecha para que o Estado se acomode, pelo contrário, é preciso estar sensível para perceber as questões principais que estão em torno dos povos indígenas e, no âmbito da cultura, atuar de modo a contribuir para que sejam garantidos seus direitos, suas manifestações e expressões culturais. Neste ponto se reafirma a necessidade de que a SECULT atue cada vez mais de modo transversal e em articulação com outros órgãos do poder público, privado e com a sociedade civil.

Embora o presente estudo não tenha se aprofundado sobre as atuações de outras secretarias, se percebeu que há uma maior efervescência e inserção das políticas desenvolvidas para os povos indígenas por parte de algumas delas, a exemplo da Secretaria de Cidadania, Justiça e Direitos Humanos - SJCDH e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPROMI. Cabe salientar também que não foi possível avaliar outras intervenções da SECULT, que permitiria levantar conclusões mais precisas, como os pontos de cultura, as caravanas culturais, que ocorrem desde 2012, o Sistema Estadual de Cultura, dentre outras. Tais ausências na análise ficam como perspectivas para estudos futuros, a fim de dimensionar de maneira ainda mais ampliada as políticas culturais desenvolvidas pela Secretaria de Cultura da Bahia para os povos indígenas e as políticas públicas do Estado da Bahia.

No campo da cultura, é preciso levar em conta também que, de um modo geral, essa pasta ainda não alcançou o lugar ideal de destaque nas políticas de Estado, refletindo em um baixo orçamento e uma administração deficiente. Na Bahia, a estruturação das políticas culturais ainda é algo muito recente, tendo em vista que só a partir de 2007 é que a cultura passa a assumir um lugar de autonomia no Estado. Muitos avanços já foram possíveis, permitindo novas vias para uma construção mais democrática, descentralizada, participativa e ampliada das políticas culturais, mas continuamos em um processo de maturação, de lapidação e busca para a efetividade destas políticas.

## REFERÊNCIAS

BALANCO, Jan. *Gestão Paulo Souto/César Borges (1995–1998)*. Salvador, 2007. Disponível em: <[www.cult.ufba.br/arquivos/Pol\\_ticas\\_Culturais\\_da\\_Bahia\\_\\_Paulo\\_Souto\\_\\_\\_\\_Jan\\_Balanco\\_\\_%E2%80%A6.pdf](http://www.cult.ufba.br/arquivos/Pol_ticas_Culturais_da_Bahia__Paulo_Souto____Jan_Balanco__%E2%80%A6.pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2014.

BANIWA, André Fernando. *Participação Política e Políticas Públicas para os Povos Indígenas no Brasil*. In: CÁRDENAS, Victor Hugo et al (org.), *Participación Política Indígena y Políticas Públicas para Pueblos Indígenas em América Latina*. Bolívia: Konrad Adenauer Stiftung e. V., 2011.

BANIWA, Gersem Luciano. *Proteção e Fomento da Diversidade Cultural e os Debates Internacionais - A Ótica dos Povos Indígenas*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em Casa Rui Barbosa: <[www.casarui Barbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Diversidade\\_Cultural/FCRB\\_DiversidadeCulturalBrasileira\\_GersemBaniwa.pdf](http://www.casarui Barbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Diversidade_Cultural/FCRB_DiversidadeCulturalBrasileira_GersemBaniwa.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2014.

BAHIA. *Lei N° 12.365, de 30 de novembro de 2011*. Dispõe sobre a Política Estadual de Cultura, institui o Sistema Estadual de Cultura, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, BA, 01 de dezembro de 2011.

BAHIA. *Lei N° 12.212, de 04 de maio de 2011*. Modifica a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, BA, 05 de maio de 2011.

BAHIA, Governo do Estado da. *Relatório de Atividades 2007*. Salvador, 2008. Disponível em: <[www.seplan.ba.gov.br](http://www.seplan.ba.gov.br)>. Acesso em: 08 jun. 2014.

BAHIA, Governo do Estado da. *Relatório Anual de Governo 2011*. Salvador, 2012. Disponível em: <[www.seplan.ba.gov.br](http://www.seplan.ba.gov.br)>. Acesso em: 08 jun. 2014.

BAHIA, Governo do Estado da. *Balanco das Ações 2007-2013*. Salvador, 2014. Disponível em: <[www.hostnave.com.br/app-graficos/balanco-das-acoes-governo-da-bahia-2007-2013](http://www.hostnave.com.br/app-graficos/balanco-das-acoes-governo-da-bahia-2007-2013)>. Acesso em: 09 jun. 2014.

BAHIA, Secretaria de Cultura da. *E-14 - Encontro das Culturas dos 14 Povos Indígenas da Bahia*. Salvador, 2009. CIAN - Gráfica e Editora LTDA.

BAHIA, Secretaria de Cultura da. *Catálogo Culturas Populares e Identitárias da Bahia*. Salvador, 2010. Disponível em: <[www.cultura.ba.gov.br](http://www.cultura.ba.gov.br)>. Acesso em: 16 jun. 2014.

BAHIA, Secretaria de Cultura da. *Relatório de Atividades 2007-2009*. Salvador, 2010. Disponível em: <[www.cultura.ba.gov.br](http://www.cultura.ba.gov.br)>. Acesso em: 09 jun. 2014.

BAHIA, Secretaria de Cultura do Estado da. *Cartilha da IV Conferência Estadual de Cultura da Bahia - Textos de Referência*. Salvador, dezembro de 2011.

BAHIA, Secretaria de Cultura do Estado da. *V Conferência Estadual de Cultura da Bahia. Relatório Preliminar*. Salvador, 2014. Disponível em: <[www.conferenciadecultura.files.wordpress.com](http://www.conferenciadecultura.files.wordpress.com)>. Acesso em: 25 jun. 2014.

BAHIA, Secretaria de Cultura do Estado da. *Guia de Orientação à Participação nos Editais do Fundo de Cultura 2013*. Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2012/11/Guia-Editais-2013.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2014

BAHIA, Fundação Cultural do Estado da. *Relatório 2007/2008*. Salvador, 2009. Disponível em: <[www.ascomfuncceb.files.wordpress.com/2010/01/relatorio\\_2007-2008-web.pdf](http://www.ascomfuncceb.files.wordpress.com/2010/01/relatorio_2007-2008-web.pdf)>. Acesso em: 09 jun. 2014.

BITTENCOURT, Libertad Borges. O movimento indígena organizado na América Latina – A luta para superar a exclusão. In: *Anais do IV Encontro da ANPHLAC*, 2000. Disponível em: <[http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/libertad\\_bittencourt.pdf](http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/libertad_bittencourt.pdf)> Acesso em: 08 jun. 2014.

BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura e políticas públicas*. São Paulo em perspectiva, 2 (15), p. 73-83, 2001.

BRASIL. *Decreto N° 1.775, de 8 de janeiro de 1996*. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 de janeiro de 1996.

BRASIL. *Lei N° 6.001, de 19 de dezembro de 1973*. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 de dezembro de 1973.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. *Decreto N° 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 de fevereiro de 2007.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *A Evangelização do Novo Mundo: O Plano do Pe. Manuel da Nóbrega*. Revista de História da Universidade de São Paulo, n. 134, jan/jun, 1996, p. 37-47.

COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural: Cultura e Imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COSTA, Dina Czeresnia. *Política indigenista e assistência à saúde: Noel Nutels e o serviço de unidades sanitárias aéreas*. Rio de Janeiro, 1987. Disponível em Scielo: <[www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1987000400003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1987000400003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 29 jun. 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *O futuro da questão indígena*. Revista Estudos Avançados, 1994, 8 (20), p. 121-136

DAVIS, Shelton H. *Diversidade Cultural e Direitos dos Povos Indígenas*. Mana [online], 2008, 14 (2), p.571-585.

ENCARNAÇÃO, F.E.R.A. Entrevista realizada por Camila Brito de Almeida, autora do trabalho. Centro de Culturas Populares e Identitárias, 17 de junho de 2014. Disponível na íntegra no Anexo I.

GRUMAN, Marcelo. A UNESCO e as políticas culturais no Brasil. *Políticas Culturais em Revista*, 2008, 2 (1), p. 174-186.

FERNANDES, Taiane. *Políticas culturais estaduais na Bahia: governo Antônio Carlos Magalhães – 1991-1994*. Salvador, 2006. Disponível em: <[www.cult.ufba.br/arquivos/Políticas\\_Culturais\\_gestao\\_ACM\\_91\\_94\\_FINAL\\_Taiane.pdf](http://www.cult.ufba.br/arquivos/Políticas_Culturais_gestao_ACM_91_94_FINAL_Taiane.pdf)> Acesso em: 05 jun. 2014.

FREIRE, Alberto. *Fomento à Cultura*. Salvador, 2013. Disponível em: <[www.conferenciadecultura.files.wordpress.com/2013/11/cartilhas\\_secult\\_set13\\_fomento-c3a0-cultura\\_final.pdf](http://www.conferenciadecultura.files.wordpress.com/2013/11/cartilhas_secult_set13_fomento-c3a0-cultura_final.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2014.

HECK, Egon Dionisio. *Os índios e a caserna: políticas indigenistas dos governos militares, 1964-1985*. 1997, p. 1-137 (Dissertação de Mestrado). Unicamp, São Paulo.

IBGE. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <[www.censo2010.ibge.gov.br](http://www.censo2010.ibge.gov.br)>. Acesso em: 29 de abr. 2012.

KAUARK, Giuliana. *Política cultural no estado da Bahia: Gestões de César Borges (1998-2002) e Paulo Souto (2002-2006)*. Salvador, 2007. Disponível em: <[www.cult.ufba.br/arquivos/Politic%C3%AAs\\_Culturais\\_da\\_Bahia\\_Cesar\\_Borges\\_e\\_Paulo\\_Souto\\_Giuliana\\_Kauark.pdf](http://www.cult.ufba.br/arquivos/Politic%C3%AAs_Culturais_da_Bahia_Cesar_Borges_e_Paulo_Souto_Giuliana_Kauark.pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2014.

LIMA, Hayana Brandão Guimarães Fontes. *Políticas Culturais na Bahia: Panorama histórico*. Salvador, 2011. Disponível em: Casa Rui Barbosa <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Politic%C3%AAs\\_Culturais/II\\_Seminario\\_Internacional/FCRB\\_HanayanaBrand%C3%A3oGuimaraesFontesLima\\_Politic%C3%AAs\\_culturais\\_na\\_Bahia.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Politic%C3%AAs_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_HanayanaBrand%C3%A3oGuimaraesFontesLima_Politic%C3%AAs_culturais_na_Bahia.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2014.

MACIEL, Bruno Bastos. *Políticas Culturais no estado da Bahia - 1945/1964*. Salvador, 2006. Disponível em: <[www.cult.ufba.br/arquivos/Politic%C3%AAs\\_Culturais\\_da\\_Bahia\\_1945\\_1964\\_Bruno\\_Maciel.pdf](http://www.cult.ufba.br/arquivos/Politic%C3%AAs_Culturais_da_Bahia_1945_1964_Bruno_Maciel.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Programa Cultural para o desenvolvimento do Brasil*. Brasília, novembro de 2006.

NEVES, Sandro Campos. *O Plano Nacional de Cultura e os índios: dilemas e tradições*. Políticas Culturais em Revista, 1 (2), p. 93-113, 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco & ROCHE FREIRE, Carlos Augusto. *A presença indígena na formação do Brasil*. Coleção Educação para todos 13(2). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: LACED/Museu Nacional, 2006.

PATAXÓ, T. Entrevista realizada por Camila Brito de Almeida, autora do trabalho. Universidade Federal da Bahia, 02 de junho de 2014. Disponível na íntegra no Anexo I.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, S. Entrevista realizada por Camila Brito de Almeida, autora do trabalho. Centro de Culturas Populares e Identitárias, 17 de junho de 2014. Disponível na íntegra no Anexo I.

ROWEDER, Rainer Jerônimo. *A proteção do direito dos povos indígenas no Brasil: Uma relação necessária com os direitos humanos internacionais*. Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena, 13 (1), p. 209-225, 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios*. In: A. A. RUBIM & Alexandre BARBALHO (org.), *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas culturais do governo Lula /Gil: desafios e enfrentamentos*. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BAYARDO, Rubens (Org.). *Políticas Culturais na Ibero-América*. Salvador: EDUFBA, 2008.

SANTOS, Marcos Roberto Martins. *Políticas Culturais na Bahia: Gestões Waldir Pires e Nilo Coelho, 1987-1991: versão preliminar*. Salvador, 2006. Disponível em: <[www.cult.ufba.br/arquivos/Gestoes\\_Waldir\\_Pires\\_e\\_Nilo\\_Coelho\\_VER\\_JULHO\\_2006\\_roberto.pdf](http://www.cult.ufba.br/arquivos/Gestoes_Waldir_Pires_e_Nilo_Coelho_VER_JULHO_2006_roberto.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2014.

SIMIS, Anita. *A política cultural como política pública*. In: A. C. RUBIM, & A. B. (Org.), *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

UCHÔA, Sara. *Políticas Culturais na Bahia (1964-1987)*. Salvador, 2006. Disponível em: <[www.cult.ufba.br/arquivos/politicas\\_culturais\\_1964\\_1987\\_.pdf](http://www.cult.ufba.br/arquivos/politicas_culturais_1964_1987_.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2014.

UNESCO. *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*. Brasília: UNESCO, 2006.

UNESCO. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Brasília: UNESCO, 2002.

**SITES DA WEB**

IBGE: <http://www.ibge.gov.br>

SECULT: <http://www.cultura.ba.gov.br>



## ANEXOS

### ANEXO I - ENTREVISTAS REALIZADAS

#### ENTREVISTA 1 - Taquari Pataxó

Graduando em Direito e integrante do PET Comunidades Indígenas. T. Pataxó é da etnia Pataxó de Coroa Vermelha e militante ativo das causas indígenas. Foi estagiário do Núcleo de Culturas Populares e Identitárias da Secretaria de Cultura do Estado, nos anos de 2009 e 2010.

#### **Conte um pouco sobre sua militância nas questões indígenas.**

A minha militância dentro das questões indígenas talvez ela é desde a minha infância. Sou de família de lideranças, o meu avô era pajé, meu irmão é cacique, meu outro irmão mais velho hoje está no DSEI Bahia, representante da saúde indígena no Estado, ele já foi da Secretaria de Direitos Humanos, onde tem uma coordenação para Povos Indígenas. Então a minha família está envolvida nas questões sociais, na militância indígena e comigo não foi diferente, desde a minha adolescência eu já estava envolvido com essas questões. Inicialmente quando tivemos a necessidade de lutar por educação. Me recordo ainda que na época em que eu fiz o ensino médio, a gente não tinha ensino médio na nossa aldeia, a gente precisava sair para outra cidade mais próxima para fazer o ensino médio, precisava de transporte, na época a gente tinha bastante dificuldade sobre a questão social da própria aldeia. Muitos dos nossos parentes índios não tinha condições sequer de comprar caderno, caneta, material escolar como um todo, uniforme. Tivemos que nos organizar, fazendo grupo de estudantes para pressionar a própria FUNAI e alguns órgãos para que pudesse contribuir, subsidiar essas despesas, para que os índios estudassem. Sobretudo também a questão do passe escolar, precisava ter um transporte da aldeia até a cidade de Santa Cruz Cabrália. E aí começou, acho que o meu início é justamente nisso. Depois a gente tem o movimento juventude indígena, dentro da própria aldeia a gente tem algum jovem que faz essa luta, que faz encontro de jovens entre os Pataxó, hoje entre os Tupinambá e os Pataxó Hã-hã-hãe, índios do extremo-sul da Bahia. Eu fiz parte também dessas lutas, ajudei a organizar vários encontros dessa natureza e participei em vários encontros estaduais, encontros nacionais, fórum, conferência, viajei para vários lugares do nosso país. Enfim...a minha adolescência, a minha juventude, foi na militância indígena, sobretudo por melhor educação, para que os direitos indígenas fossem de fato respeitados e a

partir da minha adolescência percebi que a educação era fundamental e aí foi que eu tive a necessidade de vir para a universidade. Hoje estou na universidade e não é diferente aqui, acabei de alguma maneira sendo uma referência entre os estudantes aqui da universidade, sobretudo pela luta por melhores condições, pela permanência dos estudantes indígenas aqui na universidade. Iniciei no curso de Ciências Sociais, acreditava que o curso ia me possibilitar, me dar instrumento para melhor lutar, ou seja, o conhecimento científico como instrumento de luta. Fiquei até o final do curso, faltou três disciplinas, mas enfim, vou retornar para terminar o curso de Ciências Sociais. Agora estou em Direito e acredito que o direito é importantíssimo para os Povos Indígenas sobretudo porque a gente vive num momento de violação constante dos direitos, os direitos indígenas são desrespeitados a todo momento. Então sei que poderei dar uma contribuição maior nesse sentido.

**Para você, o que é cultura indígena?**

Cultura indígena é muita coisa e as pessoas as vezes usam o termo cultura indígena de forma muito resumida, minimizada. Primeiro é falar de indígena, que o indígena já é amplo, depois de cultura. Acho que a palavra mais certa seria culturas indígenas, pela própria abrangência do termo. Cultura indígena é muita coisa, é a dança, é o cântico, é a ancestralidade, é um conjunto amplo de manifestações, tanto material, imaterial. Cultura indígena é uma herança dos ancestrais, é algo do presente, do agora, das próprias estratégias indígenas de inovações. Cultura indígena é algo abrangente dos povos. Acho que é bem difícil sintetizar o que é cultura indígena, porque é tudo. Acredito que cultura indígena é um conjunto mais amplo das manifestações indígenas.

**Como você situa as políticas da SecultBa dentro dos avanços, no âmbito nacional, para a diversidade cultural, em especial para os povos indígenas? Se possível, fale um pouco sobre a relação com a constituição de 1988 e com o Ministério da Cultura.**

Em alguma medida eu já falei sobre isso. Acho que talvez para pensar a questão, não somente das políticas culturais, ela está também ligada a outras políticas sociais, sobretudo a partir do governo Lula. A gente tem uma coisa que é interessante, que é a questão das conferências, acho que foi um momento importante em que os governos começam a dialogar com a sociedade e acho que isso é imprescindível e é preciso destacar isso, o que antes não existia. Sobretudo também do acesso aos próprios segmentos sociais, os movimentos indígenas começam agora a pautar mais no Estado, começam a ter acesso a algumas secretarias, em que antes não existia nem o diálogo, o diálogo não existia, era sobretudo repressão. Com o

governo Lula isso tem mudado, mas uma mudança que fica ainda muito mais no campo do diálogo e falta muito mais a questão prática, das políticas chegarem nas bases, chegarem nas comunidades. Então a gente agora tem que ir para um novo patamar, de sair do diálogo e ir para a prática. Então as políticas do governo Lula, sobretudo, foram importantes porque caracterizou um novo rumo nas políticas culturais, bem como o Estado da Bahia também acompanhou esses mesmos apontamentos, como foi dito por mim anteriormente. Enfim, é preciso avançar, é preciso sair muito mais do discurso e ir para as práticas.

**Como você situa as políticas da SecultBa dentro dos avanços, no âmbito internacional, para a diversidade cultural e os povos indígenas? Se possível, fale um pouco sobre as convenções da UNESCO das quais o Brasil é signatário, principalmente a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural. Você acredita que estes documentos têm sido levados em conta nas políticas culturais da SecultBa? De que forma?**

Todos os documentos eu acho que são válidos. Infelizmente, assim como estes documentos, como algumas leis, a maioria, como a própria constituição, nada são seguidos neste país. Porque a gente tem a cultura de não seguir, de não obedecer. Infelizmente neste país as leis ficam em segunda plano, são recuperadas apenas como atributo retórico, muito mais do que na questão das práticas. Enfim, não são seguidos, sabe-se da existência, mas não há políticas de fato abrangentes, políticas para mudar a realidade social. O que a gente tem em grande medida são políticas paliativas, de um modo geral, não somente no lado da cultura, mas também na educação, na saúde, as políticas são de apaga fogo, políticas criadas em cima da hora, então na cultura não é diferente. Os governos utilizam destas leis, destas convenções, apenas a seu benefício e nunca para as comunidades indígenas ou qualquer outro segmento da sociedade. Pelo menos eu vejo dessa maneira, não sou muito romântico quanto a essas questões. Tenho percebido na prática que tanto o Estado quanto o próprio governo reage de acordo com os estímulos sociais, se a própria sociedade se acomoda o Estado também se acomoda. Se a gente for pensar as comunidades indígenas, elas têm nos últimos tempos se dedicado sobretudo a uma demanda específica, que é a demanda da questão da terra. Porque as lideranças indígenas como um todo acreditam que se não houver terra, não há educação, não há saúde, não há cultura. Então a terra acaba sendo a luta principal dos povos indígenas. A gente não vê por exemplo representantes de cultura, ou vê algum, muito pouco, representantes na área de educação, quase não há. Praticamente as lutas indígenas são canalizadas na questão da terra, infelizmente tem sido isso e em alguns espaços ficam uma

lacuna, porque estes índios não conseguem se organizar neste sentido. Quando a terra não é legalizada, os governos não investem, não há política pública. Então é uma questão a se pensar, se a terra não está legalizada o governo não faz nenhum tipo de política pública, porque acha que pode correr riscos e os governos não querem correr riscos. É também uma questão bastante coerente quando os índios lutam pela questão da terra indígena. Então é isso, o Estado, os governos, reagem de acordo com os estímulos sociais e, neste sentido, eu não sei o quanto está a questão cultural para outras vertentes, para outros segmentos sociais. Mas para os indígenas, em especial, essas políticas ainda estão sendo muito tímidas, muito insignificantes.

**Você considera que as políticas culturais da SecultBa atende a diversidade e totalidade dos povos indígenas existentes na Bahia?**

Não atende nem uma etnia, imagine a totalidade. A SECULT não tem dados nem para saber quantos povos existe no estado, quanto mais políticas abrangentes e isso não é uma característica da SECULT, é uma característica dos governos. Também não é uma questão específica da cultura indígena, é a falta de valorização da cultura. A gente não tem por exemplo aqui em Salvador um centro de cultura dos povos indígenas, no sentido de que pudesse ser feito aqui um centro que representasse os povos indígenas, no sentido de trazer material, para que as pessoas pudessem conhecer um pouco mais da cultura indígena e pudesse ter mais informações, eventos que tratassem dos povos indígenas, no sentido de difundir os conhecimentos sobre a cultura indígena, de divulgar, valorizar, respeitar. A questão da valorização e do respeito só vem a partir do momento em que você conhece, você respeita geralmente aquilo você conhece, o que você não conhece você ignora e neste sentido eu acho que a Secretaria de Cultura mais uma vez não faz o seu papel. Por outro lado repito o que eu disse antes, a secretaria, assim como os governos e como os estados, age de acordo com os estímulos sociais. Os povos indígenas não estão representados a contento, não há uma política abrangente para os povos indígenas. O que há são, de alguma maneira, apenas um cala a boca, para dizer que há algo, que está se fazendo alguma coisa aos povos indígenas e isso de alguma maneira é muito perverso, mas é uma estratégia feita pelos próprios governos, infelizmente é isso.

**Você consegue perceber mudanças na política para povos indígenas com a mudança do núcleo para o Centro de Culturas Populares e Identitárias?**

Não, pelo contrário, acredito que há até um retrocesso, porque para os povos indígenas, a partir do centro, não vi nenhuma atividade, nenhuma ação que o centro possa ter feito nos últimos tempos, diferente do núcleo. Eu acho que o centro não fez muito para os povos indígenas e há uma dificuldade muito grande dos indígenas em acessar as políticas que o estado tem. Na verdade não tem, são políticas muito mais da cultura de um modo geral, e nós enquanto indígenas acreditamos que as políticas públicas devem ser tanto para a diversidade quanto também para a especificidade e talvez ainda não há essa compreensão por parte do estado e de alguns gestores.

**Você considera que as demandas levantadas nos espaços e mecanismos de participação e diálogo da Secretaria de Cultura do Estado têm sido levadas em conta nas políticas de proteção, promoção e fomento das culturas indígenas?**

Eu tenho uma compreensão bastante negativa neste sentido, ou melhor, tento as vezes equilibrar. Acho que se por um lado é importante as conferências, se por um lado é importante esses encontros de consulta pelos movimentos sociais, pela sociedade civil, por outro a gente percebe que isso tudo é mais um atributo retórico, mais um atributo que as pessoas utilizam para dizer que consultou, mas na prática isso não ocorre, na prática você desconsidera tudo isso. Você sabe que existe, você tem disponível para consultar, o governo tem, mas o que é levado em consideração geralmente são as forças políticas, ideológicas, econômicas que estão também em convergência. Eu acho que isso é importante quando um governo sério e comprometido pode utilizar disso de forma positiva. A questão dessas consultas são extremamente importantes, mas quando é levado em consideração, quando não há, apenas é mais uma coisa deixada de lado. Talvez a coisa mais perversa disso é quando o governo utiliza disso para ser mais uma fonte de legitimar as suas ações, para dizer "olha, consultei, para fazer isso eu consultei os segmentos sociais", mas até que ponto consultou? Então esses conselhos, essas conferências, encontros, é mais um instrumento para legitimar as ações do estado e não de ganho da própria população, então eu acho que há essa perversidade. Não desconsidero que é algo importante esses meios da sociedade ser ouvida, mas não acredito que os governos tenham levado em consideração isso.

**Em relação aos editais, você observa que eles são acessíveis aos povos indígenas, principalmente os editais de culturas populares e identitárias? Se não, porque?**

Complicado. Vou exemplificar, porque nós povos indígenas trabalhamos muito com a prática. Dentro da secretaria de cultura e os editais que são abertos, de um modo geral, a gente tinha

uma curiosidade e quando eu fiz parte como parecerista percebi algumas questões interessantes. Se um índio quisesse, por exemplo, fazer um projeto voltado para a musicalidade indígena, esse projeto era apresentado ao edital de culturas populares e identitárias e esse projeto não se enquadrava e eles canalizavam para outro edital, o edital de música. Só que o pessoal de música não recebe esses projetos porque acha que esse projeto é de cultura identitária, ou seja, há uma contradição, há uma falta de diálogo com quem está fazendo a gestão disso. Se um não aceita e o outro também não aceita, esse projeto volta sem apreciação, nem de um lado, nem de outro, ou seja, os povos indígenas e os povos de comunidade tradicional geralmente são os mais prejudicados, porque hoje se utiliza muito da tecnologia, se utiliza muito da rede, da internet e os povos tradicionais, em grande medida, não conseguiram ir nessa mesma direção. Então os índios têm ficado de fora, os povos tradicionais têm ficado de fora, porque não conhece, não domina esses meios. Se a gente for considerar também a questão, por exemplo, de quantos projetos são aprovados na capital e quantos projetos são aprovados no interior, o número é muito alto na capital e isso não quer dizer que é por conta da população ser maior. Esse argumento não é válido neste sentido, é muito mais porque são aqueles que são especialistas em projeto, imagina aquele que é especialista em projeto competir com aquele que não entende ou entende muito pouco disso. Então é mais uma vez algo bastante dificultoso, bastante emblemático. Os índios participam desses processos, concorrem a esses editais, mas de forma muito tímida, porque os índios ainda têm pouca escolarização. Aqueles que iniciam com suas instituições, suas organizações, associações, em grande medida ainda estão estruturando essas instituições e ainda não conseguem estar aptas para receber esses recursos do estado. Então são um monte de entraves que o índio ainda precisa superar e o estado ainda precisa atentar para essas especificidades e criar novos meios, para que os índios tenham acesso a essas políticas culturais.

**Você foi parecerista em alguns editais, quais são os principais pontos que eram levados em conta na análise dos projetos ? Quais os maiores motivos de inabilitação?**

Já disse um pouco sobre isso, mas vou tentar aqui novamente apontar algumas questões. Primeiro que o atributo retórico entra mais uma vez, no sentido de que se diz que na hora de julgar você vai obedecer certas regras, certas leis, vários princípios que se levam em consideração ou se deveria levar em consideração, e aí na hora de julgar acaba prevalecendo certas forças que estão ali presentes. As pessoas não são neutras, as pessoas são dotadas de ideologia, têm uma posição política e, geralmente, os povos tradicionais, as comunidades tradicionais, têm muito pouca representação na hora de julgar e são geralmente aqueles que

têm a menor fatia justamente por isso. Se por um lado se prega muito a neutralidade, se prega alguns princípios, as leis, na prática isso tudo é desconsiderado e mais uma vez acaba prevalecendo aquele que eu conheço, aquele que está mais elaborado tecnicamente e aquele está mais elaborado tecnicamente não é os que os índios encaminham, que os ciganos encaminham, que os quilombolas encaminham. Então há uma perversidade, que se por um lado tem os técnicos, pessoas especificamente treinados, preparados para fazer projetos, por outro tem aquele que está engajando agora, que está começando e estes geralmente são os povos tradicionais. Então essa é uma disputa meio que perversa e muitas das vezes tudo isso não é levado em consideração ou se diz que é levado em consideração, mas na hora de decidir é esquecido tudo isso.

**Para você, quais são as maiores dificuldades enfrentadas no desenvolvimento de políticas públicas para as culturas indígenas?**

É muito simples. A maior dificuldade é porque são políticas de cima para baixo. São políticas, em grande medida, que os índios não participam na sua construção, então são políticas fadadas ao fracasso. A gente tem, por exemplo, o E-14, que foi importante e dali saíram várias diretrizes e o estado tinha condições de colocar aquilo em prática, mas não tem feito isso. Infelizmente alguns modelos hegemônicos têm ainda permanecido e se permanecem é porque atende a necessidade de alguém e não é a dos povos indígenas. Então é preciso um diálogo e uma prática que possam os índios estar próximo dos governos, ou seja, em pé de igualdade, dialogando de forma igualitária e isso não vem acontecendo ainda, então as políticas são feitas, em grande medida, sem consultar os povos indígenas, neste sentido é que há esse fracasso. De um modo geral, não há políticas específicas para índios, então a gente está falando aqui das outras políticas. Atualmente na secretaria de cultura não há uma política voltada especificamente para povos indígenas e os índios mais uma vez estão ficando de fora disso. Infelizmente é essa a atual conjuntura.

**Tendo em vista a atual conjuntura, em quais pontos a Secretaria de Cultura ainda precisa avançar para aperfeiçoar as ações de proteção, promoção e fomento das culturas indígenas?**

Vou apontar algumas questões que eu considero importantes. Eu já falei sobre o E-14, que é um importante material, são diretrizes, que se a secretaria de cultura do estado seguir, certamente vai ser um avanço muito grande. A questão por exemplo do retorno aos prêmios, que eu acho que o prêmio seria uma forma muito boa da gente ter acesso e a gente precisa

romper com a questão do edital, mas quando eu falo romper estou falando especificamente dos povos indígenas, não que tenha que romper para acabar com o edital, mas que possa haver outras possibilidades para os índios. Porque os índios não conseguem ter acesso no modelo que está aí atualmente, é preciso criar outros meios para que os índios também possam acessar as políticas de cultura do estado. Enfim, o estado precisa ouvir muito mais os povos indígenas, de forma igualitária, precisa se aproximar, conhecer mais as culturas, para que assim possa fazer política de forma mais ampla, não somente para um grupo específico, mas para as culturas indígenas como um todo. Então é isso, a secretaria precisa, de alguma maneira, ouvir as comunidades muito mais, do que fazer sozinha, acho que é isso.

\* Entrevista realizada por Camila Brito de Almeida, em 02 de junho de 2014, na Universidade Federal da Bahia, a fim de compor pesquisa de monografia do trabalho de conclusão de curso em Comunicação - Produção em Comunicação e Cultura.



## ENTREVISTA 2 - Sueli Ribeiro

Graduada em Teatro pela Universidade Federal da Bahia, Sueli Ribeiro fez parte da Fundação Cultural do Estado, desde a década de 80 até 2007, quando passa a atuar na Assessoria de Culturas Populares e em 2008 no Núcleo de Culturas Populares e Identitárias da Secretaria cultura do Estado da Bahia. Desde 2011 integra o Centro de Culturas Populares e Identitárias.

**No início existia na Secretaria de Cultura do Estado, em 2007, uma Assessoria de Culturas Populares, tendo Lorena Coelho a frente, que no ano seguinte se transforma em Núcleo de Culturas Populares e Identitárias, coordenado por Hirton Fernandes e tendo você como assistente para assuntos da Cultura Popular, e desde 2011 temos o Centro de Culturas Populares e Identitárias. Fale um pouco sobre este histórico da organização institucional da SecultBa para as culturas populares e identitárias e o seu papel nestes organismos.**

Quando em 2007 é criada a Secretaria de Cultura, em que foi criada essa Assessoria para as questões da cultura popular e indígena, eu fui designada para trabalhar, convidada por Márcio Meirelles, por todo um trabalho que eu já fazia com culturas populares na Fundação Cultural do Estado, com teatro popular, com Termo de Reis, com Pastoris, samba. Eu sempre andei por essa área da cultura popular e do teatro, porque minha formação é em teatro, mas versando muito pela cultura popular também. A primeira ação que eu convivi e participei foi o seminário realizado em, mais ou menos, 14 e 15 de abril de 2007, na reitoria da UFBA. Estavam presentes lideranças indígenas das diversas etnias, presidentes de ONG's, principalmente a ANAI, e dois professores da UFba que foram os construtores desse trabalho, voltado para os índios, que a universidade tem e que é importante ver e continua, mas eu não me lembro agora o nome desses professores. Foi muito bom eles irem lá, porque o ANAI foi criado pelos professores, pela Ufba, não pelo governo, porque o governo até então não se importava com a questão cultural indígena. A gente via apenas no 2 de Julho, o índio, o caboclo reverenciado e alguns índios aqui com a ação do Instituto Mauá na questão do Artesanato, de vender artesanato, mas para mim eu não conhecia, particularmente conhecia por ter ido a Porto Seguro várias vezes, os índios Pataxós, mas eu não conhecia a grandeza, a abundância cultural dos índios e sua presença nos municípios em que eles moram. Essa Assessoria era não só indígena, mas com a cultura popular também, e paralelamente na Secretaria da Justiça, foi criada a coordenação indígena, então a gente fez um link, uma aproximação com essa coordenação, que era a nossa base, e com os professores indígenas

também, com a educação. Na coordenação tinha Jerry Matalawê, que foi a pessoa que contribuiu bastante para que a gente conseguisse realizar algumas ações com a cultura indígena. Inicialmente era conhecer, fazer esse intercâmbio, essa aproximação da secretaria com os índios distantes no interior, sem telefone, sem internet. Aos poucos eles começaram a visitar a secretaria, chegavam lá vestidos, que eles andam assim, não vinham mais procurar só a construção, que eles sempre andaram em outras secretarias. E a gente começou a ter essa relação com outras secretarias, para saber o que estava acontecendo, conduzindo por eles mesmos. Deste seminário foi tirado uma proposta que seria realizar encontros, que a secretaria apoiasse, novos seminários, e que tivesse um apoio financeiro para a parte cultural indígena. Porque os índios funcionam diferentes da cultura popular, a cultura popular acontece em um tempo e a cultura indígena está no seu dia a dia, no seu modo de conviver. Então para a gente isso tudo era um aprendizado, para mim particularmente. Na assessoria, e no início do núcleo, éramos pouquinhos, formado por Lorena Coelho, eu e Ilza, éramos nós três, e com o núcleo ficou a mesma coisa e quando Lorena saiu veio Hirton Fernandes, mas ficando essa mesma equipe. Inicialmente esse núcleo teria que funcionar na Funceb, mas foi feita uma avaliação de que era muito melhor estarmos na secretaria, pela dinâmica mesmo da secretaria, das outras ações que aconteciam no interior, em que poderíamos estar fazendo coisas conjuntas e paralelas, com as ações de regionalização. Esse núcleo ficou e funcionou até 2010. Nesse período, com as culturas indígenas, nós fizemos viagens, viajamos para várias aldeias, falando sobre a secretaria e divulgando essa primeira ação que eles pediram, que era o edital, que foi um edital de prêmio, uma premiação. Nesse edital não vieram muitas propostas, pois era uma novidade, mas nós conseguimos trazer a professora Antônia, Tupinambá, para ser uma das pareceristas, e foi muito bom que ela veio, viu os projetos, nos dava assessoria. Nós fizemos também várias reuniões para construir esse formulário, esse edital, com o IPAC que já tinha desenvolvido também um trabalho no geral, mas alguma coisa ligada lá no sertão, não me lembro a cidade, com o Mauá, que já fazia esse trabalho com o artesanato. O edital aconteceu, eles foram premiados, realizaram as atividades, Gica participou também. Teve outra ação que nós participamos, que foi a criação dos Pontos de Cultura, outra ação da Secult, que nós fizemos esse trabalho junto com a Diretoria Regional de Ações, que ficou responsável, de divulgar os pontos de cultura nas regiões indígenas. Esse foi outro ganho, não sei quantos no total, mas tem alguns Pontos de Cultura que funcionam e têm um trabalho, que é um marco para eles que não tinham nada fixo. A dificuldade com os Pontos de Cultura partiu de que alguns lugares, algumas aldeias, não tinham acesso a internet, a telefone celular, e algumas continuam com isso, então não abrange, isso já foi discutido não só na Bahia, mas no Pará,

em Manaus, então eles não podiam receber aquele kit inicial, de ter uma internet e tal. Divulgando esses Pontos de Cultura, tivemos o conhecimento dos Jogos Pataxó em Cabralia, na aldeia Coroa Vermelha, eu não conhecia, e a partir desse convívio ficamos sabendo desses jogos, a Secult colaborou, o secretário conduziu eles para a SUDESB, por ser esporte, e foi feita uma conexão desse evento com a Sudesb, que foi muito bom, em 2008 ou 2009. Porque no primeiro ano a gente não ajudou, no segundo ano como eles já nos conheciam nos fizeram um pedido e dentro das atividades que eles pediam, conseguimos colocar de uma maneira que tivesse a parte cultural, mas Márcio viu o evento e conduziu eles também para a SUDESB, e eles têm tido o apoio da SUDESB, então a gente já estava com um passo andando junto com eles. Na divulgação dos Pontos de Cultura levei o CD dos jogos para testar o computador, na aldeia Kaimbé, e eles ficaram encantados, porque não conheciam, e eu fui aprender naquele momento que os índios não se conheciam como eu pensava, eles são muitos. Como eles tinham pedido para fazer encontros, conversando com Hirton, que já estava na direção, chegamos a um termo de racionalidade, a gente tinha pouquíssimo dinheiro, tínhamos R\$ 60.000,00 para essa ação, e pensamos porque a gente não reúne eles em um espaço, para eles se conhecerem, se falarem, não é que eles não se conhecessem assim, as lideranças se conheciam, mas estarem reunidos com a posição da cultura, fortalecer. Então surgiu o encontro chamado de E-14, que tem um DVD, que foi um marco na política dos Povos Indígenas com a cultura. Vieram pessoas importantes, representativas, de presidente da Funai, o secretário da cultura, outras autoridades, prefeitos dos distritos em volta, várias pessoas. Foi realizado no município de Rodelas, porque os índios do Norte são menos vistos do que os índios do Sul da Bahia, e eles têm uma força muito grande, e Rodelas é um lugar especial, porque a história de Rodelas, em que ali era uma aldeia indígena, junto a uma cidade, que com a barragem do Rio São Francisco foi coberta, a ilha que eles moravam, não me lembro o nome agora, era um paraíso no meio do Rio São Francisco. Com a barragem sumiu tudo e veio a promessa de darem terra para eles, como eles queriam, e essas terras não foram dadas até hoje, foi dado dinheiro e foi construída uma aldeia junto a Rodelas. Foi criada uma nova cidade de Rodelas, preservou os santos, construiu uma nova igreja, inclusive tem a história gravada por alemães, da destruição dessa cidade. A nova Rodelas está ai e do lado está a aldeia Tuxá, onde nós realizamos este evento, trazendo índios da Lapa. Houve dois êxodos dos índios, os Pataxó que fugiram com a pressão, foram para Manaus, e os de Rodelas, que na época o governo da Chesf deu algum pagamento para eles morarem na Lapa, então vocês vão encontrar os Tuxá na Lapa, Bom Jesus da Lapa. A gente realizou três dias de evento, onde vinha um jovem, uma mulher, o cacique e o pajé, representando essas gerações, esses

segmentos, mas para contar tudo só vendo, nós temos o DVD, que passou na TVE. Agora pra mim o momento mais emocionante foi quando eles me levaram a um local sagrado deles, lá no Rio São Francisco, a filha do cacique, do Pajé, levou uma pedra na noite anterior desse local e todo mundo quis conhecer. Foi uma maratona ir lá, e eles dançavam, eles choravam, abraçavam o rio, porque era ali onde tinha a ilha, não onde eles estão, mas ali, e todo mundo que estava lá se jogou na água. Eu participei muito do grupo das mulheres, e tem uma cacique Pataxó, que é única, porque é muito difícil uma mulher chegar a cacique, e todas elas são muito lutadoras na hora de retomada de uma terra, são elas que ficam ali, que armam a fogueira, que cozinham, então a presença feminina é muito forte. Tanto que logo em seguida, um ano depois, em Buerarema, nós realizamos um encontro com as mulheres, na aldeia Tupinambá, mas não só tinha tupinambá, tinha mulheres de várias etnias, que hoje não conseguem ter o poder de um cacique, mas têm uma liderança muito grande, acho que elas viajam junto com o cacique, organizam trabalhos com as mulheres, muitas estão na universidade, estão estudando. Em termos de evento, esse foi o último encontro que a gente fez, em 2011 é criado o CCPI e nesse tempo todo a gente teve uma ação quase permanente, que foram os editais, que cresceu bastante, deles participarem. Em 2011 o CCPI foi criado e o trabalho atualmente, nesse tempo, a gente faz mais contatos com as lideranças, tivemos Nádja, tupinambá, que fazia o diálogo com as lideranças, e a gente foi pouco para as comunidades, a ação maior ficaram sendo os editais de apoio. Não sei quantos foram esse ano, mas em termos de edital acho que diminuiu um pouco a participação, quando era menor era mais fácil, mas eu entendo que não é porque a secretaria não chegou lá, mas tem que entender como funciona. Como falei no início, eles não funcionam tão objetivamente, para fazer um projeto não é individual, tem que falar com o cacique, falar com o pajé, falar com a comunidade, foi isso que eu percebi em todas as visitas. Tem o problema de escrever sim, mas tem muitos índios que escrevem, mas as vezes os que escrevem não estão envolvidos na comunidade e os que estão envolvidos não conseguem fazer. Os Pataxós, por estarem ali, terem tido ONG's, pessoas que utilizaram-se deles sim, fizeram trabalhos, têm sempre a maioria dos projetos. O Pataxó de Coroa Vermelha e da aldeia mãe, porque tem vários pataxós ai que não chegam, então a gente tem que rever isso, tem que voltar a aproximar, ter algo específico para trabalhar com a cultura indígena, ter mais gente que conheça, não só a gente que é técnico, eu sei um pouquinho. Nós tivemos três estagiários no período de março de 2007 a 2010, Namary, Jucimar e Taquari, todos fazem a Ufba, e aqui no CCPI tivemos Nádja Acauã. Acho que agora falta realmente uma coisa mais específica para eles, não sei se tão específico porque a gente do governo não pode ser tão específico, mas específico no estar mais próximo, precisa,

porque índio é desconfiado, porque antes de qualquer envolvimento ativista que a gente tem aí, os índios são ativistas o tempo inteiro, a luta dele não é momentânea. Você vê agora na abertura da Copa o índio estava lá com a fadinha dele, Demarcação Já. Como eu falo sempre, que eu aprendi com eles, não sabia nada, para eles o bem maior é a terra, de onde eles vivem, plantam, querem, então as outras coisas não são essenciais, eles querem ter a terra. Mas eu acho que muitas coisas poderiam ser feitas, por exemplo, a gente poderia ter aqui um espaço gourmet, de comida indígena, bebida indígena, os índios são totalmente invisíveis na cidade. Havia uma ideia de se fazer um espaço em que os índios, independente de Mauá, passassem aqui cada semana, cada mês, e tivesse uma tribo aqui mostrando suas coisas, um lugar que pudesse dormir, botar as coisas, eles tem esse desejo, que não é exatamente um museu, mas um espaço dos índios. Por exemplo, lá em São Paulo os índios Guarani, perto da capital, eles armam um local. Teve uma exposição aqui, uma feira, de vender tecido, artesanato, e um índio me ligou para falar da feira, porque me conheceu, e eu liguei para o dono da feira, fazendo esse intercâmbio com eles, e falei que tinha um grupo de índios Pataxós e ele falou que daria para eles o espaço. Eu liguei para eles falando que o espaço estava garantido, agora hospedagem não, mas eles se organizaram, alugaram uma casa na Boca do Rio, e fizeram um sucesso nessa feira e antes de fechar a feira eles faziam seus rituais. Então foi uma iniciativa deles e é esse espaço que eles gostariam de ter e isso é bom. Tem a religiosidade, do ritual, que é uma coisa que ele deixa muito para a gente e a gente não vê, eles têm o hino nacional cantado em Pataxó que é lindo e está gravado em CD, cantigas de roda, tem uma série de coisas que poderiam ser passadas via educação, via escola, para o índio não ser lembrado só quando coloca uma penazinha, com um cocar. Uma coisa que espanta é quando a gente vê uma pessoa com um cocar na cidade, e todos os olhares, todas as atenções se voltam para o índio, as pessoas ficam olhando. Então o índio na sociedade sofre muito mais o racismo, que não é o racismo do negro, que é até acolhido, eles têm uma náusea, um medo, que o índio é sujo, é ladrão, existe isso com a figura indígena. É preciso que o índio tenha seu espaço, não na política cultural, mas na sociedade, na população.

**Você considera que estas mudanças, a nível institucional, foram significativas para o desenvolvimento das políticas voltadas para os povo indígenas?**

Sim, entendendo a política do governo mais amplamente, há um olhar, há um interesse, uma identificação, que antes não existia. O caminho é longo e tem que continuar, para quem está lá na ponta, eles gostam de saber que não estão sozinhos, que tem gente olhando, valorizando, não é só o dinheiro, mas sentir que as políticas estão com esse olhar de valor, de valor

histórico, de ser humano, de cidadão do Brasil e da Bahia. O valor veio desde o Ministério da Cultura, que antes daqui lançou os editais indígenas, muito bem feito, com índio falando por fita cassete, entrevista. Então eles viram que poderiam ser valorizados, em um patrocínio, uma verba para fazer alguma coisa. Mas eles têm um ativismo, como falei anteriormente, que pode atrapalhar um pouco essa coisa cultural. Por exemplo, a gente chamou um grupo para vir na Copa das Confederações, os Kaimbé, fizemos o contato, tudo certo, mas faltando uma semana ligamos para checar, não conseguimos falar, quando consegui falar três dias antes o Cacique Flávio estava em uma retomada de uma terra e disseram "nós não vai, a gente está nessa retomada e não pode arredar o pé". Para você ver, tinha uma verba para eles, ônibus, hotel para eles ficarem, a apresentação, mas em função do ativismo deles em função da terra eles não vieram e foi uma lição para a gente, porque acima de tudo era a questão da terra, que há anos eles queriam, estavam ali, não saíram até colocar o posseiro para fora.

**Quais os conceitos e premissas do CCPI para as culturas populares e identitárias? Você enxerga estes conceitos e premissas nas ações e projetos desenvolvidos? Se possível, fale um pouco sobre a relação com a constituição de 1988 e com o Ministério da Cultura e sobre as convenções da UNESCO das quais o Brasil é signatário, principalmente a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural. Estes documentos têm sido levados em conta nas políticas culturais da SecultBa? De que forma?**

Acho que o CCPI é resultado dessa luta que já vem desde 1988, da constituição, desses processos democráticos, de fortalecimento do direito cultural, tem muitos direitos, mas do direito cultural, da existência disso, da cultura como fator que determina, que marca, que nomina um país. Em alguns momentos eles ficaram reduzidos e em outros momentos mais democráticos e isso ficou refletido na criação do Ministério da Cultura, transformando a cultura também em um ministério, não apenas em departamentos, divisões, secretarias, e com a política da diversidade cultural. Não só as linguagens artísticas, como sempre estiveram um pouco, estariam sendo beneficiadas, expostas e valorizadas, mas também seus trabalhadores, seus artistas. Para esse fundo não tão formal, que é da cultura popular, cultura afro, cultura indígena, cultura cigana, houve um fortalecimento, uma visibilidade dessa diversidade e consagração dela, ela existe, tem que estar dentro desse democracia orçamentária, tem que ser apoiada para se realizar. Ela também tem todos os rituais de qualquer produção, de quem faz, quem constrói, quem mostra, de pessoas que passaram a vida inteira fazendo. Então o valor não é só de dizer que é importante, mas de apoiar mesmo, porque cultura se faz com dinheiro, então as secretarias adotam essa política da inclusão desses segmentos, dessas culturas, que

não eram apoiadas financeiramente. Elas sempre estiveram presentes, mas não tinham um aporte financeiro e com esse aporte ele pode fazer um registro de imagem, da sua musicalidade, registrar a memória dessas manifestações, porque nós somos muito carentes, perdemos muita coisa ao longo do tempo, então com esses pequenos apoios a gente está registrando ainda o que restou, tem muita coisa que está sendo até revitalizada por isso. Então hoje esse registro está sendo bem possível, com o surgimento das novas tecnologias, qualquer lugar você pode fotografar, gravar um DVD, e os editais para mim têm essa marca de dar a possibilidade de eles se verem. O CCPI surge desse conceito de inclusão cultural, de toda a cultura formadora da baianidade e do Brasil, precisava ter um local em que eles pudessem se dirigir, dizer "aqui é minha casa, aqui eu posso falar". A gente recebe muitos telefonemas, pedidos, e acho que o CCPI poderia ter também outros braços, como apoiar eventos realizados, fora do edital, acho que isso é uma meta que existe aqui, mas que ainda não está podendo ser realizada. Grandes eventos que eles façam, que eles produzam, como aqui a gente apoia o Dia do Samba, Santa Bárbara. Essa política ainda não pôde ir toda para o interior, porque é grande, se você pegar o calendário de festas do Estado da Bahia, religiosas, cívicas, de datas comemorativas, é muito grande, e todas elas têm manifestações atrás. É importante saber também que não é tudo que pode ser apoiado, porque não podemos tirar essa dinâmica dos grupos se organizarem, pois o dinheiro hoje tem, amanhã não tem, tem o apoio hoje, amanhã não tem. Uma coisa da secretaria que eu gostei foi a criação dos representantes territoriais, isso é uma coisa muito dinâmica, as vezes as pessoas locais nem sabem, mas ali tem a secretaria presente, que aproxima, pode falar, pode dizer. É uma pena que não vejamos aqui na cidade, não só grupos indígenas, mas grupos culturais, acho que a cidade de Salvador é um local em que a gente podia ver mais culturas populares e tradicionais, dessas que a gente apoia, promove via os editais, poderia circular mais. Agora com os credenciamentos, o credenciamento daqui, acho que por aí pode estar vindo uma forma de mexer mais com eles, para eles se inscreverem, eu gosto desses braços que são abertos. Acho que os espaços culturais do interior hoje estão bem melhores, mais representativos, e eles podem e fazem essa busca do mostrar, do circular.

**Ao longo destes quase oito anos de Secretaria de Cultura podemos verificar que houve um apoio decrescente à ações, eventos e publicações referentes aos Povos Indígenas. No entanto, houve um aumento de recurso destinado às culturas populares e identitárias e uma maior regularidade nos editais para as culturas identitárias. Como você observa estas mudanças e por quais motivos você considera que elas ocorreram?**

Os eventos eles continuaram a acontecer, mesmo promovidos por eles, porque os índios sempre estão fazendo encontros. Em relação ao cultural, porque nem sempre é cultural, como eu falei, o ativismo deles em busca de sua terra é maior que seu ativismo cultural e isso é uma coisa que a gente tem que estar atentos. Essa busca da SECULT em promover encontros, eu não sei dizer porque não aconteceu, não sei exatamente o porquê, eu gostaria que tivéssemos feito alguns. Ficou preso mais a quando tinha reuniões de divulgação do edital e acho que a secretaria de cultura pensou que esses pontos de cultura indígenas fossem promover. Então de alguma forma esses encontros existem e a gente nem sabe as vezes, mas daqui diretamente do CCPI eles não aconteceram, a razão eu não sei.

**Tendo em vista que a questão indígena é sempre uma questão transversal, o CCPI tem dialogado com outros órgãos para o desenvolvimento de políticas públicas para estes povos, a exemplo da SEPROMI, SEC, SEMA, SETRE, SJCDH e SEDES?**

Para a divulgação dos editais a gente dialoga.

**E para pensar e desenvolver as políticas?**

Eu não posso responder, não tenho informações. Eu sei que eu ligo na época do edital para a SEPROMI, para a SEDES, que também trabalha com os índios. Arany, a diretora, tem participado de vários seminários de Povos Tradicionais, promovidos por essas secretarias, inclusive ela foi secretária da SEDES, então com certeza ela deve fazer contatos.

**No que se refere a orçamento e recurso humano, você identifica que houve avanço de 2007 para 2014?**

Sim. O orçamento dos editais aumentaram, esse ano mais ainda, a equipe aumentou, temos mais pessoas trabalhando conjuntamente.

**Fale um pouco sobre os mecanismos de participação e diálogo da Secretaria de Cultura do Estado para com as comunidades indígenas existentes na Bahia. As demandas levantadas nestes espaços têm sido levadas em conta no desenvolvimento das políticas para estes povos?**

Quanto às demandas, como a palavra está dizendo, são vontades, desejos, nem sempre na prática é possível realizar, mas pelo menos uma coisa que eles falaram que o governo faz é saber que eles existem. Orientação, informação, tudo que nós podemos fazer a gente faz, facilitar algumas compras de passagem, Arany já fez aqui, trazer os índios para participar de



alguns eventos culturais, participarem das conferências. Agora a gente tem tido um respeito e consideração em colocá-los no nível de todos os envolvidos, quando é realizado um evento, várias atividades que a gente já realizou ao longo desses três anos, como a Semana da Cultura Popular, a conferência, a gente traz também no 2 de Julho, em eventos cívicos, que era uma demanda deles, e não é só na capital, mas no interior também.

\*Entrevista realizada por Camila Brito de Almeida, em 17 de junho de 2014, na sede do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI) , a fim de compor pesquisa de monografia do trabalho de conclusão de curso em Comunicação - Produção em Comunicação e Cultura.

### **ENTREVISTA 3 - Fernanda E. Rodrigues Almeida Encarnação**

Formada em Produção em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (2012) e desde novembro de 2012 atua como coordenadora dos editais do Centro de Culturas Populares e Identitárias.

#### **Fale um pouco sobre o seu papel no Centro de Culturas Populares e Identitárias.**

Eu atualmente coordeno os editais de Cultura Popular e Identitária, que é uma linha de apoio do Fundo de Cultura, e dentro desses editais tem uma linha que apoia os projetos voltados para as culturas indígenas, cigana, afro-descendente.

#### **Quais são os editais existentes hoje?**

Atualmente no Centro de Culturas Populares e Identitárias a gente cuida dos editais de Cultura Popular, padrão, que tem haver com Samba de Roda, Samba Chula, todos os ligados a cultura popular, e tem agora o Cultura Popular Simplificado, que é o mesmo modelo do padrão, só que é um modelo mais simples para o proponente se inscrever. Tem o edital de Culturas Identitárias que abrange o cigano, indígena, afro, LGBT, sertão.

**No início existia na Secretaria de Cultura do Estado, em 2007, uma Assessoria de Culturas Populares, tendo Lorena Coelho a frente, que no ano seguinte se transforma em Núcleo de Culturas Populares e Identitárias, coordenado por Hirton Fernandes e tendo você como assistente para assuntos da Cultura Popular, e desde 2011 temos o Centro de Culturas Populares e Identitárias. Você poderia falar um pouco sobre esse histórico?**

Na Secretaria de Cultura existia esse núcleo, que é o Núcleo de Culturas Populares e Identitárias, e dentro desse núcleo a gente tinha três linhas de apoio, que era o de Cultura LGBT, Cultura Afro e a Cultura Popular, e tinham projetos voltados para a cultura indígena, mas não como é atualmente, pois hoje o edital é bem específico, para cada área é separado um edital. Em 2011, com a mudança, na verdade a sede do Centro de Culturas Populares e Identitárias existia como Pelourinho Cultural e em 2011 é que o núcleo passou a fazer parte do Centro, que se transformou em Centro, e ai veio o núcleo de culturas populares e com isso a gente também conseguiu abranger um maior número de editais, que passou a ter cigano, indígena, sertão, que não era contemplado no núcleo, que cuidava apenas do LGBT, Cultura Afro, que na verdade na época era Cultura Negra e a Cultura Popular, que ai vinha o Samba

de Roda, Marisqueiro, Pescador. Só a partir de 2011, na verdade a inauguração foi em outubro, e com a dinâmica do novo gestor, Albino Rubim, que os editais foram divididos por setorial, de Culturas Populares e de Culturas Identitárias, em separado.

**De que forma é estruturado o CCPI, como ele se organiza administrativamente, inclusive do ponto de vista de pessoal e orçamento?**

O CCPI tem o núcleo, que é o nosso, de cultura popular e identitária e nós que cuidamos dos editais. Tem a Coordenação Artística que cuida das praças e ruas do Pelourinho e junto com essa coordenação tem a Coordenação de Infraestrutura, que também cuida das praças do Pelourinho e dos shows que acontecem dentro dessas praças. Tem a parte da Direção Geral, que é Arany Santana, junto com as secretárias. Tem a Ascom, que cuida das ações que acontecem dentro do Pelourinho Cultural, fazendo essa divulgação, e também do material que a gente manda, por exemplo, um projeto de Samba de Roda, um projeto de Cigano, que a gente precisa divulgar, tem a Ascom dentro do CCPI que faz esse trabalho. Que eu lembre só.

**E em relação a pessoal e orçamento? Saberria dizer se tem algum representante que compõe o quadro do CCPI?**

Orçamento e pessoal eu não sei informar, mas quanto ao indígena nós temos a nossa representante que é Nádja Acauã que faz o nosso link com as tribos indígenas, mas ela não fica alocada no CCPI, ela fica em Ilhéus, na tribo Tupinambá.

**Para você, quais são as maiores dificuldades enfrentadas no desenvolvimento de políticas públicas para as culturas indígenas?**

Na verdade é um desafio, porque quando a gente fala em cultura indígena, ela é voltada muito para a terra, para a questão da terra, e quando a gente trabalha com a parte cultural, por exemplo, na cultura popular eles já têm o costume de fazer as tradições, como o Terno de Reis, sempre em janeiro eles fazem suas manifestações, e a cultura indígena não, ela é bem específica. Na verdade os índios estão preocupados com a questão da terra, de ter a terra, e nossa dificuldade é fazer com que esses grupos, que essas tribos, enviem projetos para a gente, voltado a isso. Por exemplo, a gente sente falta de projetos voltados à culinária indígena, que é pouco conhecida, e que a gente procura até estimular, a gente tem contato com as tribos, com os representantes, mas a gente não consegue receber propostas nesse sentido. A gente até recebe propostas, buscando bastante esse resgate da língua tupinambá, da língua tupi, e a gente não consegue receber propostas neste sentido, de culinária, porque eles querem

a questão da terra, eles têm bastante consciência em relação à questão da terra mesmo, de criar, de cultivar, legalizar.

**Aqui vocês lidam apenas com as comunidades reconhecidas pelo Estado ou vocês recebem propostas das diversas etnias existentes?**

Na verdade de quem a gente mais recebe projetos são dos Tupinambás, do Sul, e dos Kiriri, mas dos Kiriri são poucos. Os tupinambás conhecem mais esse histórico de ter projetos, de ter edital, então as propostas que a gente recebe são mais da cultura tupinambá. E eles mandam projetos mais relacionados à parte da língua, eles tiveram um projeto de fazer um CD todo em Tupinambá, traduzido para a língua portuguesa e tupi. Então a gente recebe projeto nesse sentido, a gente tem um mapeamento das tribos existentes na Bahia, de como está dividido isso, mais ligado à parte de cultura do Estado mesmo, porque o Estado divide em territórios de identidade, e a gente trabalha nesse sentido.

**Em relação aos editais executados pelo CCPI, você considera que eles são acessíveis aos povos indígenas? Os editais têm conseguido chegar à diversidade e totalidade das comunidades indígenas existentes na Bahia? Se não, porque?**

Infelizmente ainda não é muito acessível, a nossa demanda maior é de que ele seja mais simplificado, como a gente conseguiu o avanço esse ano simplificar o edital de Cultura Popular. Eles não têm problema com a parte de documentação, conseguem enviar tudo completo, o que eles têm problema é mais na parte da execução, por conflitos, as vezes conflitos da terra, como ocorreu com um projeto que a gente tinha em Ilhéus, que com o novo conflito o projeto teve que ficar suspenso, paralisado, não pôde realizar as atividades por conta dos conflitos. A nossa demanda e preocupação maior é com a parte da inscrição, porque eles realmente não conseguem ter acesso, não têm conhecimento da parte de formulário, que é uma parte burocrática ainda para essa parte da cultura indígena, pois o ideal seria que a gente conseguisse simplificar, como a gente conseguiu com o de Culturas Populares. Quando eles passam e são aprovados, a parte de documentação não é um problema, o problema é a primeira etapa, de conseguir se inscrever, ter acesso a esse formulário, entender o que esse formulário está pedindo, e depois que recebem o recurso, executar o projeto como foi proposto.

**Como Coordenadora de Editais do CCPI, fale um pouco sobre como são formadas as comissões de análise e se há uma preocupação em convidar indígenas para assessorar**

**nestas análises. Fale também sobre o que é mais levado em conta na análise dos projetos e os maiores motivos de inabilitação.**

Os projetos do Fundo de Cultura, a partir do momento em que eles se tornaram setoriais, ou seja, de que foram divididos em Música, Dança, Cultura Identitária, Cultura Popular, cada comissão é formada por um número ímpar de representantes. Uma parte é da sociedade civil e outra parte é de funcionários do Estado ou pessoas influentes da área artística, militantes, pessoas que trabalham dentro área. Por exemplo, a avaliação de projetos de Culturas Identitárias, a gente forma a comissão com um representante de cultura afro, um representante indígena, a nossa preocupação é sempre manter um indígena mesmo, pesquisadores ou professores. Ano passo a gente teve um estudante da área de cultura indígena, que é indígena também, que foi Taquari, esse ano a gente teve a professora Edilene, da tribo Kiriri, que foi convidada para avaliar os projetos. Sobre a inabilitação, o desafio é de que, quando eles conseguem ter acesso ao formulário, muitas vezes a ideia vem um pouco solta, a gente não consegue entender muito qual a proposta do projeto, e comparado com outros projetos eles terminam não sendo aprovados. Mas todo ano a gente sempre aprova um ou dois mas, como eu te falei, a quantidade que a gente recebe de projetos indígenas é pouco e dentro disso a gente consegue encontrar alguma proposta e como a comissão é formada sempre em número ímpar, este ano foram sete pessoas, então todas têm que aprovar o projeto. Por exemplo, um representante indígena lê o projeto, aprova, mas é importante que todo o resto da comissão ou sua maioria aprove também, então a forma de análise é dessa maneira. A inabilitação ocorre muito por isso, muitos têm uma idéia solta ou a idéia é muito boa mas não ficou clara para a comissão, a comissão não consegue entender realmente o que ele vai fazer, se ele vai resgatar a cultura, se vai fazer oficinas. São pequenas informações que as vezes ficam soltas no projeto e a comissão não consegue entender.

**Podemos verificar que muitos projetos contemplados acabam não sendo executados, pela não assinatura do TAC ou por condições posteriores a esta assinatura. Além disso, verificamos que mesmo executando os projetos alguns proponentes acabam ficando inadimplentes, pela não prestação de contas ou outros motivos. Isto realmente tem ocorrido com frequência? Qual sua opinião sobre isto?**

Isso ocorre com frequência, na verdade não só de indígenas, mas na maioria dos projetos, principalmente os de Cultura Popular. O acesso aos indígenas é complicado, porque como eles moram na tribo e como nosso contato é por telefone e por e-mail, a maioria não tem internet, realmente não têm como ter acesso a internet, então já é um contato que a gente não

consegue ter, e por telefone a maioria a gente não consegue falar, o sinal é ruim, então é mais essa questão técnica mesmo, de conseguir contato com esses indígenas. Quando eles mandam os projetos, conseguem executar, então o que inabilita ele mesmo é mais a questão administrativa, um contrato que já venceu e a gente precisa renovar esse contrato, aí a gente precisa entrar em contato e não consegue e vai passando meses e meses. Então na verdade é mais essa questão burocrática mesmo e administrativa e não porque ele deixou de executar ou fez mal feito, ou usou o dinheiro de maneira inadequada, não é isso, mas porque é difícil contato por telefone, quando a gente consegue contato as vezes passa do prazo administrativamente da execução. Aí ocorre mesmo a inabilitação, mas não de excluir ele, de ele ser eliminado, mas ele fica suspenso por um período até conseguir se regularizar.

**Atualmente vemos que existem dois editais executados pelo CCPI, o de Culturas Populares e de Culturas Identitárias, anteriormente os editais eram mais amplos, tivemos um de Cultura e Direitos Humanos, um Prêmio de Iniciativas Culturais Indígenas em 2007, um edital de Manifestações Culturais Populares Tradicionais e Contemporâneas. Quais editais atualmente de fato são voltados para os povos indígenas e desde quando?**

Eu tenho conhecimento da parte de cultura popular e identitária que é a que eu atuo, como entrei agora em 2012 eu não tenho como afirmar sobre o que ocorreu em 2007, mas dentro da Secretaria de Cultura a gente trabalha a cultura indígena dentro do CCPI. Na verdade a gente tem a proposta de ser a referência, tanto para a cultura indígena quanto para a cultura popular, para esses povos de culturas tradicionais e de ser um centro de estudo e de pesquisa. Atualmente a gente só trabalha a parte de cultura indígena dentro do edital de Cultura Identitária, ele se encaixa dentro dessa linha de cultura identitária.

**Desde quando?**

Desde 2011.

**Tendo em vista a pouca quantidade de projetos contemplados nos editais que sejam voltados para povos indígena, o CCPI tem pensado em outras alternativas de fomento a essas culturas?**

A gente sempre pensou, porque a gente sempre foi para ser referência mesmo, tanto de cultura popular, quanto de cultura indígena e as outras culturas que a gente trabalha. Só que a gente não tem recurso financeiro próprio, então a gente depende muito do repasse do Fundo de

Cultura e dos editais, que atualmente é a única maneira pela qual a gente consegue atingir esse tipo de público, esse público de cultura indígena. Na verdade precisa realmente rever o modelo ou tentar simplificar para que a gente consiga ter um maior número de inscrições. Também conscientizar as tribos de que a parte da cultura, a parte cultural, pode ser um meio de eles conseguirem aporte financeiro, de eles conseguirem preservar a cultura deles porque. Como te falei, a parte indígena ainda é muito relacionada à questão da terra, então nossa dificuldade, não é só de receber projetos, mas é de que esses projetos que a gente receba sejam voltados para a área cultural, que resgate a cultura, que resgate a culinária, os ensinamentos indígenas, que as vezes tem se perdido ao longo do tempo.

**Na sua opinião, tendo em vista a atual conjuntura, em quais pontos a Secretaria de Cultura ainda precisa avançar para aperfeiçoar as ações de proteção, promoção e fomento das culturas indígenas?**

Acho que para avançar nessa questão mesmo, para conseguir fomentar melhor as culturas indígenas, acho que deveríamos ampliar não só a parte dos editais, mas ter outras formas de mecanismos, mecanismos mais diretos mesmo de apoio, como apoio direto dentro das culturas, por exemplo, de realizar trabalhos. A gente tem a parte da pesquisa, em que a gente faz um levantamento das tribos, mas a gente precisaria ter, por exemplo, como a gente tem com os representantes territoriais, ter pelo menos um representante indígena em cada tribo, para que ele também pudesse ser esse link entre a gente da secretaria e as próprias tribos, porque com algumas tribos a gente tem dificuldade de contato. Os tupinambás e os Kiriris é fácil, a gente tem pessoas dentro das tribos que a gente consegue contato mais fácil, mas tem outras tribos que é mais difícil o acesso. Então acho que deveria ser nesse sentido, não só pelos editais, de inscrever o projeto e o projeto ser apoiado, mas acho que deveriam ter outras ações mais diretas, dentro das tribos, junto com os seus representantes, formar um representante dentro da tribo, alguém influente dentro da tribo para que a gente pudesse construir um projeto bacana.

\*Entrevista realizada por Camila Brito de Almeida, em 17 de junho de 2014, na sede do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), a fim de compor pesquisa de monografia do trabalho de conclusão de curso em Comunicação - Produção em Comunicação e Cultura.

## ANEXO II - TABELA GERAL DOS DADOS UTILIZADOS

PLANILHA GERAL													
ANO	EDITAL	UNIDADE EXECUTORA	EDITAL	VALOR DO EDITAL	PROJETO	PROPONENTES	VALOR	SEGMENTO	NATUREZA	MUNICÍPIO DO PROPONENTE	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIOS DE CIRCULAÇÃO	COMUNIDADE INDÍGENAS CONTEMPLADAS
2007	21	FUNCEB	PRÊMIO INICIATIVAS CULTURAIS INDÍGENAS	R\$ 100.000,00	Vestes Tradicionais do Povo Kiriri	Cacique Lázaro Gonzaga de Souza	R\$ 10.000,00	X	X	Banzaê	Seminário Nordeste II	Banzaê	Kiriri
					Livro "A Festa do Amaro"	Associação Comunitária Pankararé	R\$ 10.000,00	X	X	Glória	Itaparica	Glória	Pankararé
					Feira Cultural Indígena Kaimbé	Flavio de Jesus Dias	R\$ 10.000,00	X	X	Euclides da Cunha	Seminário Nordeste II	Euclides da Cunha	Kaimbé
					Produção e Comercialização do Artesanato Indígena Pankararé	Associação Indígena Pankararé	R\$ 10.000,00	X	X	Glória	Itaparica	Glória	Pankararé
					Resgate Cultural	Luzineth Muniz Pataxó	R\$ 10.000,00	X	X	Pau Brasil	Litoral Sul	Pau Brasil	Pataxó
					Documentação e Pesquisa da Cultura e Língua Indígena Pataxó	Associação Pataxó de Ecoturismo	R\$ 10.000,00	X	X	Santa Cruz Cabralia	Costa do Descobrimento	Santa Cruz Cabralia	Pataxó
					Revitalização de Práticas Esportivas e Culturais do Povo Pataxó	Associação Comunitária Indígena Pataxó de Coroa Vermelha	R\$ 10.000,00	X	X	Santa Cruz Cabralia	Costa do Descobrimento	Santa Cruz Cabralia	Pataxó
					Coletânea de Músicas e Narrativas Sobre o Rio São	João Batista dos Santos	R\$ 10.000,00	X	X	Paulo Afonso	Itaparica	Paulo Afonso	Tuxá



					Francisco na Vida dos Índios Tuxá								
					Produção de CD de Música dos Pataxó de Coroa Vermelha	Amilton Alves dos Santos	R\$ 10.000,00	X	X	Santa Cruz Cabralia	Costa do Descobrimento	Santa Cruz Cabralia	Pataxó
					Artesanato Tupinambá	Associação Beneficente e Cultural dos Índios Tupinambá de Olivença	R\$ 10.000,00	X	X	Ilhéus	Litoral Sul	Ilhéus	Tupinambá
2008	12	NÚCLEO DE CULTURAS POPULARES E IDENTITÁRIAS	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS POPULARES TRADICIONAIS E CONTEMPORÂNEAS	R\$ 350.000,00	NENHUM PROJETO INDÍGENA CONTEMPLADO	X	X	X	X	X	X	X	X
	33	FUNCEB	CULTURA E DIREITOS HUMANOS	R\$ 450.000,00	NENHUM PROJETO INDÍGENA CONTEMPLADO	X	X	X	X	X	X	X	X
2010	8	IRDEB	APOIO À REALIZAÇÃO DE MOSTRAS E FESTIVAIS AUDIOVISUAIS	R\$ 320.000,00	Cine Kurumin	Thaís . da Silva	R\$ 39.870,00	Cinema	Difusão/Circulação	Santa Maria da Vitória	Bacia do Rio Corrente	Ilhéus, Santa Cruz Cabralia, Abaré	Tupinambá, Pataxó e Tumbalalá
	14	IPAC	APOIO A PROJETOS DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	R\$ 260.000,00	Índios na visão dos índios: somos patrimônio	Thydêwá	R\$ 20.000,00	Patrimônio Imaterial	Memória	Salvador	Região Metropolitana de Salvador	GERAL	Geral
2012	1	SUPROCU LT	ECONOMIA CRIATIVA	R\$ 400.000,00	Qualificação etnoturística para monitores indígenas	Carla Sandra Camuso Fernandez	R\$ 64.474,75	Gestão Cultural	Formação	Porto Seguro	Costa do Descobrimento	Porto Seguro, Buerarema, Itamaraju (Monte Pascoal)	Pataxó, Pataxó HãHãHãe e Tupinambá De Olivença
	7	CCPI	CULTURAS IDENTITÁRIAS	R\$ 600.000,00	NENHUM PROJETO INDÍGENA CONTEMPLADO	X	X	X	X	X	X	X	X
	12	FUNCEB	SETORIAL DE AUDIOVISUAL	R\$ 4.500.000,00	Pátrya	Leon Orlanno Lôbo Sampaio	R\$ 22.432,00	Cinema	Criação	Feira de Santana	Portal do Sertão	Feira de Santana, Cachoeira e Buerarema	Geral

2013	19	GABINETE - ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	PROJETOS ESTRATÉGICOS EM CULTURA	R\$ 1.500.000,00	Projeto 3 Pedrinhas: índios, negras e assentados - Ação Agroecológica	Associação de Afro Desenvolvimento Casa do Boneco de Itacaré	R\$ 364.368,00	Patrimônio Imaterial	Formação	Itacaré	Litoral Sul	Itacaré, Arataca, Pau Brasil	Pataxó HãHãHãe
					ESCOLA JUREMA, EDU COMUNICAÇÃO NAS ALDEIAS INDÍGENAS DO RIO SÃO FRANCISCO (PANKARARE, NOVA GLÓRIA, BA - TUXA, RODELAS, BA - TUMBALALA, ABARE, BA - TRUKA, CABROBO, PE)	Clara Campos Ferreira	R\$ 87.729,00	Vídeo	Formação	Paulo Afonso	Itaparica	Paulo Afonso	Pankararé, Tuxá, Tumbalalá e Truká
	21	GABINETE - ASSESSORIA DE JUVENTUDE E CULTURA DIGITAL DA SECULT	CULTURAS DIGITAIS	R\$ 1.000.000,00	Rádio Kiriri	Sergio Eduardo de Castro Oliveira Melo	R\$ 44.700,00	Cultura Digital	Formação	Salvador	Região Metropolitana de Salvador	Banzaê e Salvador	Kiriri
					Espalha a Semente – Etnomapeamento Tupinambá	Sosigenes do Amaral e Silva Junior	R\$ 93.300,00	Cultura Digital	Produção	Ilhéus	Litoral Sul	Ilhéus	Tupinambá
	22	SUDECULT	TERRITÓRIOS CULTURAIS	R\$ 2.000.000,00	Mundioca	José Adilson de Andrade Ribeiro	R\$ 88.445,00	Artes Visuais/Plásticas	Difusão/Circulação	Iitororó	Médio Sudoeste da Bahia	Ibicuí, Caatiba, Iitororó, Macarani, Itapetinga, Itambé	Geral
	25	CCPI	CULTURAS IDENTITÁRIAS	R\$ 1.000.000,00	Raizes Kiriri	Elen de Oliveira Teles	R\$ 45.000,00	Artesanato	Produção	Barrocas	Sisal	Banzaê e Barrocas	Kiriri
					Fortalecendo a Cultura e a Língua Tupinambá	Ivana Cardoso de Jesus	R\$ 50.000,00	Patrimônio Imaterial	Memória	Ilhéus	Litoral Sul	Ilhéus	Tupinambá

	30	FUNCEB	SETORIAL DE ARTES VISUAIS	R\$ 1.000.000,00	Povos Indígenas na Bahia	Rogério Ferrari de Souza	R\$ 49.760,00	Fotografia	Pesquisa	Salvador	Região Metropolitana de Salvador	Salvador, Porto Seguro, Feira de Santana, Ilhéus, Vitória da Conquista, Paulo Afonso	Geral
	34	FUNCEB	SETORIAL DE LITERATURA	R\$ 700.000,00	Anciões em Contos e Encontros	Alessandra Martins Giroto Mendes	R\$ 39.000,00	Livro	Memória	Ilhéus	Litoral Sul	Ilhéus	Tupinambá
<b>TOTAIS</b>	<b>14 EDITAIS</b>			<b>R\$ 14.180.000,00</b>	<b>23 PROJETOS</b>	<b>23 PROPONENTES</b>	<b>R\$ 1.109.078,75</b>	<b>9 SEGMENTOS</b>	<b>6 NATUREZAS</b>	<b>14 MUNICÍPIOS</b>	<b>9 TERRITÓRIOS</b>	<b>24 MUNICÍPIOS</b>	<b>9 POVOS</b>